

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO EM FILOSOFIA E TEORIA DO DIREITO

Luiz Otávio Ribas

Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)

Florianópolis

2009

Luiz Otávio Ribas

Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Antonio Carlos Wolkmer

Florianópolis

2009

Autor: Luiz Otávio Ribas

Título: Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Mestre.

Florianópolis (SC), 20 de maio de 2009.

Professor Orientador Dr. Antonio Carlos Wolkmer - UFSC

Coordenador do Curso Dr. Antonio Carlos Wolkmer - UFSC

Autor: Luiz Otávio Ribas

Título: Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Mestre.

Florianópolis (SC), 20 de maio de 2009.

Professor Orientador Dr. Antonio Carlos Wolkmer - UFSC

Membro da Banca Examinadora Dr. David Sánchez Rubio - Universidade de Sevilha

Membro da Banca Examinadora Dr. Celso Luiz Ludwig - UFPR

Dedico este trabalho ao advogado popular.

Esse brasileiro

Um advogado saiu de seu escritório para mais um
dia de trabalho

Hoje não visitará a casa de justiça, tampouco
cumprimentará o juiz

Guardará seus bom-dias para o povo pobre da roça
e para os desdentados da praça do centro

Saudade desse brasileiro

Coragem nesses tempos

Já se foi e não voltará

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para confecção deste trabalho, especialmente:

meu orientador Antonio Carlos Wolkmer, que trouxe à baila o tema do pluralismo e da teoria crítica na pós-graduação brasileira;

ao amigo Domingos Silveira, por sugerir o tema;

aos assessores populares Jacques Alfonsin, Miguel Baldéz e Eliana Athayde, pelo relato histórico empolgante e inspirador de suas vidas;

ao companheiro Pazello, meu coorientador;

à Mariana Reis, colega de pesquisa carioca;

aos assessores estudantis do Núcleo de Estudos e Práticas Emancipatórias, espaço privilegiado de debate e construção coletiva;

aos meus colegas de mestrado, pelos debates em sala, na mesa do bar e na beira da praia;

às professoras do curso Vera Andrade e Jeanine Philippi, guerreiras da resistência crítica;

ao amigo e pesquisador Vladimir Luz, pelos materiais raros e incentivo habitual;

às professoras Eliane Junqueira e Ana Lúcia Pastore, precursoras da pesquisa social do direito;

aos professores José Ribas, Edgar Ardila e Jesus Antonio de la Torre Rangel;

aos entrevistados e a todos com quem tive contato;

aos advogados e advogadas da Renaap no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro;

à minha família, por quem alimento saudade e amor;

à querida Vivian.

Os ratos movem-se por necessidade
Há homens que movem-se por necessidade e consciência
Ratos formam suas tocas sem pedir licença
Homens constroem suas casas e reivindicam seu direito de morar
Os ratos vivem em meio aos homens
Há homens que vivem na condição de ratos

Quem dirá que o soldo do homem serve de alimento e abrigo?

Há propriedades que estão dadas aos ratos
A função social é exercida pelos homens
Propriedade sem função social é igual a ninho de rato
A toca é direito dos homens
Homens e ratos não podem conviver juntos

O que irá fazer o homem que não tem toca?
O que fará o homem na presença dos ratos?

É lei para os homens que todos têm direito à toca
É lei para alguns homens que a propriedade vale mais que uma toca
Há tanta terra cheia de ratos!
Há tantos homens sem toca!

Estão querendo pulverizar os homens
Estão querendo abrigar os ratos

E se o rato virasse homem?
E se o homem virasse bicho!?

Luiz Otávio Ribas, *Sobre os ratos e seu direito à toca.*

RESUMO

Procura-se problematizar a teoria do direito insurgente no contexto do pluralismo jurídico. Analisa-se a experiência de advogados populares na assessoria jurídica de movimentos populares nas décadas de 1960 a 2000 no Brasil. A questão colocada é a relação dessa atividade com o pluralismo jurídico e a produção de uma cultura jurídica popular e insurgente, especialmente quanto ao trabalho de formação de assessores jurídicos e conscientização de direitos. Parte-se do estudo das atividades de dois grupos: o Acesso – Direitos Humanos e Cidadania, de Porto Alegre, e o Instituto Apoio Jurídico Popular, do Rio de Janeiro. A metodologia para a coleta dos dados é por observação participante enfatizando, num grupo, a observação e, em outro, entrevistas em profundidade e história de vida. Na segunda etapa da pesquisa revisaram-se trabalhos acadêmicos, publicações na internet, revistas especializadas, entre outros. Seguiu-se um estudo teórico que contribuiu para fundamentar a prática, principalmente para a memória das reflexões de Jacques Távora Alfonsin, Thomaz Miguel Pressburger e Miguel Lanzellotti Baldéz.

Palavras-chave: Direito insurgente. Pluralismo jurídico. Movimentos populares. Assessoria jurídica popular. Educação popular.

RESUMEN

Se busca problematizar la teoría del derecho insurgente en el contexto del pluralismo jurídico. Se ha analizado la experiencia de los abogados populares en el asesoramiento jurídico de los movimientos populares en las décadas de 1960 hasta 2000 en Brasil. La cuestión es la relación de esta actividad con el pluralismo jurídico y la producción de una cultura jurídica popular y insurgente, especialmente en el trabajo de formación de asesores jurídicos y concientización de derechos. Se parte del estudio de dos grupos: el *Acesso – Direitos Humanos e Cidadania*, de Porto Alegre, y el *Instituto Apoio Jurídico Popular*, de Rio de Janeiro. La metodología para coleccionar datos es por la observación participante enfatizando, en un grupo, la observación y, en otro, entrevistas en profundidad y la historia de vida. En la segunda etapa de la investigación se revisaron trabajos académicos, publicaciones en *internet*, revistas especializadas, entre otros. Seguido de un estudio teórico que contribuyó a apoyar la práctica, especialmente para la memoria de las reflexiones de Jacques Távora Alfonsin, Thomaz Miguel Pressburger y Miguel Lanzellotti Baldéz.

Palabras-clave: Derecho insurgente. Pluralismo jurídico. Movimientos populares. Asesoramiento jurídico popular. Educación popular.

ABSTRACT

The subject is the discussion of the insurgent law theory in the context of the legal pluralism. The experience of popular lawyers is analyzed as to their involvement in the legal assistance of popular movements in the decades from 1960 to 2000 in Brazil. The placed question is the relation of this activity with legal pluralism and the production of a popular and insurgent legal culture, especially as for the work of formation of legal advisers and awareness of rights. The study of the activities of two groups are taken as starting point: the *Acesso – Cidadania e Direitos Humanos*, of Porto Alegre, and the *Instituto Apoio Jurídico Popular*, of Rio de Janeiro. The methodology for the collection of the data is for participant observation emphasizing, in a group, the observation and, in other, interviews and history of life. In the second stage of the inquiry academic works, internet publications and specialized journals, among others, are collected. Subsequently, a theoretical study was conducted so as to contribute towards substantiating insurgent practices, as with memory of the reflections of Jacques Távora Alfonsin, Thomaz Miguel Pressburger and Miguel Lanzellotti Baldéz.

Keywords: Insurgent law. Legal pluralism. Popular movements. Popular legal services. Popular education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia

Acesso – Acesso – Cidadania e Direitos Humanos

AJUP – Instituto Apoio Jurídico Popular

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

Cediso – Centro de Estudos Direito e Sociedade

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Gajop – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

ILSA – Instituto Latinoamericano de Serviços Legales Alternativos

MDA – Movimento de Direito Alternativo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Najup – Núcleo de Assessoria Jurídica Popular

NEP – Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos

ONG – Organização não-governamental

Renaap – Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares

Renaju – Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária

Saju – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 PRÁTICAS JURÍDICAS INSURGENTES E PLURALISMO JURÍDICO.....	19
1.1 O pluralismo jurídico nas práticas jurídicas insurgentes.....	20
1.1.1 A descentralização da administração da justiça.....	24
1.1.2 A participação política pelo direito.....	32
1.2 Histórico das práticas jurídicas insurgentes de 1960 a 2000.....	38
1.2.1 Serviços jurídicos alternativos na América Latina.....	41
1.2.2 Assessoria jurídica popular no Brasil.....	46
2 DIÁLOGO DOS ADVOGADOS COM MOVIMENTOS POPULARES.....	57
2.1 O trabalho com o povo pela Acesso - Cidadania e Direitos Humanos.....	59
2.1.1 Organização e prática cotidiana.....	60
2.1.2 A defesa política radical pelo direito.....	67
2.2 O serviço jurídico inovador do Instituto Apoio Jurídico Popular.....	72
2.2.1 Marco na política de assessoria no Brasil.....	73
2.2.2 O direito insurgente e o trabalho popular.....	81
3 UMA CULTURA JURÍDICA POPULAR E INSURGENTE.....	96
3.1 Assessoria jurídica de movimentos populares.....	97
3.1.1 Os movimentos populares e o direito.....	99
3.1.2 Direitos e necessidades humanas.....	106
3.2 Conscientização de direitos.....	111
3.2.1 A cultura popular sobre direitos.....	116
3.2.2 O tempo e o lugar do assessor jurídico popular.....	121
CONCLUSÃO.....	130
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICES E ANEXOS.....	141

INTRODUÇÃO

Analisa-se a advocacia popular no contexto das práticas jurídicas insurgentes, consideradas como atividades político-jurídicas desempenhadas por profissionais da área do direito, com perspectivas de pluralismo jurídico, pela assessoria jurídica popular de comunidades empobrecidas no Brasil, a partir da década de 1960 à atualidade.

O *problema* colocado é se essas práticas podem contribuir para a formação de uma cultura jurídica popular e insurgente de pluralismo jurídico. Trabalha-se com a *hipótese* de que as práticas jurídicas insurgentes constituem um instrumento das comunidades empobrecidas para a formação de uma cultura popular do direito, para a resistência contra a dominação imposta pelo desconhecimento do direito, preservada no Estado liberal capitalista.

Primeiramente, a *justificativa* pessoal do pesquisador está na experiência com a prática da assessoria jurídica popular universitária, realizada em projetos de extensão na Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, e na Universidade Federal de Santa Catarina, além de o tema da pesquisa estar conectado à monografia de conclusão de curso de especialização em “Direitos Humanos” na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendida em junho de 2008, com o título “A assessoria jurídica popular universitária e os direitos humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1980-2000)”.

Esse tema possui relevância para a sociologia, uma vez que se analisa o fato social da produção de normatividade com base em lutas político-jurídicas encampadas por grupos e movimentos populares assessorados por profissionais da área do direito. A área de análise é da sociologia do conhecimento.

A relevância científica do tema está no estudo crítico da fundamentação e reflexão da práxis da assessoria jurídica popular dentro do contexto de algumas das teorias que, a

princípio, são reconhecidas como suas fontes principais da teoria crítica do direito: o pluralismo jurídico e o direito insurgente. Outro aspecto também relevante nesse contexto é a necessidade de teorização da assessoria jurídica popular no contexto das práticas jurídicas insurgentes, tendo em vista as assimetrias existentes entre as experiências vividas na América Latina.

A relevância social encontra-se na necessidade de uma prática jurídica ou de uma ferramenta de instrumentalização de reivindicações no direito e fora deste que leve em consideração que a produção das normas jurídicas que nasce na sociedade é semelhante à contradição daquelas que nascem do Estado e que existem também práticas sociais que atuam diretamente na produção de normas jurídicas, inclusive na produção de conhecimento jurídico. Nesse ponto, aborda-se a educação popular em direitos humanos como forma de facilitar uma troca de saberes entre sujeitos que até então estavam afastados do processo de formulação das normas jurídicas ou responsáveis por sua efetividade, trabalho desempenhado por alguns advogados populares.

Crítica-se que a prática jurídica tradicional não se preocupa diretamente em atuar com os múltiplos sujeitos que atuam na produção de juridicidade, seja no trabalho com sujeitos “comunitários e participativos”, seja na crítica aos conservadores, na questão do mercado no capitalismo neoliberal. Inclusive, os agentes econômicos influenciam de forma decisiva e hegemônica nas decisões políticas e jurídicas. Hoje vivemos um ambiente de profundo desconhecimento do direito, entendido como a confusão com a pluralidade de normas e o desconhecimento das suas respectivas fontes de produção. Assim, o desafio do assessor popular é, até mesmo no desconhecimento dessas fontes, atuar de forma eficaz para a construção de uma cultura jurídica mais igualitária e libertária.

Além disso, a justificativa está na constatação de que até mesmo a linguagem jurídica é utilizada como instrumento de dominação. O conhecimento do direito é tido como obrigatório a todos brasileiros, sob a cínica afirmação normativa de que “a ninguém cabe alegar desconhecimento da lei como justificativa de descumprimento”. Ocorre que a precária alfabetização educacional e política, a linguagem jurídica e a própria função repressiva do direito estatal não possibilita, efetivamente, a extensão desse conhecimento a todos. Aqui estamos falando do conhecimento de direitos materiais e dos instrumentos para fazer valer esses direitos. Uma prática jurídica voltada para educação popular pode facilitar a

comunicação da sociedade em si mesma e com o Estado, possibilitando a participação política ampla na formação de uma cultura jurídica mais próxima das necessidades das pessoas.

Considera-se que existem saberes que, mesmo que não sejam de conhecimento consciente de todos, estão estendidos a esses de forma inconsciente, de forma que a conscientização sobre a operação dos processos de criação do direito colabora muito para o pensar e o agir crítico em relação à realidade. O direito é um dos casos em que o agir inconsciente está vinculado a noções extrajurídicas que representam uma linguagem muito mais acessível ao senso comum do que a própria linguagem jurídica. Pode-se dizer que o inconsciente conduz muito da aceitação e obediência ao direito, sem falar no elemento coativo obrigacional da norma jurídica, embora se entenda que a função repressiva não é única no direito. Ocorre que a falta de saberes sobre o direito é um dos elementos responsáveis pela manifestação de dominação sobre aqueles que o desconhecem. Os detentores do conhecimento têm o monopólio da produção científica e das normas. As normas produzidas por aqueles que pouco conhecem sobre o “direito estatal” recebem a denominação de “antijurídicas” ou “não jurídicas”. Aqueles que procuram reconhecer a juridicidade em fatos sociais que estão para além do Estado e do monopólio da força econômica ganham a denominação de “alternativos”, deixando claro que a ideologia jurídica dominante, a liberal-burguesa formalista e positivista jurídica, busca preservar o monismo jurídico, visto que privilegia, unicamente, a produção normativa oficial do Estado por suas fontes formais.

Na *metodologia* pretendeu-se investigar o fenômeno do pluralismo jurídico na prática da advocacia popular dos grupos de referência em defesas políticas no Judiciário de grupos e movimentos sociais, especialmente de ocupações urbanas e rurais. Para isso analisou-se vasta documentação de petições e processos judiciais do arquivo profissional dos advogados, procurando averiguar a fundamentação jurídica utilizada em questões políticas radicais; também escritos dos próprios advogados, como livros, artigos científicos e de opinião, para perceber a fundamentação teórica de seus discursos. Ainda foram feitas entrevistas com grupos envolvidos nos casos judiciais, especialmente os movimentos sociais, operadores do Judiciário e advogados, com o objetivo de perceber o conteúdo transformador da prática na formação de um pluralismo jurídico popular e insurgente.¹

¹ Em virtude do final das atividades do grupo AJUP do Rio de Janeiro, esta etapa foi cumprida somente com o trabalho de Jacques Alfonsin na Acesso – Cidadania e Direitos Humanos. Em virtude do falecimento de Miguel Pressburger em 2008, foram feitas entrevistas com ex-integrantes do AJUP sobre o trabalho do advogado.

Quer-se pesquisar experiências de advogados com práticas de assessoria jurídica de movimentos populares a fim de perceber a influência da cultura jurídica no incremento das lutas políticas reais. Para isso utiliza-se a metodologia de observação participante e entrevistas com advogados, principalmente com aqueles que trabalharam com comunidades que sofram pela opressão do direito oficial. Foi feita pesquisa em fontes primárias, documentos, processos judiciais, textos dos advogados, buscando perceber o quanto instrumentos jurídicos e políticos foram preferidos ou descartados na luta por direitos, assim como foram observadas concepções dos sujeitos sobre política, direito e educação.

O enfoque maior está relacionado ao ensinar/aprender do advogado na militância com movimentos sociais radicais e se a radicalização da sua atuação corresponde às necessidades desses grupos assessorados. Outra questão da pesquisa é perceber o que é emancipatório e o que é regulação social nas práticas jurídicas analisadas.

A metodologia envolveu dois momentos: pesquisa de campo e revisão bibliográfica. Dessa forma, quer-se contemplar tanto um projeto de pesquisa teórica como uma intervenção social, por se acreditar que a teoria e a prática devem andar juntas, complementando-se. Primeiramente, procedeu-se a uma pesquisa de campo que envolveu observação participante e entrevistas com participantes das práticas jurídicas insurgentes surgidas a partir dos grupos referência na análise de casos paradigmáticos. Por sua vez, a revisão bibliográfica envolveu os temas: práticas jurídicas insurgentes, assessoria jurídica popular, pluralismo jurídico, teoria crítica do direito, movimentos populares, necessidades humanas e educação popular.

Em especial, pretendeu-se investigar o fenômeno do pluralismo jurídico na prática da advocacia popular de Jacques Alfonsin em defesas políticas no Judiciário de grupos e movimentos sociais no Rio Grande do Sul, especialmente de ocupações urbanas e rurais. Para isso foi analisada vasta documentação de petições e processos judiciais do arquivo profissional do advogado, neles se averiguando a fundamentação jurídica dada a questões políticas radicais. Também foram analisados escritos do próprio advogado, como livros, artigos científicos e de opinião, procurando perceber a fundamentação teórica de seu discurso.

Ainda foram feitas entrevistas e questionários com grupos que estejam envolvidos nos casos judiciais, especialmente os movimentos populares e advogados, a fim de conhecer o conteúdo transformador da prática na formação de um pluralismo jurídico popular e insurgente. O enfoque maior está relacionado ao ensinar/aprender do advogado na militância

com movimentos sociais radicais e não jurídicos, e se a radicalização da sua atuação corresponde às necessidades desses grupos oprimidos.

Também foi investigada a experiência do Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP), do Rio de Janeiro, especialmente tomando por base os textos de Thomaz Miguel Pressburger e Miguel Baldéz. Este foi entrevistado, juntamente com outros integrantes do grupo, como Eliana Athayde, participantes das turmas de formação de jovens advogados, entre outros advogados populares. O objetivo foi conectar o trabalho de Jacques Alfonsin, que inclusive trabalhou com o AJUP, ao âmbito nacional, sem deixar de aprofundar os conceitos desenvolvidos no escritório carioca sobre “direito insurgente” e “positivismo de combate”.

O material analisado também é composto de fontes primárias, constituídas de documentos oficiais e publicações de grupos no âmbito da América Latina (previamente selecionados como grupo referência a Acesso – Cidadania e Direitos Humanos, de Porto Alegre-RS, Brasil, sob a coordenação do advogado Jacques Alfonsin, e AJUP, Rio de Janeiro, que funcionava sob a coordenação de Miguel Pressburger, entre outros).

Deu-se atenção especial às publicações brasileiras do Instituto de Apoio Jurídico Popular do Rio de Janeiro², às publicações do “direito achado na rua” da Universidade de Brasília³, assim como a trabalhos de pesquisa de estudantes de graduação e pós-graduação, além das publicações na América Latina da revista *El Otro Derecho*, do Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA).⁴

O *método* proposto para o estudo é o dialético, conforme a concepção marxista de Roberto Lyra Filho, o qual propõe que, “para uma concepção dialética do Direito, teremos de rever, antes de tudo, a concepção dialética da sociedade, onde o Estado e o direito estatal são, a bem dizer, um elemento não desprezível, mas secundário”.⁵ Busca-se no processo histórico-social o aspecto peculiar da práxis jurídica como algo que surge na vida social, logo; fora dela não tem qualquer fundamento ou sentido. Essa visão se justifica pela análise das práticas jurídicas pluralistas e assessoria jurídica de movimentos populares.

O *marco teórico* utilizado foi o do direito insurgente como forma qualificada de pluralismo jurídico, conforme a visão de Thomaz Miguel Pressburger. A pesquisa

² CAMPILONGO, Celso; PRESSBURGER, Miguel. *Discutindo a assessoria popular*. Rio de Janeiro: Apoio jurídico popular: Fase, 1991.

³ SOUSA JUNIOR, José Geraldo. *O direito achado na rua*. Brasília: EdUnB, 1988.

⁴ INSTITUTO LATINOAMERICANO DE SERVICIOS LEGALES ALTERNATIVOS. *El Otro Derecho*, Bogotá, n. 3, jul. 1989.

⁵ LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 65.

bibliográfica contempla uma visão interdisciplinar, envolvendo direito e educação, com autores como Antonio Carlos Wolkmer, Enrique Dussel, Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire, assim como textos dos advogados populares Jacques Távora Alfonsin, Miguel Baldéz e Thomaz Miguel Pressburger. O objetivo geral do estudo é colaborar na reflexão sobre as práticas jurídicas que emergem de comunidades empobrecidas, no sentido do potencial transformador do conhecimento sobre direitos.

No primeiro capítulo trata-se das práticas jurídicas insurgentes e do pluralismo jurídico, entendendo aquelas como manifestações plurais de normatividade. Apresenta-se o marco teórico crítico do pluralismo jurídico com base nas práticas sociais que o fundamentam como força jurídica instintuente. Passa-se a um breve histórico de algumas dessas práticas a partir da década de 1960, período de grande insurgência à repressão estatal da ditadura militar brasileira, contexto de surgimento das assessorias jurídicas de movimentos populares como uma proposta de trabalho com o povo. Além disso, comparam-se algumas formas de exercício dos serviços legais inovadores, assessoria jurídica popular, universitária e serviços jurídicos alternativos, além de identificar experiências na América Latina desde a década de 1960.

A seguir, aprofunda-se o estudo da práxis desse trabalho popular pela apresentação dos dados empíricos de pesquisa e análise dos grupos referência Acesso – Cidadania e Direitos Humanos e Instituto Apoio Jurídico Popular, de Porto Alegre e Rio de Janeiro, respectivamente. Busca-se apresentar um quadro geral sobre a prática da assessoria jurídica popular segundo três advogados populares – Jacques Alfonsin, Thomaz Miguel Pressburger e Miguel Baldéz –, assim como ex-integrantes e colaboradores do AJUP, e advogadas do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Crioula.

Por último, apresenta-se a proposta da cultura jurídica inserida no contexto do direito insurgente como marco do pluralismo jurídico, característico do trabalho de advogados populares. Destaca-se o papel pedagógico desses atores na conscientização de direitos no desenvolvimento de atividades educativas. Busca-se responder quanto à possibilidade de transformação do conhecimento sobre direitos humanos instrumentalizado por práticas jurídicas insurgentes. Questiona-se a formação de uma cultura jurídica popular e insurgente considerando experiências analisadas nesta pesquisa e o seu potencial transformador na realidade.

1. PRÁTICAS JURÍDICAS INSURGENTES E PLURALISMO JURÍDICO

“Não importa muito que a impotência dos operários e de outras massas de trabalhadores pobres seja um gênero distinto daquela dos intelectuais, já que as massas trabalhadoras por si mesmas são capazes de derrubar uma ordem social, enquanto que os intelectuais por si mesmo não o são. Se se trata de edificar uma sociedade humana digna deste nome, ambos são reciprocamente necessários”.

Eric Hobsbawn, “*Os revolucionários*”.

O historiador Eric Hobsbawn aborda questão fundamental, mas que precisa ser contextualizada hoje. Uma vez que os intelectuais não são suficientes para derrubar uma ordem social, assim como os sujeitos da transformação são aqueles que sofrem com a exploração e dominação, qual é o papel dos intelectuais do direito? Essa citação consta na epígrafe do texto “O direito como instrumento de mudança social”, de Thomaz Miguel Pressburger, onde estão presentes a motivação e o objetivo deste trabalho de pesquisa.⁶

Entende-se que o direito estatal é o que oficialmente regula as relações sociais. As manifestações jurídicas em uma determinada sociedade são plurais. O direito insurgente é que efetivamente determina essas relações, que constituem a sua própria matriz, isto é, este direito é considerado como a própria prática de movimentos populares na resistência e na proposição de uma outra cultura jurídica, contraposta ao monismo, ao formalismo, ao positivismo jurídico e ao capitalismo.

Neste primeiro capítulo trata-se das práticas jurídicas insurgentes e do pluralismo jurídico, entendendo aquelas como manifestações plurais de normatividade. Apresenta-se o marco teórico crítico do pluralismo jurídico com base nas práticas sociais que o fundamentam como força jurídica instituinte. Passa-se a um breve histórico de algumas dessas práticas a

⁶ PRESSBURGER, Thomaz Miguel. O direito como instrumento de mudança social. Em: FRAGOSO DE CASTRO, Marcelo Francisco. *Direito e mudança social*. Rio de Janeiro: CCJE/UFRJ, 1993, p. 27-34.

partir da década de 1960, período de grande insurgência à repressão estatal da ditadura militar brasileira e contexto de surgimento das assessorias jurídicas de movimentos populares como uma proposta de trabalho com o povo. Além disso, comparam-se algumas formas de exercício dos serviços legais inovadores, assessoria jurídica popular, universitária e serviços jurídicos alternativos, além de identificar experiências na América Latina.

1.1 O pluralismo jurídico nas práticas jurídicas insurgentes

As práticas jurídicas insurgentes são manifestações populares de pluralismo jurídico. Entende-se por práticas jurídicas insurgentes o conjunto de manifestações por parte dos movimentos populares: todas as reivindicações e conquistas, sejam instrumentalizadas judicialmente ou não; sejam possibilitadas com o auxílio de advogados ou não; sejam, ainda, eficazes ou não. Por pluralismo jurídico entende-se uma teoria que busca analisar o fenômeno jurídico em sua incompletude e realidade; é uma ideia pensada pelos filósofos políticos e do direito para assegurar a pluralidade de participação na criação das normas, uma maior efetividade às existentes e o respeito público a ordens preexistentes ao modelo positivista-liberal (como o exemplo dos povos originários da América Latina).

Uma análise política oportuna feita sobre o pluralismo político no Brasil foi a desenvolvida por Carlos Nelson Coutinho ao abordar o pluralismo de sujeitos coletivos, embasando uma nova hegemonia, a qual contempla o equilíbrio entre o predomínio da vontade geral e o pluralismo dos interesses particulares. Tal dinâmica se fundamentaria num amplo processo de democratização, descentralização e participação, resgatando alguns princípios da cultura política ocidental, tais como os direitos das minorias à diferença, à autonomia e à tolerância.⁷

Tomando por base essa reflexão, Antonio Carlos Wolkmer apresenta inovadora preocupação acerca do pluralismo no âmbito do direito nacional. Trata-se do pluralismo jurídico como um projeto alternativo para espaços periféricos do capitalismo latino-americano, articulando alguns requisitos, como: “(a) a legitimidade dos novos sujeitos sociais; (b) a democratização e a descentralização do espaço público participativo; (c) a defesa

⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre pluralismo. Em: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL, 1990, Rio de Janeiro. Mimeo grafado.

pedagógica de uma ética da solidariedade; (d) a consolidação de processos que conduzam a uma racionalidade emancipatória”.⁸ Ademais, esse pluralismo jurídico, denominado “comunitário” e “participativo”, propõe a redefinição do espaço público por meio de corpos sociais intermediários, da construção de uma nova cultura jurídica pela ação participativa de sujeitos insurgentes e das novas formas de legalidade enquanto expressão de interculturalidade.

Para Antonio Carlos Wolkmer, “pluralismo jurídico” é um referencial cultural de ordenação compartilhada que considera a “multiplicidade de manifestações ou práticas normativas num mesmo espaço sócio-político, interagidas por conflitos ou consensos, podendo ser ou não oficiais e tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais ou culturais”.⁹

Ainda é importante referir que o pluralismo jurídico reconhece que o direito possui múltiplas fontes, além da fonte oficial do Estado, ao contrário do monismo jurídico. Wolkmer é um dos teóricos que delimitam o campo das fontes reconhecidas nessa abordagem, as quais seriam as que se referem a princípios preestabelecidos por determinada sociedade num dado tempo histórico.¹⁰ De uma maneira geral, reconhece-se que o direito é fruto de relações sociais, não sendo possível compreendê-lo fora da sociedade; por isso, é influenciado pela política, moral, religião, cultura etc. Um exemplo pertinente de pluralismo jurídico é aquele presente nas experiências de direito dos povos originário, assim como aquelas manifestações nascidas em alguns contingentes indígenas.

O reconhecimento de um pluralismo jurídico comunitário e participativo ainda é tema de controvérsias. Alguns elementos para o debate foram trazidos pela pesquisa do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que observou determinadas comunidades do Rio de Janeiro (denominadas pelo autor como “metáfora de Pasárgada”), na década de 1970, que apontariam para manifestações legítimas de juridicidade surgidas e geridas fora do Estado.¹¹

O autor pesquisou as formas de resolução de conflitos de posse, principalmente a partir das associações de moradores, que na época desempenhavam forte papel político nas

⁸ WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico: nuevo marco emancipatório en América Latina. Em: TORRE RANGEL, Jesus Antonio de la (Org.). *Pluralismo jurídico*. San Luis Potosí: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Futiérrez, 2007, p. 26. (Tradução livre).

⁹ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001, p. XVI.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Safe, 1988.

comunidades pobres do Brasil. Com base na observação direta e na análise de discurso dos envolvidos nesses conflitos, Sousa Santos traçou o espaço retórico do direito das comunidades estudadas, revelando, assim, um campo novo de estudo na sociologia do direito e de importância ímpar para o estudo da hermenêutica e da epistemologia jurídica. Tratou de características como a escassez do uso de leis; prevalência do modelo de mediação para resolução de conflitos; autonomia relativa de um pensamento jurídico essencialmente cotidiano e comum; não-separação do objeto real do processual do litígio que é objeto de negociação; interação jurídica informal e pouco rígida, dentre outras.¹²

Outra conclusão do estudo foi a constatação de que o conhecimento do senso comum tende a ser mistificado, mistificador e conservador, ao mesmo tempo em que possui uma dimensão utópica e libertadora, que pode ser ampliada por meio do diálogo com o conhecimento científico.¹³

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos reivindica a busca de um paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente, que substitua o paradigma dominante, da prevalência do conhecimento científico sobre o senso comum. Deve ser um paradigma emergente que inclua o científico e o social. Uma das razões para essa quebra de paradigma é que as ciências sociais nasceram para ser empíricas, com estatuto epistemológico próprio e com base na especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação à natureza, porque “os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objetividade do comportamento”. Enfim, “o argumento fundamental é que a ação humana é radicalmente subjetiva”.¹⁴

Percebe-se que as práticas jurídicas pluralistas do entorno das relações sociais estudadas levaram Sousa Santos a dividir a possibilidade de um conhecimento regulação e um conhecimento emancipação. As práticas conservadoras repelem a possibilidade de pluralidade e reivindicam o monismo jurídico, visto que as transformações por meio do monismo ocorrem na política pelo Estado e no direito pela lei, ao passo que no pluralismo percebem-se, além da hipótese monista, transformações políticas apesar do Estado e jurídicas além da lei desse Estado. As práticas jurídicas insurgentes reivindicam o pluralismo jurídico, pois se direcionam à bifurcação da resistência (efetivação de conquistas por meio de garantias do

¹² SOUSA SANTOS, Boaventura de. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Safe, 1988. p. 45.

¹³ Ibidem. p. 56.

¹⁴ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamentos, 1987. p. 12-22.

Estado e da lei), assim como da construção de outra cultura jurídica por meio da desobediência e da insurgência.

Compreender o direito com base na teoria pluralista significa aprofundar o entendimento do fenômeno jurídico além dos tradicionais limites da produção de normatividade. Se o direito é uma manifestação para além do Estado e do “texto legal”, podem-se apreender diferentes formas de criação jurídica, seja achado na rua, alternativo, de combate, o uso alternativo, seja o direito insurgente.

A opção pelo estudo do direito insurgente em meio a essa multiplicidade de concepções teóricas sobre o direito dá-se em virtude da necessidade de uma comparação desta teoria com a do pluralismo jurídico, uma vez que existe grande controvérsia envolvendo essa questão, principalmente nos diálogos que envolveram intelectuais de todas essas teorias na década de 1990 no Brasil. Entende-se que a comparação dessas teorias pode resolver algumas dúvidas deixadas pelos textos escritos na época, principalmente no tocante à alimentação recíproca de conceitos ou à incompatibilidade em virtude das críticas mútuas. Para tanto, serão privilegiados os textos de Antonio Carlos Wolkmer, como teórico do pluralismo jurídico, e de Thomaz Miguel Pressburger, como intelectual do direito insurgente.

Para efeitos de comparação, apresenta-se a proposta de direito insurgente, representada pelo advogado e coordenador do Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP) de 1987 a 2001, Thomaz Miguel Pressburger. Apesar de não ser um teórico propriamente acadêmico, este advogado escreveu uma série de textos dedicados ao tema, fruto do seu trabalho de assessoria jurídica de movimentos populares. Em material de divulgação da entidade consta uma definição desse conceito:

contra um Direito que não reconhece os conflitos sociais e que se legitima pelo seu próprio processo, o AJUP dedica-se ao exame e estudo da capacidade de intervenção ideológica das populações pobres, do campo e da cidade. Excluídas do acesso a direitos plenos, reais e efetivos, suas concepções e valores asseguram uma sobrevivência seletiva de regras e leis – fragmentos de muitos direitos sobrepostos ao longo do tempo – e que correspondem a abrandamentos temporários da opressão.¹⁵

¹⁵ INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. AJUP. Rio de Janeiro: AJUP, [s.d.]. Panfleto institucional. (grifo nosso)

Finaliza com a afirmação de que “a raiz do Direito Insurgente está na nova consciência dos direitos do homem que não considera mais a miséria como uma fatalidade, e comparando-se ao dominante, sente que a diferença entre eles chama-se justiça”.¹⁶

Essas noções iniciais permitem trazer os principais conceitos que se está buscando relacionar: pluralismo jurídico e direito insurgente. As suas semelhanças são latentes, embora não seja possível definir com exatidão a possibilidade de enquadrá-las como teorias idênticas. A seguir, aprofundam-se as definições buscando perceber os limites dessas similitudes e a descrição de suas diferenças. Para tanto, inicia-se com o pluralismo jurídico, com o estudo de seus principais efeitos: a descentralização da administração da justiça e a participação política pelo direito.

1.1.1 A descentralização da administração da justiça

A justiça não é única, tampouco valor universal e abstrato. Fala-se da justiça construída no dia-a-dia, do cotidiano dos avanços e retrocessos do povo em busca de um direito justo. Dessa forma, o que se entende por justiça está relacionado diretamente com o tempo, o lugar, a subjetividade dos sujeitos inseridos num determinado momento histórico. Esse valor pertence ao povo, como o coletivo nacional em busca de melhores condições de viver, da satisfação das necessidades básicas.

Para o senso comum, além da justiça entendida como valor ético, fala-se da justiça como sinônimo da administração jurídica pública estatal. Fala-se em justiça para se referir ao Judiciário, aos locais públicos dessa administração (como os Palácio da Justiça, Ministério da Justiça, Tribunal de Justiça), entre outras acepções. Também é comum o apelo ao valor justiça em casos de crimes de grande clamor público, quando a vítima, se ainda for viva, clama junto a sua família por justiça. Nesses casos, não é difícil encontrar discursos que remetem o valor justiça à aplicação de pena privativa de liberdade ou, até mesmo, à execução sumária. De qualquer forma, já se encontram elementos suficientes para iniciar o debate sobre a justiça e a sua descentralização.

¹⁶ INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR, obra citada (grifo do autor).

O tema da descentralização da justiça é abordado com base no pluralismo jurídico por Boaventura de Sousa Santos, que apresenta algumas conclusões sobre trabalhos de pesquisa realizados no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e de Recife.¹⁷ Sobre sua pesquisa em favelas do Rio de Janeiro na década de 1970, afirma que o direito local servia perfeitamente para representar a “realidade sócio-jurídica da marginalidade urbana e contribuía significativamente para manter o *status quo* das posições dos habitantes das favelas enquanto moradores precários de barracas e casas em terrenos invadidos”; ao passo que no Recife

a forma de direito a que recorriam privilegiadamente era o direito oficial, estatal, um direito de menor escala, que só muito selectiva e abstractamente representava a posição sócio-jurídica dos moradores, mas definia muito claramente a relatividade das suas posições face ao Estado e aos proprietários fundiários urbanos, um direito que [...] oferecia o atalho mais curto para o movimento de uma posição precária para uma posição segura”.¹⁸

Apesar dessa constatação, de que os grupos estudados privilegiam o direito oficial, esse trabalho influenciou de maneira profunda a sociologia e a antropologia jurídicas no Brasil, especialmente alguns autores das teorias comparadas nesta pesquisa, como o pluralismo jurídico, para Antonio Carlos Wolkmer, e o direito insurgente, para Thomaz Miguel Pressburger.

Uma das questões que definiram o interesse por este estudo está cristalizada na afirmação de que,

em primeiro lugar, de um ponto de vista sociológico, o Estado contemporâneo não tem o monopólio da produção e distribuição do direito. Sendo embora o direito estatal o modelo de juridicidade dominante ele coexiste na sociedade com outros modos de juridicidade, outros direitos que com ele se articulam de modos diversos. Este conjunto de articulações e inter-relações entre vários modos de produção do direito constitui o que designo por formação jurídica. Em segundo lugar, o relativo declínio da litigiosidade civil, longe de ser indício de diminuição da conflituosidade social e jurídica, é antes o resultado do desvio dessa conflituosidade para outros mecanismos de resolução, informais, mais baratos e expeditos, existentes na sociedade.¹⁹

¹⁷ Essas pesquisas foram amplamente divulgadas na comunidade científica internacional. Ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Law against law: legal reasoning in Pasargada law*. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación, 1974; _____. *O discurso e o poder*. Porto Alegre: Safe, 1979; _____. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge, 1995.

¹⁸ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 210. (grifo nosso)

¹⁹ SOUSA SANTOS, Boaventura. Introdução à sociologia da administração da justiça. Em: FARIA, José Eduardo. *Direito e justiça: função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1994, p. 54 (grifo nosso).

Para Sousa Santos, a experiência no Recife significou o uso alternativo do direito tornado possível a partir da “argumentação altamente sofisticada de advogados altamente competentes postos, gratuitamente, a disposição das classes populares pela Comissão de Justiça e Paz da diocese de Olinda e Recife por iniciativa do bispo dom Helder Câmara”.²⁰ Aqui se destaca a participação de Helder Câmara, um bispo vinculado à Teologia da Libertação, com intensa luta contra a tortura e pela democracia, que trabalhou em conjunto com o Grupo de Apoio Jurídico às Organizações Populares (Gajop), de Pernambuco.

Antes de chegar a essas conclusões sobre as possibilidades de um pluralismo jurídico, é importante referir que Sousa Santos pretendia iniciar a pesquisa de campo para investigar duas áreas de interesse, que considerava, inclusive, mal ajustadas: a da resolução de conflitos/justiça informal e a de acesso ao direito/assistência jurídica. Essas intenções foram agrupadas na temática “atitudes dos pobres para com o direito”, conceito que o autor julgou ingênuo após perceber o conteúdo classista do sistema jurídico oficial do Brasil. O sociólogo português considerava na época que “só um regime democrático com um apoio de classe estável – inexistente na América Latina – podia permitir que se ensinasse a classe oprimida a utilizar o direito como arma de defesa, sem com isso abalar os princípios institucionais de dominação de classe e de poder do Estado”.²¹

Para ele, a situação de pluralidade jurídica era concebida, em termos marxistas, “como uma troca desigual entre um sistema jurídico dominante (oficial) e um sistema jurídico dominado (não oficial) que reproduzia, de modo específico, as relações e os conflitos de classes da sociedade brasileira”.²² Mas o autor reconhece que esses estudos não foram suficientes para teorizar adequadamente sobre a influência dessa pluralidade no funcionamento da retórica do direito de Pasárgada.

Sousa Santos escreve que, “na realidade, o Estado nunca deteve o monopólio do direito”, pois existem várias ordens jurídicas (estatal, supraestatal e infraestatal) em circulação na sociedade. As infraestatais “são ordens jurídicas locais, com ou sem base territorial, regendo determinadas categorias de relações sociais e interagindo, de múltiplas formas, com o

²⁰ SOUSA SANTOS, Introdução à sociologia da administração da justiça, 1994, p. 57.

²¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Sociologia na Primeira Pessoa: fazendo pesquisa nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, Brasília, v. XIX, n. 49, p. 39-79, set./dez. 1988, p. 53.

²² Ibidem, p. 77.

direito estatal”.²³ Além do local existiriam ainda o nacional e o global, distinguindo-se pelo tamanho da escala com que regulam a ação social.

Para Sousa Santos, “a vida sócio-jurídica envolve sempre interlegalidade, a desregulamentação ao nível da escala do direito estatal pode ser neutralizada ou compensada pelo aumento de regulamentação ao nível de outras escalas de direito”, assim como que “a 'qualidade' política e social de uma regulação social dominada pelo direito estatal é diferente da de uma regulação social pelo direito não estatal”.²⁴

Cada ordem jurídica estará assentada num superfato ou uma supermetáfora, como, por exemplo, no direito burguês moderno serão as relações econômicas privadas e, no direito não oficial das favelas do Rio de Janeiro, a terra e a habitação. Todos esses espaços terão regiões jurídicas de centro ou periféricas, sendo estas últimas com “poucos recursos institucionais (justiça inacessível, assistência judiciária de baixa qualidade, advogados mal preparados etc.) e igualmente poucos recursos simbólicos (práticas jurídicas menos prestigiadas, teorização jurídica menos sofisticada etc.)”. Diz que “as regiões periféricas são também aquelas em que é mais densa a interpenetração entre as várias formas de direito que convergem na regulação da ação social”.²⁵

Para Sousa Santos, não se trata de estudar o pluralismo jurídico do ponto de vista antropológico, como coexistência no mesmo espaço político-jurídico de duas ou mais ordens jurídicas autônomas e geograficamente segregadas, mas da “sobreposição, articulação e interpenetração de vários espaços jurídicos misturados, tanto nas nossas atitudes, como nos nossos comportamentos”, múltiplas redes de ordens jurídicas que nos forçam a constantes transições e transgressões.²⁶

Aqui se propõe o estudo do pluralismo a partir da descentralização da justiça, levando em consideração a proposta de Sousa Santos, mas também ampliando o foco da discussão regulação/emancipação para um debate de justiça.

Com uma visão recorrente entre os filósofos do direito marxistas, na década de 1990 o advogado e professor Roberto Aguiar afirma que a justiça significa a “nova justiça emergente do desequilíbrio assumido, do compromisso e do conflito”, que “destruirá aquela encastelada

²³ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 171.

²⁴ Ibidem, p. 212-213.

²⁵ Ibidem, p. 213-214.

²⁶ Ibidem, p. 221.

nas alturas da neutralidade e imergirá na seiva da terra, nas veias dos oprimidos, no filão por onde a história caminha”. Diz que “a justiça é o dever-ser da ordem para os dirigentes, o dever-ser da esperança para os oprimidos”. Por essa razão, “a justiça não é neutra, mas sim comprometida, não é mediana, mas de extremos. Não há justiça que paire acima dos conflitos, só há justiça comprometida com os conflitos, ou no sentido de manutenção ou no sentido de transformação”.²⁷ Note-se que a abordagem do ponto de vista dos oprimidos precisa ser aprofundada. Afinal, quem são eles? Principalmente, qual o conteúdo desse referencial de justiça? Estaria essa justiça num paradigma ético definido pelo direito?

Para Aguiar, “o direito é um termômetro das relações sociais em dada sociedade, pois se de um lado ele é um dever-ser, um conjunto normativo ideológico, de outro ele é um fenômeno observável que surge dos conflitos sociais e serve para controlar esses mesmos conflitos”. Da mesma forma, “o direito é ideológico, é interessado, é parcial e é uma ordem emanada do poder para controlar os destinatários segundo os interesses e a ideologia dos grupos que legislam”. Por isso, “não podemos pensar no direito justo tão-somente na ordem transformada, mas encarar essa possibilidade na esfera da lei hoje vigente”.²⁸

Com isso, quer-se apresentar alguns argumentos que inspiraram de forma decisiva as práticas jurídicas insurgentes no Brasil. É o caso da dualidade na interpretação do direito, a ponto de apresentar a estratégia política de encarar a transformação da lei vigente hoje e, ao mesmo tempo, construir um outro direito. Essa postura fica ainda mais clara quando Aguiar se refere ao uso alternativo do direito, que considera como uma interpretação alternativa dentro dos parâmetros formais do direito burguês. Mas, além disso, ressalta que o uso alternativo do direito pode se dar em outra direção: a primeira, por parte das autoridades judiciais, que julgam no sentido do favorecimento das maiorias, assim como

ele também pode se dar pela ação do próprio povo, dos próprios oprimidos que, à luz de seus interesses e sua ideologia, reinterpretem a norma posta de outra maneira, engendrando um novo direito, um novo costume jurídico que passa a viver em certas comunidades, como, por exemplo, as favelas. Assim, tal prática vai se configurar como uma antecipação, uma cristalização daquilo que, mais para frente, se poderá tornar a nova norma posta, sob um novo entendimento de justiça.²⁹

O exemplo das favelas hoje é controverso. Aqui, interpreta-se a posição do autor de forma datada. O contexto das comunidades pobres brasileiras na década de 1970 era de grande

²⁷ AGUIAR, Roberto. *O que é justiça: uma abordagem dialética*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1999, p. 14-16.

²⁸ Ibidem, p. 115-119.

²⁹ Ibidem, p. 120. (grifo nosso).

articulação política por meio das associações de bairro, que inspiraram, inclusive, as pesquisas de Boaventura de Sousa Santos, como já dito. Ocorre que há outras promissoras análises do pluralismo, como a que garante o respeito público às ordens preexistentes ao modelo jurídico positivista-liberal, como o direito consuetudinário dos povos originários da América Latina.

Nesse contexto, Roberto Aguiar critica que, “apesar de estarmos nos confins da América Latina, somos gregos. Nossos ordenamentos jurídicos, nossas doutrinas morais e éticas, nossas justificativas às ordens políticas e econômicas estabelecidas estão embasados em visões dos gregos”. Aqui está sendo criticada nossa racionalidade *helenocêntrica* do direito e da filosofia em geral, em referência à brilhante obra de Roberto Gomes, “Crítica da razão Tupiniquim”.³⁰

Por falar em direitos e costumes, Wolkmer afirma que todo povo, em sua formação cultural, tem um aparato normativo e, portanto, delimita padrões, regras e valores que institucionalizam modelos de conduta, ou seja, uma determinada ordem social, instrumentalizando normas de regulamentação essenciais, capazes de atuar como sistema eficaz de controle social.³¹ Além disso, nosso modelo de construção do direito parte da lei, como aquela que estabelece o limite e, ao mesmo tempo, a possibilidade de liberdade.

Até mesmo nas sociedades mais remotas, a lei era considerada parte nuclear de controle social, elemento material para prevenir, remediar ou castigar os desvios das regras prescritas; portanto, a lei expressava um direito ordenado na tradição e nas práticas costumeiras que mantinham a coesão social. Esse sistema jurídico seria o reflexo da especialidade de um grau de evolução e complexidade da sociedade em que estava inserido.³²

Essa visão histórica é fundamental para contrariar a ideia de que um sistema jurídico é imutável; para lutar contra a dificuldade de compreensão do tempo atual com um olhar para o passado e, principalmente, para definir que o direito está ligado fortemente à escrita, mas que

³⁰ AGUIAR, O que é justiça: uma abordagem dialética, 1999, p. 27. Ver GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1980.

³¹ Para Wolkmer, visualiza-se um direito como reflexo de uma estrutura pulverizada, não só por um certo modo de produção da riqueza e por relações de forças societárias, mas, também, por suas representações ideológicas, práticas discursivas hegemônicas, manifestações organizadas de poder e conflitos entre múltiplos atores sociais. WOLKMER, Antonio Carlos. O direito nas sociedades primitivas. Em: _____ (Org.). *Fundamentos de história do direito*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 1-10.

³² Conforme Wolkmer, as sociedades que não tiverem domínio da escrita e, conseqüentemente, que não tenham a lei escrita estão abrangidas pelo conceito de direito arcaico, ao passo que as que tiverem leis escritas serão abrangidas pelo conceito de direito primitivo. WOLKMER, obra citada, p. 1-10.

não é dependente fundamentalmente deste. Tanto é assim que existem povos que até hoje vivem segundo um direito não-escrito e espontâneo, como é o caso de alguns indígenas.³³

Além do direito insurgente descrito por Thomaz Miguel Pressburger e outros advogados do AJUP, Camilo Borrero descreve o direito consuetudinário como insurgente ao se referir às reivindicações de indígenas na Colômbia³⁴ num contexto no qual enfrentam tensões com o Estado, com eles mesmos em suas comunidades e com outros movimentos sociais. Questiona-se sobre a possibilidade de aplicação desse direito não positivado como norma reguladora de aspectos da vida quotidiana.³⁵

Para Borrero, é comum aos críticos da rigidez formalista do direito “destacar as potencialidades de aspectos do direito consuetudinário, da normatividade autônoma dos grupos sociais ou do que se tem chamado 'direito insurgente'”. Segundo o autor, a “idéia subjacente a estas práticas é a do respeito à pluralidade legal. Trata-se de pensar em formas de regulações autônomas que dinamizem a autogestão dos grupos sociais e não que os dominem”. Complementa defendendo que a saída “é o pensamento de um mundo jurídico do múltiplo, um sistema cuja característica fosse precisamente o abandono de suas pretensões de unificar e domesticar os indivíduos, aceitando limites para suas falácias de coerência e hierarquização”.³⁶

O advogado colombiano ressalta o direito consuetudinário como algo vivo, atuante e em contínua formação: “não se trata de resgatar tradições imutáveis, mas sim de verificar usos e tradições que têm sentido na vida quotidiana presente”. Considera que “a evidência

³³ Para Wolkmer, as características do direito arcaico são: não ser legislado, as populações não conheciam a escritura formal e suas regras de regulamentação mantinham-se pela tradição; cada organização social possui um direito único, cada comunidade tinha suas próprias regras; diversidade de direitos não escritos, advinda da especificidade dos costumes jurídicos concomitantes; contaminado profundamente por práticas religiosas; direitos em nascimento, não há diferença entre o que é ou não jurídico. Em relação às fontes, resumiam-se aos costumes, aos preceitos verbais, às decisões pela tradição etc. WOLKMER, O direito nas sociedades primitivas, 2005, p. 1-10.

³⁴ Importante referir que a situação dos povos indígenas na América Latina nos dias atuais, por si só, já seria tema de outro trabalho, inclusive com maior fôlego. Mas deixa-se destacado que vários países alteraram sua constituição em relação aos povos indígenas: Colômbia em 1991; Peru em 1993; Bolívia em 1994; Equador em 1998; Venezuela em 1999; entre outros. Essas alterações se deram em contextos bastante próprios, mas seguiram a orientação da Organização Internacional do Trabalho, na sua convenção 169. Ocorre que algumas dessas alterações corresponderam aos anseios dos movimentos indígenas, inclusive com a ampla participação política nos governos, como é o caso da Bolívia; outros têm um contexto bastante complexo, com governos conservadores e baixa representatividade indígena, como é o caso da Colômbia.

³⁵ As comunidades referidas pelo autor foram a do Conselho Regional Indígena de Tolima (CRIT), constituído em 1980, e a Reserva Indígena de San Andrés de Sotavento, Córdoba, constituída em 1986. BORRERO, Camilo. A pluralidade como direito. Em: AGUIRRE, Francisco Ballón; BORRERO, Camilo. *Qual direito?*. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular/Fase, 1991, p. 35-68.

³⁶ Ibidem, p. 40.

demonstra que cada comunidade ou cada povo possui uma compreensão particular daquilo que aplica como direito”. Complementa dizendo que “isto coloca a conceitualização em quadros diferentes dos usados pelos tratadistas tradicionais. A relação entre norma e realidade estariam subordinada à eficiência e não à sistematicidade”.³⁷

A proposta de Borrero é problematizar a ideia de normas jurídicas que possam reger todas as relações sociais com uma pretensão de universalidade. A reaculturação, para o autor, significa a reivindicação da identidade cultural, da autonomia jurídica. Em outras palavras, a reaculturação representa um processo pedagógico com a participação dos mais idosos, tendo a educação papel fundamental. Esses grupos culturalmente diferenciados necessitam desse sistema diferenciado. O limite disso é que, nos exemplos citados, as comunidades indígenas relacionavam-se com comunidades vizinhas e, quando não satisfeitos com o resultado do processo, os indivíduos buscavam o Estado. Nas experiências analisadas há uma autonomia relativa, com reprodução do direito estatal; por outro lado, essas comunidades se mostram mais preparadas para a comunicação com as demais ordenações.

Como conclusão, ainda questiona o advogado colombiano: “Será que um conjunto de regulações particulares poderia alterar o poder do sistema legal de dominação?”. E responde que, “se esse direito é viável, se é melhor ou pior que os anteriores, dependerá das comunidades que o criam e o vivem”.³⁸

Essas noções colaboram para compreender a amplitude do pluralismo jurídico que se está abordando. Aqui estão descartadas as visões tidas como conservadoras desse fenômeno, posição recorrente em algumas abordagens críticas, de tratar o pluralismo jurídico somente como uma expressão do poder do traficante em comunidades marginalizadas de grandes centros urbanos brasileiros, ou do poder de grandes corporações empresariais transnacionais em relação ao poder do Estado.

³⁷ BORRERO, A pluralidade como direito, 1991, p. 51-53.

³⁸ Ibidem, p. 67.

1.1.2 A participação política pelo direito

Com base na concepção de justiça descentralizada, de pluralidade de sujeitos na administração da justiça, chega-se à participação política pelo direito, isto é, quando a participação política do povo envolve alguma questão jurídica específica, ou está voltada à resistência contra a dominação pelo direito. Para tanto, o sujeito não necessariamente precisa estar consciente da juridicidade de seu ato político, tanto que muitas vezes o negará. A juridicidade do ato político dependerá da aceitação do modelo pluralista como uma teoria definidora da realidade do direito. Nunca o defensor da teoria monista aceitará a juridicidade de atos políticos extra ou contra o direito vigente; mesmo assim, esses atos continuarão existindo, exigindo uma resposta jurídica diferente da violência legitimada do Estado.

Há tempos, o direito ao voto, ao sufrágio universal, tinha como resposta jurídica a relativização, a criação de requisitos de classe, de sexo, entre outras limitações. As conquistas de ampliação desse direito ocorreram com a participação política pelo direito: o voto das mulheres e dos analfabetos, por exemplo. O processo de ruptura com o antigo direito realizou-se com a instituição de outro. Assim, pluralismo jurídico remete ao direito, mas também a um direito outro – no exemplo referido, um outro direito em potência. Inúmeros exemplos históricos comprovaram a convivência temporal de diferentes direitos, não raro contraditórios ou até antagônicos.

Outro exemplo importante é o da existência jurídica de ordens normativas indígenas que não são respeitadas pela ordem positivista-liberal vigente. Mesmo que essas ordens não tenham sua existência prevista e autorizada pela última, continuam existindo em sua pluralidade, que está configurada pela convivência, harmônica ou não, de duas ou mais manifestações de juridicidade. O índio que ainda resiste na floresta Amazônica, por exemplo, não obedecerá necessariamente à nossa ordem jurídica positivista-liberal vigente, embora assim esteja previsto em nosso ordenamento.

Boaventura de Sousa Santos diz que é preciso, no século XXI, que a ciência seja reconfigurada numa constelação mais ampla de saberes, na qual coexista com práticas de saberes não científicos “que sobreviveram ao epistemicídio ou que, apesar da sua

invisibilidade epistemológica, têm emergido e florescido nas lutas contra a desigualdade, a discriminação, tenham ou não por referência um horizonte não capitalista”.³⁹

Sousa Santos refere-se ao texto *Nuestra América* de José Martí,⁴⁰ que inspirou Mariátegui, Oswald de Andrade, Fernando Ortiz e Darcy Ribeiro.⁴¹ Para Sousa Santos, “os fragmentos normativos intersticiais que colhemos em *Nuestra América* fornecerão as sementes de um novo direito ‘natural’”, o qual será “um direito cosmopolita, um direito que vem de baixo, a encontrar nas ruas onde a sobrevivência e a transgressão criativa se fundem num padrão de vida quotidiano”. Afirma que “*Nuestra América* tem de ser desterritorializada e convertida na metáfora da luta das vítimas da globalização hegemónica, onde quer que se encontrem, no Norte ou no Sul, no Oriente ou no Ocidente” – uma nova cultura política transnacional.⁴² Defende um “novo meta-direito intercultural que [...] deve presidir a uma articulação pós-colonial e multicultural das políticas de igualdade e de identidade”, pois “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.⁴³

Além da importância desse reconhecimento e respeito público por ordens jurídicas plurais no contexto indígena, o pluralismo jurídico cumpre papel fundamental na preservação cultural de outros povos negados historicamente no Ocidente, como os negros. Tal epistemologia jurídica cumpre função específica na análise e organização das terras de quilombos, que garantia relativa autonomia ao povo negro para preservar seus costumes e outros elementos culturais dos territórios de resistência à política de escravidão e extermínio do Estado brasileiro.

Sobre essas questões, o filósofo Enrique Dussel responde de forma mais ampla ao tema das transformações culturais e jurídicas necessárias para a política da América Latina. O autor prevê três esferas de institucionalidade para a concretização dessa política: a material, formal e a da factibilidade política. A material é o conteúdo de toda ação política sobre a produção, reprodução e desenvolvimento da vida dos cidadãos; é uma esfera cruzada pelos

³⁹ SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 156.

⁴⁰ MARTÍ, José. *Nuestra América*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

⁴¹ Refere-se às obras de Oswald de Andrade, *A utopia antropofágica* (São Paulo: Globo, 1990); de José Carlos Mariátegui, *La novela y la vida* (Lima: Biblioteca Amanta, 1974); de Fernando Ortiz, *Contrapunteo cubano del Tabaco y el azúcar* (Barcelona: Ariel, 1973); e de Darcy Ribeiro, *Ensaio insólitos* (Porto Alegre: L&PM, 1979).

⁴² SOUSA SANTOS, obra citada, p. 200-216.

⁴³ Ibidem, p. 313.

campos ecológico, econômico, cultural etc. A formal, ou procedimento normativo, são as instituições que garantem a legitimidade de todas as ações e instituições restantes de todo sistema político; é cruzada, portanto, pelos campos do direito, dos sistemas militares, partidários, carcerários etc. A esfera da factibilidade política é aquela em que as instituições se permitem executar os conteúdos dentro dos marcos da legitimidade; é a administração do Estado incluindo muitas outras instituições da sociedade civil e social.⁴⁴

O princípio material libertador consiste em permitir a todos os membros da política que vivam, que vivam bem, que desenvolvam a qualidade de suas vidas. É a afirmação da vida da vítima política, que não pode viver pela injustiça do sistema, a qual permite cumprir com a exigência de desenvolver a vida da comunidade. Porque a mera reprodução da vida do pobre exige mudanças e que, ao mesmo tempo, produz um desenvolvimento civilizador de todo o sistema. É obrigação do político o desenvolvimento da vida dos cidadãos, em primeiro lugar daqueles que têm sido postos de fora da possibilidade de cumprir com a satisfação das necessidades, desde as mais básicas até as superiores. A política, no seu sentido *obediencial*, é essa responsabilidade pela vida, em primeiro lugar, dos mais pobres.⁴⁵

O princípio material crítico da política contempla ainda as dimensões ecológica, econômica e cultural. Estas determinam a esfera material da política e em cada um delas existem exigências particulares. Na ecológica está o perigo da extinção da vida. O princípio ecológico poderia enunciar: “Devemos em tudo atuar de tal maneira que a vida no planeta Terra possa ser uma vida perpétua!”. Na subesfera econômica o perigo é o sistema capitalista para a ecologia e a sociedade, em razão da pobreza e da miséria. O princípio poderia ser: “Devemos imaginar novas instituições e sistemas econômicos, que permitam a reprodução e crescimento da vida humana e não do capital!”. Na subesfera cultural da política é preciso superar o eurocentrismo da modernidade colonialista para a afirmação da multiculturalidade dentro da população de um sistema político nacional. O princípio poderia ser:

Devemos apoiar a identidade cultural de todas as comunidades incluídas dentro do sistema político e defender a diferença cultural quando se tentem homogeneizar as culturas e as línguas da população a partir da dominação de uma delas (a *criolla* ou mestiça moderna europeia) com a exclusão das outras! Devemos efetuar uma revolução cultural!.⁴⁶

⁴⁴ DUSSEL, Enrique. *20 Tesis de política*. México: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 2006, p. 57.

⁴⁵ Ibidem, p. 103.

⁴⁶ Ibidem, p. 104.

As transformações culturais devem levar em consideração que a cultura europeia aplicada como superior à ameríndia provocou o genocídio de povos originários e negros. O capitalismo supõe a cultura ocidental como a única universal. A política deve, igualmente, intervir no nível cultural para a recuperação da afirmação da própria dignidade, a própria cultura, língua, religião, valores éticos, relação perpétua com a natureza, oposta a um igualitarismo liberal do cidadão homogêneo. “Quando a igualdade destrói a diversidade, há que defender-se a diferença cultural. Quando o uso da diferença cultural é uma maneira de dominar os outros, há que defender-se a igualdade da dignidade humana”. Trata-se de reconhecer a multiculturalidade da comunidade política e começar uma educação em diálogo intercultural respeitoso das diferenças. O sistema pedagógico, inclusive, deve superar o eurocentrismo em todos os ramos do saber, exposta a longa e complexa história plurinacional e latino-americana na história mundial. Deve ser uma educação da solidariedade com os mais necessitados, ou seja, os mais pobres.⁴⁷

Outro autor que aprofunda pressupostos políticos é Walter Mignolo ao debater o termo “libertação” ou “emancipação”, propondo a libertação (ao invés de emancipação, como Boaventura de Sousa Santos). Afirma o seguinte: “Enfatizo 'libertação' porque estou argumentando aqui na perspectiva das fronteiras externas do sistema mundial colonial/moderno”, isso porque “todos nós sabemos que 'emancipação' é o termo usado para o mesmo propósito dentro das fronteiras internas do sistema mundial colonial/moderno”. Refere-se às fronteiras internas desse sistema mundial colonial/moderno como as modernidades coloniais, que, num período que se expande “de fins do século 15 até a etapa inicial da globalização, construíram um arcabouço e uma concepção do conhecimento baseado na distinção entre a epistemologia e a hermenêutica e, ao fazê-lo, subalternizaram outros tipos de conhecimento”.⁴⁸

Com isso, Mignolo não coloca todas as posições políticas de Boaventura em xeque, mas proporciona uma crítica de impacto aos seus referenciais latino-americanos, amplamente difundidos no continente.⁴⁹ A questão central, para Mignolo, está em atacar o conceito de epistemologia, para possibilitar um estudo profundo dos conhecimentos latino-americanos

⁴⁷ DUSSEL, 20 Tesis de política, 2006, p. 139.

⁴⁸ MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ediufrmg, 2003, p. 28-36.

⁴⁹ Ver ainda: DUSSEL, Enrique. *Política de la liberación: historia mundial y crítica*. Madrid: Trotta, 2007.

negados pelo sistema colonial/moderno. Contudo, é preciso aprofundar o que Mignolo entende por “diferença colonial”:

Colonialidade do poder é um conceito introduzido por Anibal Quijano (1992, 1997, 1998),⁵⁰ tivemos um deslocamento que passa de 'mundo moderno' para 'mundo colonial/moderno', destacando a 'diferença colonial'. Assim, a colonialidade do poder torna-se visível, e as fraturas epistemológicas entre a crítica eurocêntrica do eurocentrismo distinguem-se da crítica ao eurocentrismo apoiada na diferença colonial – articulada como pós-colonialismo – e que, tendo em vista a singularidade de cada história e experiência colonial, prefiro entender e teorizar como pós-ocidentalismo.

Assim, a geopolítica do conhecimento torna-se um conceito poderoso para evitar a crítica eurocêntrica do eurocentrismo e para legitimar as epistemologias liminares que emergem das feridas das histórias, memórias e experiências coloniais. A modernidade, repito, leva nos ombros o pesado fardo e responsabilidade da colonialidade. A crítica moderna da modernidade (pós-modernidade) é uma prática necessária, mas que termina onde começam as diferenças coloniais. As diferenças coloniais do planeta são a morada onde habita a epistemologia liminar.⁵¹

É importante destacar que um dos filósofos do direito que fazem o debate entre a “filosofia e a política da libertação”, de Dussel, e o direito dos indígenas e povos originários é o professor Jesus Antonio de la Torre Rangel. Trazem-se três conceitos do autor: sobre o direito, a “negação de todo Direito” e a normatividade plural. O sentido é aprofundar a noção de direito deste referencial teórico.

Primeiramente, afirma que a “negação de todo direito” seria a negação de todo direito estatal ou a negação de todo direito; poderia, ainda, ser a negação de todo direito subjetivo, o analogado principal: “ausência de todo exercício real e eficaz dos direitos humanos básicos ou elementares, a impraticabilidade da justiça e a total ineficácia de nossa normatividade, ou direito objetivo, quanto às suas pretensões de postular direito e fundar relações justas entre os homens”.⁵² Para o autor, existe direito como manifestação de opressão pela sua ausência de regulamentação.

Aproximando-se ainda dos conceitos de direito, Torre Rangel afirma que

⁵⁰ Ver QUIJANO, Aníbal. Em: Edgar Lander. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

⁵¹ MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Eduefmg, 2003, p. 66.

⁵² TORRE RANGEL, Jesus Antonio de la. Pluralismo jurídico enquanto fundamentação para a autonomia indígena. Em: WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 313.

o Direito, a juridicidade, é um fenômeno social complexo que não se esgota nas leis ou normas legais, que são o sentido mais usual que se dá ao termo 'Direito'. O fenômeno jurídico, o mundo do Direito, também é formado por outros direitos subjetivos ou faculdades das pessoas ou grupos sociais, que constituem a base propriamente dita dos direitos humanos; pelas idéias, aspirações e concretizações de justiça e pelo conhecimento sistemático do próprio fenômeno jurídico, que constitui o objeto da ciência do Direito.⁵³

Foram apresentadas quatro realidades que representam os analogados do direito: o direito objetivo, o direito subjetivo, o direito como justiça (justiça, é o principal) e o direito como ciência. Isso porque a normatividade paralela, plural, com relação complexa entre os sistemas de direito, pode ter a ver com: a) o direito produzido no seio das comunidades está totalmente à margem do direito do Estado e de seus aparatos administrativos de coação e de poder; b) o que produz choques entre as duas normatividades, que parte da luta dos pobres, consiste em fazer prevalecer seu direito; c) o Estado reconhece [promulga] parte da normatividade produzida no seio das comunidades, exercendo, então, um controle sobre ela, tratando de adaptá-la à sua lógica.⁵⁴

Afinal, o que há de inovador na atualidade da teoria e prática do pluralismo jurídico na América Latina? Sem dúvida, as experiências de justiça comunitária, inclusive indígenas, têm enriquecido muito o debate. Torre Rangel, por exemplo, trabalha no apoio jurídico ao sistema comunitário de Montaña e Costa Chica de Guerrero, no México. Esse sistema comunitário é resultado da resistência do movimento indígena que ainda busca sua autonomia, o qual trata da segurança, reeducação e *impartición* de justiça, que, numa tradução livre, significa o ato de dar ou distribuir justiça; envolve índios *tlapanecos*, *mixtecos*, *nahuas* e *amuzgos*.⁵⁵

Sobre as polêmicas que envolvem o pluralismo jurídico, é importante reconhecer que os teóricos pluralistas mais partem de uma análise pluralista da realidade do que necessariamente propõem outro modelo de direito para a sociedade, ao passo que os monistas não só se reivindicam como monistas para analisar a realidade (o que deve ser), mas, também, identificam-se com a proposta monista-garantista da sociedade. Assim, os pluralistas ainda não têm uma proposta jurídico-política da sociedade, a qual está por ser construída justamente pelos sujeitos históricos propostos, como os movimentos populares. São necessárias análises que busquem fazer a descrição desses projetos que estão em curso na sociedade.

⁵³ TORRE RANGEL, Pluralismo jurídico enquanto fundamentação para a autonomia indígena, 2004, p. 314.

⁵⁴ Ibidem, p. 316.

⁵⁵ Conferir: TORRE RANGEL, Jesus Antonio de la (Org.). *Pluralismo jurídico*. San Luis Potosí: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Gutiérrez, 2007, p. 264.

1.2 Histórico das práticas jurídicas insurgentes de 1960 a 2000

Esta retrospectiva é fundamental uma vez que a gênese dessas práticas está no contexto de luta contra a repressão política dos governos militares latino-americanos. Esses regimes totalitários limitaram os direitos políticos à máxima da exceção e suspenderam a faculdade de manifestação e reivindicação pública das incalculáveis opressões provocadas ao povo. Mesmo assim, não conseguiram apagar a existência das práticas jurídicas insurgentes. Nessa época, eram frequentes os movimentos de resistência pacífica ou armada, além das sempre existentes práticas jurídicas indígenas e de outras etnias ameríndias. Os movimentos de resistência política contavam com a assessoria jurídica de advogados militantes, envolvidos organicamente com seus “representados”. A seguir, esboçam-se algumas das vertentes e ideias da gênese da assessoria jurídica popular.

O histórico dessas práticas pode ser dividido, no contexto geral da América Latina, com conceitos como o das práticas jurídicas alternativas, por meio dos serviços legais alternativos. Essa posição inicial se fixa principalmente no trabalho precursor do Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA), de Bogotá, Colômbia. Esta entidade sempre atuou como uma rede de profissionais do direito em todo continente; além dessa relação regional, mantém uma interlocução frequente com ambientes universitários dos Estados Unidos da América e da Europa. Em virtude disso, maneja conceitos ligados ao movimento de Acesso à Justiça e Direitos Humanos, dos quais são precursores professores vinculados à *critical legal studies* e à *cause lawyering* (que numa tradução livre significam “estudos críticos do direito” e a “advocacia por uma causa”), como David Trubek, Jeremy Cooper, entre outros; assim como tem como inspiração a corrente italiana de Acesso à Justiça, com Mauro Cappelletti.

No Brasil, existe um intercâmbio forte com o ILSA, principalmente por parte dos professores universitários, mas também por muitos profissionais do direito. Dedicando grande parte dos estudos acadêmicos à sociologia das profissões, Eliane Botelho Junqueira, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, manteve contato frequente com os integrantes do ILSA, assim como com universidades norte-americanas.⁵⁶ Até mesmo o

⁵⁶ Os trabalhos da Universidade de Winsconsin, entre outras, podem ser aprofundado em: COOPER, Jeremy; TRUBEK, Louise G. (Ed.). *Education for justice: social values and legal education*. Brookfield: Ashgate, 1997; SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart (Ed.). *Cause lawyering: political commitments and professional responsibilities*. Nova Iorque: Oxford: Oxford University Press, 1998; SARAT, Austin;

advogado popular Thomaz Miguel Pressburger teve em contato direto com essas escolas, a colombiana e a norte-americana, apesar de divergir teoricamente das concepções envolvendo os serviços legais alternativos e a advocacia por uma causa.

A professora Eliane Botelho Junqueira realizou pesquisa de 1995 a 1997 sobre a advocacia popular, inclusive sobre o trabalho do AJUP, e define que o termo “advocacia popular” foi convencionado pelos profissionais do direito e intelectuais na segunda metade da década de 1980. A pesquisa desta autora insere-se na continuidade de outros projetos desenvolvidos, como o projeto internacional sobre *cause lawyering on the left*, advocacia por uma causa à esquerda.⁵⁷ Nos EUA está ligada ao movimento *critical legal studies*, com expressões como *critical lawyering* e *cause lawyering*, advocacia crítica e advocacia por uma causa.⁵⁸ Essas expressões não são exaustivas, mas remetem todas, segundo Menkel-Meadow, a “qualquer atividade que procure utilizar meios relacionados com o direito ou que procure modificar o direito para alcançar uma maior justiça social, tanto para indivíduos particulares como para grupos em desvantagem”. Alguns autores preferem se remeter genericamente a *cause lawyering*, advocacia por uma causa, em oposição à “advocacia por clientes”.⁵⁹

O contexto brasileiro das décadas de 1960 e 1970 motivou grande parte dos grupos de assessoria jurídica a movimentos populares, muitos deles existentes até hoje. Como já assinalado, os regimes militares de exceção, além de fazerem uso de inúmeras arbitrariedades, de suspenderem e violarem direitos humanos fundamentais, de dizimarem uma série de revoltas populares, de torturarem e assassinar milhares de pessoas, também processavam e julgavam alguns militantes políticos. Nesse período, o exercício da advocacia era uma arte, visto que os discursos inflamados na sala de audiência poderiam resultar em prisão ou perseguição política; não eram respeitados direitos mínimos ao devido andamento dos processos, bem como a justiça militar garantia a impunidade legal do abuso de poder e da violência dos agentes do Estado.

SCHEINGOLD, Stuart (Edi.). *Cause lawyering and the State in a global Era*. Nova Iorque: Oxford: Oxford University Press, 2001.

⁵⁷ Coordenado por Austin Sarat (Amherst College) e Stuart Scheingold (University of Washington) dentro do Working Group on Legal Profession (coordenado por William Felstiner) do Research Committee on Sociology of Law (RCSL).

⁵⁸ Outras expressões utilizadas nos EUA são: *transformative lawyering*, *rebellious lawyering*, *lawyering for the good*, *social justice lawyering*, *public interest lawyering*, *activist lawyering*, *progressive lawyering*, *equal justice lawyering*, *radical lawyering for social change*, *socially conscious lawyering*, *lawyering for the underrepresented*, *lawyering for the subordinated*, *alternative lawyering*, *political lawyering*, *visionary lawyering*.

⁵⁹ JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Os advogados populares: em busca de uma identidade. Rio de Janeiro: Departamento de Direito PUC-RJ, 1998. *Cadernos PIBIC*, ano IV, n. 2, p. 1-2.

Por sua vez, os movimentos políticos, divididos entre os que optavam pela luta pacífica e pela armada, faziam uso de mecanismos de resistência inclusive pelo direito. Eram frequentes os embates jurídicos envolvendo a militância política de oposição ou de resistência. A partir da experiência nesses grupos pacíficos, em movimentos clandestinos e até armados, surgiram grupos de advogados articulados com movimentos religiosos, com movimentos de educação popular, com outras entidades não governamentais e com outros ligados a cargos e funções públicas. O período da dita “redemocratização” do país, a partir de 1985, foi fecundo para a organização popular, inclusive dos grupos de apoio jurídico, pois ocorreu o surgimento de um movimento sindical atuante, com o apoio de advogados nas oposições sindicais, assim como a construção das centrais sindicais.

É exatamente o caso de dois grupos analisados neste trabalho: o Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP), que existiu de 1985 a 2002, do Rio de Janeiro, e a Acesso - Cidadania e Direitos Humanos, criada por volta de 1985 e que atua até hoje, de Porto Alegre. Alguns advogados fundadores do AJUP, como Miguel Pressburger e Miguel Baldéz, estiveram ligados durante o período militar a diferentes movimentos, no Partido Comunista e em outras organizações clandestinas. No período da redemocratização, tiveram participação ativa nas oposições sindicais, inclusive por meio de partidos políticos (como o Partido Democrático Trabalhista-PDT), assim como na atuação em cargos públicos (como a procuradoria dos estados), e colaboraram com movimentos populares do campo e da cidade. O advogado Jacques Alfonsin tem uma ligação forte com as pastorais católicas, sempre militou em movimentos pacíficos, inclusive no período militar, atua no apoio a movimentos populares que reivindicam moradia e terra, principalmente movimentos de ocupação urbana e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Entretanto esses não são os únicos grupos de assessoria jurídica popular no Brasil. Outro exemplo é a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), fundada em 1982, num contexto de elevada violência no campo, com assassinato de trabalhadores rurais, inclusive vitimando o advogado popular Eugenio Lira. A experiência da época dos advogados envolvia forte militância nas oposições e centrais sindicais.⁶⁰ Também há o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), fundado em 1981, no Recife, por um grupo de advogados que desejava trabalhar com educação popular e assessoria jurídica, no

⁶⁰ NUNESMAIA JUNIOR, Gil. AATR: Breve histórico. Em: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA. *Revista da AATR*, n. 1, Salvador, abr. 2003, p. 10.

contexto de elevado déficit habitacional e inúmeras ocupações urbanas na região onde trabalhavam.⁶¹

Assim, analisa-se mais detalhadamente esse período histórico que vai desde os regimes militares das décadas de 1960 até os Estados ditos democráticos e de direito dos dias de hoje, na América Latina, com atenção especial para o contexto brasileiro das assessorias jurídicas populares.

1.2.1 Serviços jurídicos alternativos na América Latina

Traz-se um breve histórico das práticas jurídicas insurgentes no contexto latino-americano, embora não se pretenda esgotar todas as experiências existentes. Por isso, inicia-se com o contexto das ditaduras militares que assolaram toda a América Latina a partir da década de 1960,⁶² uma vez que tanto as experiências estudantis quanto a dos advogados populares, precursores da assessoria jurídica popular no Brasil, foram decisivamente influenciadas por esse contexto e forjadas em razão da resistência democrática a esses regimes totalitários.

No período histórico analisado, décadas de 1960 a 2000, destacam-se grupos de advogados populares em toda a América Latina. A princípio, apresentam-se como “serviços jurídicos alternativos”, manejando com os vocábulos “alternativo”, “inovador”, “popular”, “crítico” e outros similares.⁶³ Este conceito é desenvolvido por diferentes grupos de advogados populares, como, por exemplo, os da Colômbia, Chile, Argentina, entre outros.⁶⁴ Um exemplo é o Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA), que

⁶¹ GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA AS ORGANIZAÇÕES POPULARES. *História do Gajop*. Disponível em: <http://www.gajop.org.br/>. Acesso em: 2 abr. 2009.

⁶² Sobre esse período histórico no Brasil ver: MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil 1964-1985*. São Paulo: Edusc, 2005; PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

⁶³ INSTITUTO LATINOAMERICANO DE SERVICIOS LEGALES ALTERNATIVOS. Qué es ILSA, hacia dónde va? . *El Otro Derecho*, Bogotá, n. 3, jul. 1989, p. 07.

⁶⁴ Alguns exemplos são Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA), em Bogotá, Colômbia, www.ilsa.org.co; o Centro de Reflexión y Acción para el Cambio (Quercum), no Chile; e o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), de 1979, de Buenos Aires, Argentina – www.cels.org.ar, ainda o projeto FORJA – Formación Jurídica para la Acción, no Chile, www.redjusticia.forja.cl.

publica a revista *El Otro Derecho*, com nomes como Victor Moncayo e José Hurtado, da Colômbia.⁶⁵

Conforme Vladimir Luz, o advogado popular Manuel Jacques foi um dos primeiros a utilizar o termo *servicios legales alternativos*, no final da década de 1980, no Chile, ao passo que na década de 1990 José Hurtado utilizava o termo *servicios inovativos*, na Colômbia.⁶⁶ Primeiramente, o serviço jurídico alternativo está

inscrito dentro de um grande projeto de fazer que o povo seja sujeito de sua história, que faça as leis para seu proveito e as utilize para defender seus interesses. Dado que isto não ocorre assim porque estamos em uma sociedade injusta, o exercício do Direito deve ir acompanhado da educação e da organização popular.[...] Se falamos de alternativo, fazemos referindo-nos a uma sociedade cujos valores não compartilhamos, como tampouco sua fundamentação teórica, nem as leis que fazem cumprir esses valores. No entanto, estamos obrigados a viver nesta sociedade. [...] O alternativo move-se dentro da antecipação de uma sociedade nova que ainda não existe e a contestação da que existe.⁶⁷

A expressão “alternativo” não representa todas as práticas jurídicas descritas neste trabalho; por isso, adota-se o termo “práticas jurídicas insurgentes” para reunir a descrição de todas as atividades já referidas: serviços legais inovadores, assessoria jurídica popular, *servicios legales alternativos*, *servicios inovativos*.

Nota-se que a noção de alternativo dialoga com expressões comuns a discussões, que, principalmente nas décadas de 1980 e 1990 na América Latina, especialmente no Brasil, pautaram trabalhos acadêmicos e inúmeros eventos de extensão. Trata-se da discussão sobre o direito alternativo, o uso alternativo do direito, entre outros conceitos. Não se pode deixar de assinalar que em todo esse contexto de efervescência intelectual ainda permeavam teorias como a do pluralismo jurídico e a do direito insurgente. O Movimento de Direito Alternativo (MDA) envolveu inúmeros profissionais do direito e professores universitários, numa multiplicidade de integrantes que coincidiu com a diversidade de opiniões e de teorias propostas. Ainda hoje há grupos de debate sobre o tema, principalmente no Rio Grande do

⁶⁵ Outros exemplos a serem explorados em outros trabalhos são as experiências da Universidade Popular, na Praça de Maio, em Buenos Aires, Argentina – www.madres.org/, assim como a Universidad de los Trabajadores, que funciona na Argentina e no Uruguai – www.atal.org/.

⁶⁶ LUZ, Vladimir Carvalho. *Assessoria jurídica popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 49. Pouco se sabe desse período em relação à advocacia popular. Esta obra é precursora nesse estudo e nos desafia a aprofundar suas origens.

⁶⁷ INSTITUTO LATINOAMERICANO DE SERVICIOS LEGALES ALTERNATIVOS, *El Otro Derecho*, 1989, p. 9. Grifo nosso.

Sul, Santa Catarina e em São Paulo. Contemporaneamente, destaca-se o Núcleo de Direito Alternativo da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de São Paulo (Neda Unesp).

Os diálogos no MDA envolveram, pelo menos, quatro grandes teorias, que “concorriam” como as teorias críticas do direito brasileiras. O *direito alternativo*, com inspiração europeia, fundamentada em teorias de juízes italianos e espanhóis, propõe o uso de um referencial alternativo de princípios gerais para fundamentar decisões em regimes de exceção, como o da ditadura militar brasileira, ou regimes políticos de Estados pós-ditatoriais com parte do sistema jurídico de exceção ainda vigente. A aplicação brasileira ocorre principalmente por decisões judiciais após o período ditatorial e ainda hoje pende para a garantia de direitos humanos fundamentais de movimentos populares e hipossuficientes em geral. O *pluralismo jurídico*, com inspiração nas pesquisas desenvolvidas em Recife e no Rio de Janeiro, respectivamente por Joaquim Falcão e Boaventura de Sousa Santos, tem como estudioso e divulgador o professor Antonio Carlos Wolkmer. A teoria do *pluralismo jurídico* propõe o reconhecimento e a manutenção das manifestações jurídicas que estão para além do Estado, principalmente aquelas provindas dos corpos intermediários, como os movimentos sociais, que contribuam para a formação de uma cultura jurídica comunitária e participativa. O *direito achado na rua* é representado pelo professor Roberto Lyra Filho, para quem o direito autêntico e global não pode ser isolado em campos de concentração legislativa, pois indica os princípios e normas libertadoras, considerando a lei um simples acidente no processo jurídico e que pode, ou não, levar a melhores conquistas.⁶⁸ A principal vertente encontra-se ainda na Universidade de Brasília, com o Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP), levado adiante por José Geraldo de Sousa Junior, com projetos de extensão de abrangência nacional na década de 1990. Finalmente, o direito insurgente é defendido pelo advogado popular Miguel Pressburger, mas foi compartilhado por todos os integrantes do AJUP, assim como outros grupos de advocacia popular, como a AATR. Miguel Pressburger propõe que, para além do *positivismo de combate*, ou o embate judicial com os instrumentos jurídicos oficiais, há um “caldo de cultura” proveniente dos conflitos sociais, revelado nas estratégias dos sujeitos coletivos organizados. É justamente na invenção de um direito mais justo e eficiente que emerge das lutas sociais o direito insurgente, o qual não se normatiza ou alcança eficácia para toda a sociedade, mas fornece indicativos metodológicos importantes na busca de novas epistemologias.⁶⁹

⁶⁸ LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. 7. ed. Brasília: Brasiliense, 1982. p. 11

Especificamente sobre as relações entre o direito alternativo e o direito insurgente, destacam-se duas posições muito próximas de integrantes do MDA sobre o trabalho do AJUP. Primeiramente, Ledio da Rosa de Andrade, sobre a participação de advogados no Movimento de Direito Alternativo, afirma que

Miguel Pressburger, inobstante possuir, com seus escritos e sua prática, enorme influência no movimento alternativo, talvez não possa ser incluído como um membro do Direito Alternativo, pois isso reduziria sua atuação na história jurídica do país, quitando-lhe os méritos. Em realidade, seu trabalho em defesa dos direitos das classes populares, principalmente como coordenador do Instituto Apoio Jurídico Popular, é anterior ao alternativismo.⁷⁰

Acentua ainda que a grande contribuição desse advogado popular, além da crítica ao “direito burguês” e seus principais institutos (a propriedade privada e a liberdade contratual), está no seu conceito de direito insurgente, “não aceitando a produção do Direito como monopólio do Estado, recorre ao pluralismo jurídico, para justificar a existência de outro Direito, 'que se vai construindo na periferia da sociedade', é insurgente e alternativo ao Direito Posto”.⁷¹

O professor Edmundo Lima de Arruda Junior considera que

talvez o IAJUP tenha uma postura mais acertada ao utilizar a expressão direito insurgente para designar a juridicidade que choca contra o Estado, mas que está presente dentro do Estado, daí a advocacia no Judiciário como também e de forma mais crescente, diretamente face ao poder Executivo (caso das ocupações de terra, do direito de lage, etc). Mas não há maiores elaborações teóricas.⁷²

Em ambos os casos há concordância tanto quanto à relevância do tema proposto pelo AJUP quanto à semelhança da teoria do direito insurgente com o pluralismo jurídico. Também se destaca a posição diferenciada desses advogados que participam do MDA, de estarem articulados diretamente com movimentos populares. Por outro lado, destaca-se a afirmação de não haver “maiores elaborações teóricas”, questão que será tratada de forma mais ampla no segundo capítulo do trabalho.

⁶⁹ PRESSBURGER, Miguel. Direito insurgente: o direito dos oprimidos. Em: RECH, Daniel; PRESSBURGER, Miguel; ROCHA, Osvaldo Alencar; TORRE RANGEL, Jesús A. de la. *Direito insurgente: o direito dos oprimidos*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1990, p. 06-12.

⁷⁰ ANDRADE, Lédio Rosa de. *Introdução ao direito alternativo brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996, p. 139.

⁷¹ Ibidem, p. 140.

⁷² ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de. *Introdução à sociologia jurídica alternativa: ensaio sobre o direito numa sociedade de classes*. São Paulo: Acadêmica, 1993, p. 182.

Thomaz Miguel Pressburger respondeu a essas análises, primeiramente, destacando o papel e o mérito dos magistrados alternativos, que é “o de chegarem à rebeldia – com todas suas conseqüências – não por cópia, e sim por viva indignação diante da criminoso injustiça social brasileira”. Comenta que a característica latino-americana da crítica ao direito foi de estimular o combate ao formalismo, ao positivismo e ao dogmatismo. Uma peculiaridade do movimento brasileiro foi a metodologia de análise marxista, sentida de forma especial na análise dos advogados e professores universitários. Por outro lado, o autor não deixa de fazer duas ressalvas ao MDA: a primeira é de que o marxismo vindo da crítica do direito francês esteve muito contaminado pelo estruturalismo de Althusser; a segunda, de que as contradições sociais brasileiras são tão gritantes que propostas alternativas sensibilizam inclusive não marxistas e, até mesmo, aqueles que somente buscam uma função social ao direito.⁷³

Em relação ao pluralismo jurídico, Pressburger considera-o como uma vertente do direito alternativo. Critica a pesquisa de Boaventura de Sousa Santos realizada em favelas do Rio de Janeiro na década de 1970, em primeiro lugar, porque “a tese acadêmica não foi produzida no Brasil, apesar da pesquisa ter-se realizado aqui, merecendo reparos por não expressar nenhuma realidade concreta, e sim um *mixing*⁷⁴ de duas ou três favelas com realidades distintas”; segundo, porque, além dos estudos sobre as relações jurídicas *alternativas* em grupos camponeses e favelados, deveriam ser lembrados trabalhos enfocando essas relações em remanescentes povos indígenas. Contudo, reconhece a importância deste estudo para a advocacia popular, por ter colocado em confronto a produção jurídica estatal e a não estatal, seja fora do Estado, seja paralela ao Estado ou mesmo contra o Estado, o que acabou por abrir novos horizontes no “próprio (re)pensar o direito, ou seja, desafiando a estratificação da ciência do direito”.⁷⁵

A princípio, as teorias do direito alternativo e do pluralismo jurídico ficaram restritas ao ambiente das discussões acadêmicas e com profissionais do direito; inclusive, a difusão das ideias para a população era uma das principais preocupações do MDA no auge da década de 1990, quando seus encontros anuais reuniam centenas de professores, estudantes, profissionais do direito e militantes de todo Brasil. Como alguns reconhecem, o direito insurgente proposto pelo AJUP era o que tinha maior inserção nos movimentos populares, assim como o direito

⁷³ PRESSBURGER, T. Miguel. Direito, a alternativa. Em: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – RJ. *Perspectivas sociológicas do direito: 10 anos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Thex/OAB-RJ/Universidade Estácio de Sá, 1995, p. 27-29.

⁷⁴ Tradução livre: “mistura”.

⁷⁵ PRESSBURGER, obra citada, p. 29-31.

achado na rua. Por isso, a produção teórica dos profissionais do direito e professores envolvidos nas atividades, principalmente nas publicações e formações, do AJUP foi amplamente difundida entre os advogados populares e lideranças de movimentos populares na década de 1990 no Brasil.⁷⁶

Essa interlocução dos grupos de apoio jurídico com os movimentos populares produziu uma teoria crítica do direito que complementa, justifica e vai além das outras, principalmente porque propõe novas epistemologias, que emergem da invenção de um novo direito, em razão das estratégias das práticas sociais de movimentos populares, em interlocução com intelectuais da educação, do direito e de outras áreas políticas e sociais.

1.2.2 Assessoria jurídica popular no Brasil

A assessoria jurídica popular, amplamente concebida, consiste no trabalho desenvolvido por advogados populares, estudantes, educadores, militantes dos direitos humanos em geral, entre outros, de assistência, orientação jurídica e/ou educação popular com movimentos sociais, com o objetivo de viabilizar um diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelo povo para a realização de direitos fundamentais para uma vida com dignidade, seja por meio dos mecanismos oficiais, institucionais, jurídicos, seja por meios extrajurídicos, políticos e de conscientização.

No período de estado de exceção declarado no Brasil muitos advogados populares estiveram engajados na defesa de presos políticos e de outras pessoas envolvidas na resistência ao governo de regime militar. Não era tarefa fácil representar um cliente que na maioria das vezes sequer tinha processo judicial ou militar instaurado, ou representar um cliente que estava “desaparecido”, que havia sido torturado, violado em toda sua dignidade, talvez morto “não oficialmente”. Esses advogados e outras organizações civis da sociedade brasileira, incluindo a Ordem dos Advogados do Brasil, envolveram-se diretamente no movimento de democratização a partir da década de 1980.

⁷⁶ Não se pode deixar de assinalar que essa é a postura de grande parte dos grupos de advocacia popular brasileiros, principalmente da AATR e do Gajop, que existem até hoje.

Uma das primeiras experiências surgidas no Brasil foi o Instituto Apoio Jurídico Popular, do Rio de Janeiro,⁷⁷ o qual se dedicava ao que se convencionou chamar de “serviços legais inovadores”, que representam uma prática jurídica voltada a proporcionar instrumentos oficiais e não oficiais do direito para efetivação do acesso à justiça. Também, alguns grupos trabalhavam com formação jurídica de grupos populares, como, por exemplo, o programa “Juristas Leigos”, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR), que oferecia oficinas de educação popular para lideranças atuarem na resolução de conflitos e como multiplicadores dos debates.

A respeito dos objetivos dos serviços legais inovadores, Celso Campilongo afirma que “ênfaticamente a organização popular, as ações coletivas, as demandas de impacto social e a ética comunitária”.⁷⁸ Thomaz Miguel Pressburger complementa que “a atuação junto às comunidades objetiva principalmente a formação de uma consciência quanto às possibilidades de mudanças da realidade, a partir de ações organizadas”.⁷⁹ Esse trabalho coletivo para uma ação transformadora do direito relaciona-se com a reflexão sobre as possibilidades de construção de alternativas para a luta por acesso à justiça.

Pressburger enumera alguns elementos essenciais do processo de construção dos serviços legais inovadores no Brasil:

- 1 – a continuidade de violações graves de direitos humanos, até mesmo por parte do Estado, mesmo após o fim do regime ditatorial;
- 2 – a compreensão de que o conceito de direitos humanos engloba inúmeras necessidades humanas, além das pleiteadas pelo movimento durante a ditadura;
- 3 – o preconceito de classe do Estado no uso de seu poder repressivo policial, e a segregação do povo pobre;
- 4 – a criação em comunidades urbanas e rurais de normas à margem do Estado de Direito, baseadas no consenso e quase sempre legítimas, adequadas e eficientes, baseadas na solidariedade e que não reproduzem o modo de produção capitalista;

⁷⁷ Conforme Vladimir Luz, o AJUP foi fundado em 1987 e atuava no apoio jurídico a movimentos sociais e no fomento à criação de outros grupos de advogados populares. Além disso, a entidade atuava na formação e capacitação de lideranças comunitárias, formação crítica de estudantes estagiários e na veiculação de debates, registros de eventos e publicações de artigos vinculados às causas populares. Formou o conceito de direito insurgente, nascente das lutas das demandas populares, que não raro se chocava com os padrões da legalidade oficial. Essa entidade atuava de modo multidisciplinar, em parceria com sociólogos, antropólogos e educadores. A entidade teve períodos em que obteve apoio financeiro da Fundação Ford, assim como do Estado do Rio de Janeiro (1992/1993). Por problemas financeiros, dentre outras razões, a associação foi dissolvida em 2000. LUZ, Vladimir Carvalho. *Assessoria jurídica popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 130-135.

⁷⁸ CAMPILONGO, Celso; PRESSBURGER, Miguel. *Discutindo a assessoria popular*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, 1991, p. 24.

⁷⁹ Ibidem, p. 37.

- 5 – a adoção de um ponto de vista teórico-científico que possibilita relativizar o monopólio radical de produção e circulação do direito pelo Estado, este que reconhece cidadania apenas aos formalmente vinculados ao mercado, ao consumo.⁸⁰

Na busca de um conceito amplo sobre serviços legais inovadores, refere-se a diferenciação destes com os serviços legais tradicionais, feita por Celso Campilongo :

Serviços legais tradicionais - microética, paternalismo, assistencialismo, apatia, mistério, magia mística, hermenêutica formal, controle social, profissionais exclusivamente do direito, adjudicação institucional-formal, e ética utilitária;
Serviços legais inovadores - macroética, organização, participação, desencantamento, magia emancipatória, exegese socialmente orientada, acesso igualitário a direitos, técnicos de diferentes áreas, inúmeras formas de resolução de conflitos, e ética comunitarista.⁸¹

Esse conceito de serviços legais inovadores pode enquadrar ainda a prática do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), de Recife, com Melillo Diniz⁸², por exemplo; a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), em Salvador, e muitas outras experiências de advogados populares no mesmo período (desde as décadas de 1970 e 1980).⁸³ Destaca-se a criação, na década de 1990, da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renaap) para articular o apoio jurídico a grupos e movimentos populares em todo país. Algumas das mais destacadas entidades de advocacia popular brasileiras, além das já referidas, são a Acesso - Cidadania e Direitos Humanos, de Porto Alegre, RS, e o escritório Terra de Direitos⁸⁴, em Curitiba, PR.

A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renaap), surgida em 1986, é uma “articulação descentralizada, autônoma, organizada em nível nacional [...] com objetivo de prestar assessoria jurídica aos movimentos sociais que desenvolvem atividades,

⁸⁰ CAMPILONGO e PRESSBURGER, *Discutindo a assessoria popular*, 1991, p. 38.

⁸¹ *Ibidem*, p. 08-22.

⁸² Conforme Vladimir Luz, o Gajop nasceu a partir da Fase, do Centro Luiz Freire (1972) e da Comissão de Justiça e Paz (1977), em 1981, reunindo advogados que trabalhavam na defesa de presos políticos durante o regime militar, com objetivos como a educação, assessoria, capacitação jurídica, assim como defesa e promoção dos direitos humanos. Dedicava-se à assessoria de movimentos populares, à realização de eventos de debate, à elaboração de material educativo de divulgação como cartilhas, à capacitação de advogados. Contava com equipe multidisciplinar, inclusive em parceria com psicólogos. O Gajop ainda trabalha na região de Recife; algumas de suas ações se modificaram e atualmente desenvolve projetos de cogestão com o Estado. LUZ, *Assessoria jurídica popular no Brasil*, 2008, p. 135-140.

⁸³ Segundo Luz, a AATR, fundada na década de 1960, é pioneira, juntamente com o AJUP, em projetos de educação popular com a experiência denominada “Juristas Leigos”, assim como a Themis, entidade fundada em 1993, voltada para questões de gênero e direitos humanos, com o projeto denominado “Promotoras Legais Populares”. LUZ, obra citada, p. 129.

⁸⁴ Consultar: <http://www.terradedireitos.org.br/>

especialmente para os movimentos na luta pela Reforma Agrária, pela moradia e meio ambiente”.⁸⁵ Surgiu como uma demanda dos próprios movimentos sociais, que reivindicavam um apoio jurídico organizado e com abrangência nacional. Sobretudo em virtude da extensão territorial do Brasil, a Renaap é responsável pela articulação e troca de experiências entre advogados inteiramente dedicados às causas populares e advogados que prestam serviços esporadicamente. Suas formas de comunicação principais são o grupo de discussão na rede mundial de computadores, a troca de mensagens eletrônicas e os encontros regionais e nacionais. Embora esteja passando por um momento de refluxo em alguns estados, a rede ainda é um instrumento político essencial na assessoria jurídica popular brasileira.

Conforme Vladimir Luz, os serviços legais populares ou inovadores têm como exemplo tipicamente brasileiro as entidades de “assessoria jurídica popular”, que se dividem em dois modelos: o campo da advocacia militante e o campo da assessoria universitária.⁸⁶

Por *assessoria jurídica popular* entende-se a prática jurídica insurgente desenvolvida principalmente no Brasil, nas décadas de 1960 até hoje, por advogados, estudantes e militantes de direitos humanos, com um trabalho que mescla assessoria jurídica e atividades de educação popular realizadas com grupos e movimentos populares.

A *assessoria universitária* engloba as atividades de assessoria jurídica popular a partir de projetos ligados a universidades. Um dos trabalhos referência no Brasil é o Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos na Universidade de Brasília (NEP UnB), que na década de 1990 desenvolveu projeto de extensão universitária pelo qual publicava apostilas sobre o “direito achado na rua”,⁸⁷ utilizadas por grupos e movimentos sociais, como sindicatos e associações de bairro ou em grupos de discussão. Os textos das apostilas eram de autoria de advogados, juízes, professores de direito, pesquisadores etc., sobre temas como acesso à justiça, direito agrário e direito do trabalho.⁸⁸ Essa experiência teve mérito no que se refere à abrangência nacional e ao número de movimentos sociais envolvidos nos debates. No entanto,

⁸⁵ REDE NACIONAL DOS ADVOGADOS E ADVOGADAS POPULARES. *Cadernos RENAP*: Alhandra, n. 1, ano I, São Paulo, jul. 2001, p. 05.

⁸⁶ LUZ, obra citada, 2008, p. 73-75.

⁸⁷ O termo “direito achado na rua” é de autoria de Roberto Lyra Filho, fundador da Nova Escola Jurídica, que procura pensar o direito derivado da ação dos movimentos populares, ou seja, como modelo de legítima organização social da liberdade, e explorar as normas que surgem a partir dos grupos que estão formalmente afastados do processo de criação de normas “legítimas”. LYRA FILHO apud SOUSA JUNIOR, José Geraldo (Org.). *O Direito achado na rua: introdução crítica ao direito agrário*. São Paulo: Imprensa oficial do estado, 2002. v. 3. p. 17-18.

⁸⁸ Consultar: <http://www.unb.br/fd/nep/direitonaruanep.htm>. Outro grupo a ser referido é o “Polos de Cidadania”, da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pela professora Miracy Gustin.

questiona-se a efetividade de um trabalho de formação que foi desenvolvido por terceiros em relação ao grupo que desenvolveu o material, nem todos com experiência em atividades educativas ou acostumados com a linguagem jurídica e acadêmica dos textos.

Na assessoria universitária ainda se inclui a *assessoria estudantil*, que surgiu a partir da década de 1950, como resposta diante da dificuldade da sociedade civil em geral e das instituições na efetivação do acesso à justiça no Brasil. A primeira experiência de que se tem notícia nesse período é o Serviço de Assistência Judiciária Gratuita da Faculdade de Direito da UFRGS (SAJU-RS), que na época era órgão do Centro Acadêmico André da Rocha, o qual buscava oferecer assistência jurídica para a comunidade gratuitamente. Na década de 1960 era o único Serviço de Assistência Judiciária nas faculdades brasileiras que havia prosperado, mas, mesmo assim, passou metade da década com as portas fechadas pela ditadura militar, só voltando a abri-las em meados da década de 1970. Na década de 1980 viveu um período de crise com o progressivo esvaziamento da entidade, só retornando em 1988, por meio de convênio realizado com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), quando a entidade recebeu recursos financeiros. Contudo, houve grande debate sobre a falência do serviço assistencialista e o verdadeiro papel das assistências jurídicas na sociedade, concluindo-se que era preciso ir ao encontro da comunidade e realizar uma reformulação da estrutura do Saju.⁸⁹

Outro grupo precursor foi, conforme conta Vladimir Luz, o Serviço de Assistência Judiciária da Universidade Federal da Bahia (Saju-BA), fundado na década de 1960 e que hoje se denomina “Serviço de Apoio Jurídico”; também tendo seus trabalhos suspensos em 1964 e só retornando na década de 1980.⁹⁰

Nas décadas de 1970 e 1980, vários grupos estudantis tiveram as portas fechadas pela ditadura militar instaurada no Brasil em 1964, o que não impediu o trabalho de vários assessores individualmente, porém foram encerradas as atividades no âmbito institucional da universidade. Pode-se afirmar que as sequelas desse período ainda são sentidas hoje, na

⁸⁹ Na década de 1990, no Saju UFRGS surgiram os grupos temáticos “Grupo de Regularização Fundiária” e “Grupo dos Direitos da Mulher”. O trabalho individual não foi extinto, mas passou a ser facultativo, pois a obrigatoriedade era a participação nos grupos, onde o trabalho era coletivo e dirigido à comunidade. Existia grande liberdade para criação de outros grupos, o que ocorreu com os seguintes: “Estudos de atendimento individual, Regularização Fundiária, Direito do Trabalho, Núcleo de Estudos Criminológicos e Estudo de ações coletivas (ação popular, ação civil pública, mandado de segurança coletivo)”. Em 1991 foi celebrado convênio com a Prefeitura de Porto Alegre para regularização fundiária; no mesmo ano era realizado trabalho de liberação de menores infratores. SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA. *Revista do SAJU: reflexões sobre a democratização do judiciário*. Porto Alegre, n. 2, UFRGS, set. 1992, p. 01-06.

⁹⁰ LUZ, *Assessoria jurídica popular no Brasil*, 2008, p. 146.

resignação e apatia política instaurada entre a juventude que não viveu, tampouco compreendeu, essa época.

Assim, na década de 1990 jovens estudantes de direito, de forma esparsa em todo o Brasil, com o espírito efervescente da “redemocratização”, iniciaram práticas que privilegiavam o atendimento de grupos de pessoas que normalmente não têm acesso a um serviço jurídico. Eles iam em busca de demandas coletivas, de movimentos populares, de problemas sociais que não estavam nos tradicionais livros de direito; queriam saber da reforma agrária, da “democratização”, da garantia de direitos humanos, ou, até, do socialismo brasileiro.

Ainda na década de 1990, percebe-se que inúmeras práticas passaram a ser desenvolvidas por estudantes no país, com muitos encontros regionais realizados, iniciando-se a organização nacional, ainda aliada ao movimento estudantil tradicional, por meio da Coordenação Nacional de Assessoria Jurídicas Universitárias (Conaju), formada por centros e diretórios acadêmicos.⁹¹

A noção de assessoria, na época, estava ligada à ideia de “apoio jurídico popular”, como “uma prática de vanguarda ainda praticamente inédita e que significa, entre outros, um remodelamento das relações estabelecidas entre o profissional do direito e a clientela que bate à sua porta diariamente”. A assessoria já estava ligada, timidamente, a educação popular, pluralismo jurídico, cidadania, mas, sobretudo, estava fixada na divisão “serviços legais tradicionais e inovadores”, de Celso Campilongo, que coloca a assistência jurídica como a primeira e a assessoria jurídica popular como a segunda. A assessoria jurídica popular “relaciona-se diretamente com os serviços legais inovadores [...], viabilizando o ideal ético de justiça não apenas através dos mecanismos estatais, mas, também, através das práticas informais e alternativas de juridicidade”.⁹²

Em 1996, em Niterói, no Rio de Janeiro, foram fundados por dois grupos estudantis Saju-RS e Saju-BA a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (Renaju), que reúne até hoje grande parte do movimento extensionista de direito das práticas jurídicas insurgentes

⁹¹ A Coordenação Nacional de Assessoria Jurídica dependia do apoio dos centros acadêmicos; era órgão do movimento estudantil que contava com uma diretoria de 12 representantes, sendo seis titulares, dois da região Nordeste e os outros quatro das demais regiões do país, pois, na época, o Nordeste concentrava o maior número de grupos de assessoria. Essa entidade era responsável pela organização do Encontro Nacional de Assistência Jurídica Gratuita, pelo menos até 1992, que ocorria durante o Encontro Nacional de Estudantes de Direito. COORDENAÇÃO NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA. *Como criar um núcleo de assessoria jurídica popular*. Belo Horizonte: Del Rey, [s.d.], p. 14

⁹² Ibidem, p. 01-04.

com ênfase na educação popular. A Renaju atualmente realiza por ano dois encontros nacionais, dois encontros regionais e uma série de encontros locais. Seus principais objetivos são a formação e atualização permanentes, discussão e organização política e divulgação das suas atividades.⁹³

Sobre o surgimento da visão da assessoria jurídica popular, Murilo Oliveira relata:

Em meados de 1995, as experiências em projetos de extensão da UFBA, os encontros, seminários e discussões acerca de uma nova atuação no Direito constroem no Saju um imaginário da necessidade da superação da assistência jurídica individual. É criado o Núcleo Coletivo ou Núcleo de Assessoria Jurídica do Saju, que pretendia atender as demandas coletivas, mediante a proposta da assessoria jurídica popular, sob a égide da extensão e pesquisa universitária. Assume-se a opção política de realizar atividades em favor da transformação da realidade, tendo em vista a emancipação social.⁹⁴

Segundo conta Vladimir Luz, que integrou o Saju-BA, o ano de 1996 foi o divisor de águas no Saju-RS, ao iniciar o projeto “Acesso à Justiça”, já com a concepção de “Núcleo de Assessoria Jurídica Popular”, elaborado pelo movimento estudantil, passando a ser divulgado no Enaju no Ened, agora Encontro Nacional de Assessoria Jurídica.⁹⁵ A inovação deste projeto estava em atendimento, orientação, mediação e ajuizamento de ações e assistência jurídica, mas também no ajuizamento de ações coletivas, como ações civis públicas, também enquadradas como assistência jurídica; projeto de pesquisa, como o “Instrumentalidade e Efetividade das Assistências Jurídicas das Universidades da Região Metropolitana de Porto Alegre”, e, especialmente, a elaboração de cartilhas, jornais e revistas próprias da entidade, as primeiras voltadas a “palestras nas comunidades”, conceito embrionário de assessoria jurídica como educação popular.⁹⁶

Em relação à concepção de direito dos grupos de assessoria estudantil, Murilo Oliveira, outro ex-integrante do Saju-BA, afirma:

⁹³ Alguns grupos experientes na assessoria universitária até hoje não fazem parte da Renaju, como o “NEP-UnB” e o “Polos da Cidadania-UFGM”; outros afastaram-se da rede, como o de assessoria estudantil Saju-BA, desde 2005.

⁹⁴ SAMPAIO OLIVEIRA, Murilo Carvalho. *Serviço de Apoio Jurídico – Saju: a práxis de um direito crítico*. Monografia – Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, p. 16.

⁹⁵ O Encontro Nacional de Assessoria Jurídica (Enaju) é proposto e organizado por grupos de assessoria estudantil integrantes da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (Renaju), desde 1996, de forma autônoma, durante o Encontro Nacional de Estudantes de Direito (Ened). Este é realizado pela coordenação nacional da Federação Nacional de Estudantes de Direito (Fened). O objetivo do Enaju é apresentar os projetos de assessoria para os estudantes de direito e incentivar a criação de novos grupos. Antes de 1996, o Enaju era chamado de Encontro Nacional de Assistência Judiciária.

⁹⁶ LUZ, *Assessoria jurídica popular no Brasil*, 2008, p. 144-145.

O Direito Crítico trabalhado no Núcleo de Assessoria Jurídica do Saju somente se torna possível se concebido dentro do paradigma do pluralismo jurídico, vez que sua compreensão do Direito não se restringe ao Direito Estatal (posto e vigente). Acrescente-se, ainda, que o pluralismo jurídico considera que as condições históricas (espaço-temporalidade) e os sujeitos sociais são capazes de produzir “novos” direitos em razão dos interesses ou necessidades. É o marco jus-filosófico do pluralismo jurídico que confere a fundamentação paradigmática necessária à concepção crítica do Direito.⁹⁷

Portanto, direito crítico significa a compreensão do direito em favor dos sujeitos sociais em situação de opressão, considerados num determinado espaço-temporalidade e, por consequência, cientes da sua inconclusão e constante transformação, assumindo-se compromissário da concretização da justiça social, como garantia de manifestação da liberdade e criatividade humana. O direito crítico é insurgente, contestador, achado na rua, alternativo e pluralista, integrado pela pretensão de emancipação social.⁹⁸

A década atual é a da expansão do número de grupos de assessoria estudantil em todo Brasil. Nos encontros nacionais da Renaju percebe-se que esse trabalho é cada vez mais realizado por estudantes em todas as regiões do Brasil, em faculdades de direito públicas ou particulares, por estudantes de todos os anos (níveis, fases ou semestres), de todos os sexos e etnias, das mais variadas classes sociais, credos, por estudantes de outros cursos, como serviço social, jornalismo, psicologia, urbanismo etc., com uma participação tímida de professores.⁹⁹

Justamente porque a assessoria jurídica popular universitária está contando, cada vez mais, com estudantes de outros cursos, além do direito, é que se necessita de um termo que defina de uma forma mais ampla esse trabalho de extensão/comunicação¹⁰⁰ com grupos e

⁹⁷ SAMPAIO OLIVEIRA, Murilo Carvalho. *Serviço de Apoio Jurídico – Saju: a práxis de um direito crítico*. Monografia – Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, p. 25.

⁹⁸ Ibidem, p. 33.

⁹⁹ O movimento ajuano nacional reúne-se na Renaju, que é uma rede de grupos de assessoria estudantil de todo o Brasil. É responsável pela organização de dois encontros nacionais anuais: o Encontro de Assessorias Jurídicas Universitárias, o Enaju, realizado durante o Encontro Nacional de Estudantes de Direito (Ened), para divulgar suas atividades e cativar novos membros; e o Encontro da Renaju (Erenaju), para trocar experiências e delimitar a linha política de atuação dos grupos estudantis e da própria rede. Além disso, vários encontros regionais são realizados durante os encontros estaduais ou regionais de estudantes de direito (como, por exemplo, o Egaju durante o Eged no Rio Grande do Sul), com o mesmo objetivo de divulgação dos Enajus; e também dois encontros regionais anuais, o Eraju Centro-Oeste – Sudeste – Sul e o Eraju Norte – Nordeste, com o mesmo objetivo dos Erenajus, mas em âmbito regional.

¹⁰⁰ Para Paulo Freire, o termo “extensão” significa estender um conhecimento a alguém num sentido assistencialista, porque só exprime o movimento de “entrega” de uma mensagem, onde estão presentes as figuras daquele que fala e daquele que escuta. Prefere empregar o termo “comunicação” por entender que engloba a via de mão dupla que representa o ensino-aprendizado dos interlocutores. v. FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 1977. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. O termo “extensão” é frequentemente empregado em projetos universitários, inclusive naqueles que buscam uma interlocução dialógica com a sociedade. Utilizam-se aqui ambos os termos, pois prefere-se comunicar da melhor forma a

movimentos populares. Aqui se está propondo o uso do termo *assessoria estudantil* para designá-lo de forma mais abrangente possível.¹⁰¹

Assim, podem-se delimitar os espaços de militância de cada um dos três modelos de prática de assessoria jurídica popular, amplamente considerada, vistos até aqui:

* *advocacia popular* – prática jurídica insurgente desenvolvida por advogados na representação judicial de grupos e movimentos populares. Não se limita à assistência jurídica tradicional, mas trabalha com a assessoria jurídica popular, voltada para um trabalho comunitário e lutas coletivas por direitos, vinculada a expressões como serviços jurídicos inovadores, alternativos, insurgentes etc. Como exemplo podem-se citar o AJUP, Gajop, AATR, Acesso, Terra de Direitos, Renaap e o ILSA. A maioria dos grupos trabalha também com atividades de educação popular, como é o caso da Themis, com as “Promotoras Legais Populares”, e da AATR, AJUP e Gajop, com os “Juristas Leigos”;

* *assessoria universitária* – prática jurídica insurgente desenvolvida por professores e estudantes universitários, ligados a universidades por meio de projetos de pesquisa, extensão ou de estágio. Não se limita à assistência jurídica tradicional, mas trabalha com a assessoria jurídica popular na perspectiva da troca de saberes popular e científico; vinculada a expressões como assessoria jurídica popular, assessoria jurídica popular universitária, assessoria estudantil etc. Como exemplos existem o NEP-UnB, Polos de Cidadania-UFMG;

* como espécie da assessoria universitária existe a *assessoria estudantil*, cuja especificidade é o protagonismo estudantil na proposição e administração das atividades, assim como a autonomia em relação às instituições de ensino superior. Como exemplo existem o Saju-RS (ligado à UFRGS), o Najup-RS (autônomo), a Renaju, entre outros grupos.

Aproxima-se de um conceito de “assessoria jurídica popular”: uma prática jurídica insurgente desenvolvida por advogados, professores ou estudantes de direito, dentre outros, voltada à realização de ações de acesso à justiça e/ou educação popular em direitos humanos,

comunicação dialógica empregada em projetos de extensão universitária por estudantes de direito.

¹⁰¹ A Renaju, em 2008, contava com a participação dos seguintes grupos: Najupak-PA, Isa Cunha-PA, NEP “Flor de Mandacaru”-PB, Najup “Direito nas Ruas”-PE, Negro Cosme-MA, Cajuína-PI, Mandacaru-PI, Najuc-CE, Caju-CE, Paje-CE, Najup “Produzir Direitos”-RJ, Saju-SP, Najup-GO, Sajup-PR, Nepe-SC, Saju-RS, Najup-RS, Najupi-RS, Nijuc-RS.

organização comunitária e participação popular de grupos ou movimentos populares. As ressalvas necessárias são as de que, em primeiro lugar, cada vez mais outros grupos desenvolvem ações de acesso à justiça e educação popular em direitos humanos que podem perfeitamente ser enquadrados como assessoria jurídica popular. Outra ressalva importante é o seu caráter multidisciplinar, pois cada vez mais estudantes e professores de outras áreas envolvem-se em projetos de assessoria universitária, assim como profissionais de outras áreas, como arquitetos, antropólogos, psicólogos etc.

O termo *práticas jurídicas insurgentes*¹⁰² é apropriado para descrever as experiências de advogados populares, de estudantes, de professores e outros militantes dos direitos humanos, na busca do acesso à justiça, porque existe uma pluralidade de denominações que podem confundir sentidos, levando a significados diferentes de coisas que são similares. A cisão de assessoria estudantil e advocacia popular não contribui em nada com a articulação dos movimentos, embora a militância dos advogados populares tenha sido destacada da estudantil. Ainda, os estudantes têm desenvolvido a prática educativa em detrimento da jurídica. Os grupos de advogados populares referidos normalmente não trabalham conjuntamente com estudantes, aliás, poucos movimentos latino-americanos atuam em articulação com os grupos estudantis.

Finalmente, a pluralidade de termos existentes para referir-se ao trabalho de estudantes e advogados com movimentos sociais e populares representa também uma pluralidade de sentidos e significados. Apesar da dificuldade de definições, propõe-se uma tipologia das práticas jurídicas insurgentes: a prática dos estudantes universitários como *assessoria estudantil*; outras práticas dos estudantes, professores e advogados como *assessoria universitária* (incluindo a assessoria estudantil); a prática a partir de uma ética coletiva de advogados com movimentos sociais e populares (apoio jurídico popular, serviços legais inovadores, entre outros) como *advocacia popular*. Todos esses foram conceitos forjados no Brasil, englobando a advocacia popular, a assessoria universitária, inclusive a assessoria estudantil no direito, incluindo outros trabalhos semelhantes desenvolvidos por ONGs, como *assessoria jurídica popular* e todas as práticas brasileiras comparadas com outras práticas latino-americanas comuns (*servicios legales alternativos, servicios inovativos*, entre outros) como *práticas jurídicas insurgentes*.

¹⁰² Esse termo foi escolhido para englobar, além dos conceitos já apresentados, os conceitos de assessoria jurídica popular universitária e assessoria estudantil, dentre outras concepções que enfatizam a organização popular, as ações coletivas, as demandas de impacto social, a ética comunitária e as atividades educativas.

Neste primeiro capítulo tratou-se do direito insurgente como forma qualificada de pluralismo jurídico. Compararam-se esses marcos teóricos, constituídos de pesquisas, publicações e debates que tiveram sua efervescência nas décadas de 1980 e 1990, buscando fazer um histórico das práticas jurídicas insurgentes a partir do seu surgimento na década de 1960, período de luta e resistência à ditadura militar. Buscou-se organizar esses conceitos com fins didáticos e como contribuição com a memória desses movimentos.

Após essa etapa inicial de apresentação de conceitos e contextualização histórica, em que se pretendeu aproximar o direito insurgente do pluralismo jurídico, parte-se para a análise empírica do trabalho de Jacques Távora Alfonsin, advogado com grande experiência em causas envolvendo conflitos de posse agrários e urbanos. Também se relatam as experiências de Miguel Baldéz e Thomaz Miguel Pressburger, entre outros advogados que integraram o AJUP, grupo de assessoria jurídica de movimentos populares, por meio de entrevistas com alguns dos seus membros remanescentes após o fim dos trabalhos, em 2001, assim como com alguns que participaram como colaboradores ou nas turmas de formação de novos advogados.

2. DIÁLOGO DOS ADVOGADOS COM MOVIMENTOS POPULARES

“Canto a canto
os galos do Povo
suspenderam no azul
a manhã mobilizada.

A roda se deteve
sobre os trilhos
nos subterrâneos da cidade.

E as mãos ásperas
dos pedreiros,

como pássaros fatigados,
mais afeitos à marcha
que ao vôo,
baixaram dos andaimes despertadas”

Pedro Tierra, “*Inventar o fogo*”.

O poeta Pedro Tierra faz referência ao momento da insurgência em seu poema, que está presente no material de divulgação do AJUP, como num calendário do ano de 1992 distribuído a integrantes e colaboradores. Esse espaço para a ludicidade marca o trabalho do assessor popular, assim como a utopia na transformação radical da sociedade.

A seguir, aprofunda-se a reflexão sobre o trabalho popular dos advogados, com base na apresentação dos dados empíricos de pesquisa, de análise dos grupos referência Acesso – Cidadania e Direitos Humanos e Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP), de Porto Alegre e Rio de Janeiro, respectivamente. Comparam-se dados empíricos com a análise de discurso de textos de alguns dos advogados dos grupos referência. A pergunta proposta é se a proposta do direito insurgente pode contribuir para formação de uma cultura jurídica popular e insurgente de pluralismo jurídico?

Trabalha-se com a hipótese de que o direito insurgente constitui-se numa dualidade: ora em operação da dogmática jurídica e da crítica do direito pelos advogados na defesa dos

movimentos – o positivismo de combate; ora na invenção de um direito como instrumento das comunidades empobrecidas para formação de uma cultura de contestação – próxima do pluralismo jurídico propriamente dito.

A pesquisa empírica envolveu técnicas de observação participante e entrevistas¹⁰³ com advogados, profissionais do direito e integrantes de movimentos e, ainda, com ex-integrantes da AJUP e sujeitos envolvidos na assessoria jurídica de movimentos populares. O objetivo foi, por meio da observação participante, aproximar-se do trabalho desenvolvido na Acesso, com o acompanhamento de casos práticos, revisão bibliográfica, consulta ao arquivo profissional e entrevistas pessoais com o advogado Jacques Távora Alfonsin, além de entrevistas com integrantes de movimento popular assessorado por Alfonsin. No caso do AJUP, foram entrevistados dois advogados que estiveram ligados diretamente com o trabalho, Miguel Baldéz e Eliana Athayde; também ex-integrantes das turmas de estágio de formação e advogadas ligadas ao Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Crioula.

A escolha dos dois grupos referência ocorreu em virtude da delimitação dos conceitos de direito insurgente e assessoria jurídica popular, que foram desenvolvidos e aprofundados a partir do trabalho de ambos. A Acesso foi escolhida ainda porque desenvolveu trabalho conjunto com o AJUP, inclusive teórico. Entidades que trabalharam conjuntamente com o AJUP, além da Acesso, como a AATR e Gajop, não foram consultadas empiricamente em razão de falta de recursos financeiros na pesquisa, mas foram analisadas com base em revisão bibliográfica de publicações periódicas e nas páginas na rede mundial de computadores. Contudo, os grupos escolhidos são representativos dos conceitos analisados.

Observa-se que é comum no trabalho dos advogados das entidades pesquisadas justamente a reivindicação de uma dualidade em suas práticas, no sentido de um positivismo de combate e de um pluralismo jurídico, características do direito insurgente. As publicações analisadas dos três advogados populares (Jacques Alfonsin, Miguel Baldéz e Miguel Pressburger) convergem para essa dualidade, apesar de apresentarem complexidades peculiares em cada uma das divergências entre os três, que trabalhavam juntos por grande período no AJUP, seja na mesma cidade, como Miguel Baldéz e Miguel Pressburger, seja no conselho, como Jacques Alfonsin.

¹⁰³ Neste ponto seguem-se LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

O positivismo de combate é entendido como uma garimpagem na legislação vigente para apurar suas contradições e brechas para a defesa dos movimentos populares, desde um discurso baseado no instituído, nos direitos formalmente reconhecidos. Por sua vez, o *pluralismo jurídico insurgente* é aquele que está impregnado na prática política de desobediência e resistência dos movimentos populares; é a insurgência sobre a ordem posta, a denúncia de sua impossibilidade de alcançar a justiça social e a igualdade material.

O AJUP funcionava como uma rede de advogados populares, contando com a participação de grande parte dos assessores jurídicos de movimentos populares do Brasil que compunham o coletivo de juristas populares. Reunia militantes da Acesso, AATR, Gajop e outros escritórios. O AJUP encerrou suas atividades em 2001, e em grande parte do período em que funcionou Miguel Baldéz esteve afastado do grupo. Por essa razão, opta-se por destacar o trabalho da AJUP também a partir do advogado Jacques Alfonsin, da Acesso, uma vez que suas funções continuam até hoje. Proporciona-se a observação direta do cotidiano da assessoria jurídica a movimentos populares.

2.1 O trabalho com o povo pela Acesso – Cidadania e Direitos Humanos

Parte-se da experiência de um dos grupos de advocacia popular mais atuantes no campo da reforma agrária e da regularização fundiária do solo urbano no Brasil. Destaca-se, sobretudo, o histórico profissional de Jacques Távora Alfonsin, em virtude do considerável tempo de experiência acumulada em trinta anos de advocacia, de sua contribuição no campo da técnica e dogmática jurídica, na crítica ao direito e no trabalho popular.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas presenciais, consulta do arquivo profissional, observação participante da confecção de peças processuais e revisão bibliográfica de publicações. No tocante às entrevistas, foram abordadas questões relativas à sua história de vida, influências teóricas, concepções ideológicas e religiosas e concepções sobre o trabalho da advocacia popular. Na pesquisa no arquivo profissional foram levantadas questões sobre a multiplicidade da sua atuação profissional, as diferentes causas, as funções e as produções em peças processuais, textos acadêmicos e de opinião. Na observação participante atentou-se para

as estratégias de defesa processual, o trabalho em grupo e a articulação nacional dos advogados e advogadas populares.

A observação participante¹⁰⁴ durou três semanas, sendo realizada de forma intermitente a cada dois meses, nos períodos de 27 a 30 de maio, 1º a 4 de julho e 23 a 26 de setembro de 2008, totalizando 12 dias. Todo o trabalho foi realizado em Porto Alegre, na sede da Acesso, com exceção de uma visita ao interior do município de Osório. Na primeira semana foi iniciada consulta ao arquivo profissional, assim como quatro entrevistas com Jacques Alfonsin (APÊNDICE 01). Na segunda semana acompanhou-se o trabalho prático de assessoria jurídica ao MST em caso de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e foi feita visita a assentamento do MST no litoral gaúcho. Na terceira semana foi realizada nova entrevista com Alfonsin e dois integrantes do MST (APÊNDICE 04). Por fim, foi consultada a totalidade das publicações fornecidas pelo autor, como livros, artigos científicos e cartilhas de educação popular.

2.1.1 Organização e prática cotidiana

No arquivo profissional existe um vasto material sobre processos judiciais, escritos próprios, documentos históricos, lembranças, eventos, oficinas de formação política religiosa etc. Após análise dos dados, constatou-se que a Acesso se dedica principalmente à assessoria jurídica de movimentos e grupos sociais em ações envolvendo solo urbano e rural. Outras tarefas realizadas são a assessoria para regularização de associações comunitárias e a defesa judicial de integrantes de rádios comunitárias e ações envolvendo direitos humanos em geral.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Entende-se por observação participante o acompanhamento das atividades cotidianas dos sujeitos envolvidos na pesquisa, contribuindo para a realização de algumas tarefas, com a concordância e em colaboração com estes. Foi ultrapassado o limite da mera observação em função da colaboração na redação de textos de opinião, científicos e técnico-processuais de Jacques Alfonsin, assim como a participação em reuniões de discussão de processos e estratégias da assessoria jurídica. Acredita-se que ao mesmo tempo em que esta técnica dificulta o distanciamento necessário à observação, aproxima a relação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, facilitando o acesso às informações e aumentando a confiabilidade dos dados coletados.

¹⁰⁵ Já fizeram parte da Acesso, a partir de 1996 até 2006, os advogados Betânia Alfonsin, Rodrigo Azevedo, Aline Sueli de Salles Santos, Flávia Carlet, Carla Castro, entre outros. Atualmente, Jacques Alfonsin conta com o auxílio de advogados ligados à Renaap de todo o estado, mas de forma mais frequente com Cláudia Ávila e Leandro Scalabrin.

A Acesso atua em três frentes: assistência, formação e tradução. A **assistência** consiste no acompanhamento processual de grupos e movimentos sociais; a **formação** significa a atualização em matéria processual e pesquisa acadêmica e a **tradução** tida como o esforço para explicar o processo ao cliente, assim como outras práticas educativas, que envolvem cartilhas, trabalho com assessores estudantis e oficinas de educação política.¹⁰⁶

Em primeiro lugar, cabe uma descrição pessoal de Jacques Távora Alfonsin, que é advogado há trinta anos, desde 1979; coordenador da Acesso – Cidadania e Direitos Humanos, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; um dos fundadores da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renaap); mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e assessor jurídico de movimentos populares rurais e urbanos. Foi professor de direito civil do Centro de Ciência Jurídicas da Unisinos, da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Sul (Ajuris) e da Escola Superior do Ministério Público; foi procurador do Estado do Rio Grande do Sul; conselheiro do Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP), do Rio de Janeiro; diretor do Departamento de Direito Agrário do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (IAB).

Iniciou o trabalho com advocacia em 1958, no primeiro ano de faculdade, no escritório do presidente da Ação Católica, onde atuava na área penal, fazendo o serviço de rua, petição, seleção de pesquisa de jurisprudência e serviço de limpeza. Apesar de ter começado a trabalhar com o advogado um ano e meio antes, mas para serviços mais simples, quando aproveitava para preparar seus estudos para o vestibular utilizando a biblioteca. Formou-se em 1962 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fez concurso em 1965 para consultor jurídico do Estado, ficando como advogado de ofício com direito de advogar; o cargo era de “assistente jurídico”, o defensor público da época. Permaneceu no escritório de direito penal até 1971, quando comprou uma sala comercial, hoje sede da Acesso - Cidadania e Direitos Humanos, e decidiu que iria trabalhar com pobres. Em 1979 começou a lecionar direito civil na Unisinos e foi convidado para trabalhar em Canoas, numa ocupação urbana. Em 1983 foi encerrado o processo com decisão favorável ao movimento, a sua primeira causa popular. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que estava iniciando, convidou-o em 1985 para a defesa da ocupação da Fazenda Anoni, hoje um dos maiores

¹⁰⁶ Essa divisão foi inspirada na proposta da Renaap, fundada em 1986 em São Paulo, por proposta de Plínio Arruda Sampaio, Luis Edson Fachin, Miguel Pressburger, Darci Frigo, Nei Strozacke (Juvelino), entre outros, que unia o esforço de elaboração teórica (com publicações) e advocacia preventiva (tradução da teoria e organização popular).

assentamentos rurais do Brasil. Até hoje trabalha na assessoria jurídica do MST, além de ocasionalmente participar de atividades em assentamentos e acampamentos.

Nunca se filiou a partidos políticos, mas sua militância está com os movimentos populares, os quais apoia incondicionalmente, conforme afirma: “Prefiro errar com eles a errar contra eles”. Identifica-se com os franciscanos, uma das razões pelas quais não cobra honorários advocatícios. Fundamenta o trabalho popular também na teologia, utilizando em seus textos passagens bíblicas e atua na educação popular em Comunidades Eclesiais de Base.

Jacques Alfonsin desempenha assistência jurídica na área cível, sendo sua especialidade a discussão sobre a função social da propriedade em relação à terra, porém atua em outras causas que envolvem solo urbano e rural, regularização de associações populares, rádios comunitárias e direitos humanos em geral; atua na assessoria de advogados, em petições processuais, teses, pareceres e artigos; participa de eventos acadêmicos e políticos, como palestras, cursos e oficinas; escreve regularmente artigos científicos, de opinião, em revistas acadêmicas, capítulos de livro e jornais diários.

Uma característica de sua advocacia é ser dirigida aos pobres. Acredita que, além da indignação ética, o que move o advogado é a espiritualidade, a prestação de um serviço ao pobre e está inspirado na crença de que o pobre foi escolhido por Jesus Cristo. Alfonsin lamenta a grande resistência por parte dos advogados e estudantes com quem trabalha em razão de suas posições religiosas no trabalho popular. Sua inspiração está também nas ações do Movimento de Educação de Base (MEB), no momento anterior à ditadura brasileira de 1964, em que militaram Paulo Freire (que liderou ainda o Movimento de Educação Popular) e dom Élder Câmara, entre outros. Quando eram realizadas atividades de educação popular nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) por meio de rádio, cerca de quinhentas mil pessoas delas participavam. Desde essa época até hoje Jacques Alfonsin dedica-se à realização de oficinas de educação política em CEBs de pastorais de Porto Alegre e região. Confessa ser devoto de São Francisco, admirador dos freis capuchinhos, da teologia da libertação e da ordem luterana, em razão do ecumenismo e da interpretação dos sacramentos. Diz-se indignado com a situação da igreja católica, que estaria baseada numa religião mágica, assim como tem dificuldade de compreensão de que Jesus Cristo foi preso político. Defende que a sua espiritualidade influencia de maneira crítica seu trabalho de advogado para a contestação diária de tudo aquilo que vê no Estado e, de forma comparativa, na igreja como instituição, porque ambas padeceriam da indiferença pelo pobre.

Não se reivindica marxista. Conhece Marx por meio de leituras feitas da teologia da libertação. No texto “Assessoria jurídica popular”, apresentado no IV Encontro Internacional de Direito Alternativo, em Florianópolis, 1998, Alfonsin manifesta sua leitura sobre a questão de Marx e a religião:

Ao contrário do que se tem ouvido de muitos que tresleram Marx, nem todo o horizonte mítico e imaginativo do povo é alienante, bastando considerar-se a força mística simbólica das lendas, dos estandartes, das bandeiras, das cruzes e romarias, festivas assembléias públicas de campanhas em favor de reivindicações populares, sempre presentes em reuniões associativas, religiosas, sindicais, partidárias e outras.¹⁰⁷

Além de identificar o pobre como sujeito do seu serviço, advoga que os movimentos populares são as principais forças a favor da cidadania no Brasil. O trabalho de assessoria jurídica dos movimentos populares não se restringe ao processo, visto que se movimentam em uma dimensão política, na qual as necessidades prevalecem aos argumentos e ao ilegal. A faixa de atuação dos movimentos é dificilmente apropriada pelo Estado, uma soberania que não pode ser fiscalizada: “A grande vantagem que eu vejo no movimento é ele se movimentar. Ele não é ordem, não é regra, não é gesso, ele se movimenta. Erra muito! Claro que erra, mas não ao nível dos partidos”.¹⁰⁸

Os textos escritos por Jacques Alfonsin tratam sobretudo dos “direitos humanos fundamentais”, das questões rural e urbana e da assessoria jurídica popular. Aborda os direitos humanos fundamentais com base no referencial das necessidades humanas, como a da alimentação e da moradia. A questão agrária é trabalhada na visão do lugar da terra e da reforma agrária, dos conflitos sociais e da criminalização dos movimentos sociais; a questão urbana, no sentido do direito à moradia nas ocupações e nas favelas. Outro tema recorrente em seus escritos é o da função social da propriedade e da posse, urbana e rural. A assessoria jurídica popular é proposta com base em referenciais envolvendo ética e justiça. Trata ainda de temas ligados à cidadania, como a participação popular, inclusive para a constituinte de 1988. Outros temas mais específicos presentes nos textos são a questão indígena e dos escravos no Brasil, a concretização de tratados internacionais e análises de decisões do Judiciário.

¹⁰⁷ ALFONSIN, Jacques. Assessoria jurídica popular: breve apontamento sobre sua necessidade, limites e perspectivas. ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITO ALTERNATIVO, 4, 1998, Florianópolis.

¹⁰⁸ Entrevista presencial. *Relatório de Pesquisa*. Porto Alegre, 2008.

Percebe-se nos seus textos acadêmicos uma preocupação muito grande com a linguagem e com a compreensão pelo leitor, inclusive usando metáforas que o aproximam da linguagem falada. Quanto à seleção de textos utilizados para citações, em geral dá preferência a frases significativas e de impacto. Em seus textos reúne consagrados na dogmática jurídica (Pontes de Miranda, Paulo Bonavides, José Afonso da Silva, Castanheira Neves, Hernandes Gil, Peter Haberle, entre outros) com autores da chamada “crítica jurídica” (Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato, José Geraldo de Sousa Júnior, entre outros) e, ainda, com autores da educação, geografia e sociologia (Ernani Maria Fiori, Paulo Freire, Milton Santos, Boaventura de Sousa Santos, entre outros).

Diz ter simpatia pelas teorias acadêmicas do pluralismo jurídico e do direito alternativo, mas as considera teorias acadêmicas, com difícil aplicabilidade prática. Conforme Jacques, o pluralismo jurídico também tem presente uma “alternatividade”; é uma teoria que serve de inspiração para as práticas, mas que não contribui diretamente para o dia-a-dia do trabalho de militância da advocacia. Um exemplo de contribuição é a abordagem histórica do direito na América Latina feita por Antonio Carlos Wolkmer, como o direito inca, maia, guarani, entre outros. No direito alternativo, recorre ao filósofo mexicano Jesus Antonio de la Torre Rangel, cuja postura jusnaturalista com influência cristã admira. Acentuada admiração tem pela corrente crítica “direito achado na rua”, da Nova Escola Jurídica, iniciada por Roberto Lyra Filho e herdada por José Geraldo de Sousa Júnior.

Jacques Alfonsin defende a existência de um direito dos pobres, ou direito do povo, à parte de um direito do Estado, ou lei oficial, em casos como das reduções jesuíticas e dos quilombos¹⁰⁹ no Brasil. Apresenta os quilombos e reduções como exemplos de um direito insurgente, eficaz e não estatal, postura que foi muito criticada, a ponto de levar o autor a negar a aplicação desses conceitos ao exemplo das reduções jesuíticas. Por outro lado, mantém sua posição em relação aos índios, quilombolas e pobres, de uma maneira geral, da existência de um direito insurgente na conquista da liberdade e na obtenção dos bens indispensáveis à vida.¹¹⁰

Essa posição é explicitada no texto “Apontamentos sobre a identificação antropológica dos direitos humanos na América Latina” em que trata da recuperação histórica dos méritos

¹⁰⁹ “Quilombo” na linguagem ioruba (africana) significa “habitação”; historicamente representa o espaço de resistência negra brasileira contra o regime escravocrata.

¹¹⁰ ALFONSIN, Jacques Távora. Negros e índios: exemplos de um direito popular de desobediência, hoje refletidos nas invasões de terra. Em: SOUZA FILHO; ALFONSIN; ROCHA. *Negros e índios no cativeiro da terra*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, jun. 1989, p. 17-20.

das lutas pela vida e pela liberdade de povos que compõem as matrizes antropológicas das suas raças e culturas, na recuperação de sua própria dignidade e memória, ampliando o poder de afirmação eficaz dos direitos humanos dos pobres, seus descendentes de hoje. Defende ainda que essas lutas de resistência de índios e negros no Brasil influenciaram no direito oficial, como, por exemplo, as lutas quilombolas, que contribuíram na formação do direito de greve no ordenamento jurídico burguês, uma vez que foi defendido sob organização e reflexão enraizadas na própria consciência dos escravos. Ademais, sobre os índios, afirma que

parece claro que as lutas de libertação popular, travadas no passado pelos povos oprimidos do continente latino-americano, [...] prosseguem ainda hoje, quando o desprezo pelo modo de vida do índio e a demarcação de suas terras, perpetuamente prorrogada, dão curso aos aldeamentos forçados e vigiados, à destruição da natureza e à imposição de culturas a eles estranhas. No que toca aos negros, não há exagero em se dizer que a favela substituiu a senzala, e a discriminação disfarçada ou ostensiva deu seqüência às cruéis humilhações da escravidão.¹¹¹

Dessa forma, para Alfonsin, se o ordenamento jurídico positivo dá espaço apenas formal ao reconhecimento de tais direitos, “eles procurarão existência, validade e eficácia, como no passado, **por dentro**, quando isso for possível, **ao lado**, nos casos de antinomias e lacunas, ou, em situação limite, **contra** a lei e o Estado”. Isso porque, embora “reconhecidas” pelo nosso ordenamento, as liberdades essenciais à vida, como as de comer e morar, estão sendo “garantidas”, mas “por outros ordenamentos que transitam sob diferentes denominações, do tipo 'direito natural', 'humano', 'alternativo', 'insurgente', e a luta pela eficácia de tais liberdades prossegue assumida, como no passado, pelo povo que 'passa necessidade’”.¹¹²

Conforme Alfonsin, após a proclamação da abolição da escravatura em 1888, seguiu-se uma liberdade sem terra, “vivendo hoje, o país, numa crônica disputa por espaço, no campo e nas cidades, cujas vítimas já se constituem num povo nômade, literalmente à margem da economia, do direito e da própria cidadania 'oficiais’”.¹¹³ Sobre quem seria o pobre, ou o integrante do segmento povos-raças-pobres, Alfonsin entende que

trata-se de gente desesperada, vivendo em estado de miséria quase absoluta, secularmente explorada, sem mais “nada a perder”; muitos dos seus integrantes se constituem em razão direta da fortuna de muitos proprietários e latifundiários, que os substituíram, sem pesar, pela máquina, ou aproveitaram os generosos frutos da mais

¹¹¹ ALFONSIN, Negros e índios: exemplos de um direito popular de desobediência, hoje refletidos nas invasões de terra, 1989, p. 10-11.

¹¹² Ibidem, p. 11-16. (Grifo nosso).

¹¹³ Ibidem, p. 24.

valia, por eles produzida, para rendosa aplicação no mercado financeiro e [...] aquisição de mais terras!'.¹¹⁴

Para Alfonsin, o brasileiro não acredita na lei, porque é usada seletivamente, ou seja, comprovadamente tem funcionado unilateralmente em favor do forte contra o fraco, do rico contra o pobre. Por isso, existe um sentimento profundo de descrédito do povo na lei. Além disso, no Brasil muitas leis são escritas com fins de propaganda, ou já destinadas não terem o resultado almejado em razão da situação brasileira. Aliás, “essa lacuna entre o direito formal e o aplicado é real em todos os países, mas no Brasil alcançou proporções quase surrealistas”.¹¹⁵ É com base nesse argumento político que o advogado popular fundamenta a defesa judicial das ocupações, uma vez que “não é do lado de quem promove invasões de terra, ontem como hoje, que está a violência. Nem o povo entende que tal tipo de conquista do espaço seja o mais adequado. A questão é saber que outra alternativa tem-lhe dado a lei e o Estado”.¹¹⁶

Aqui está a principal ideia da advocacia popular de Jacques Alfonsin: unir concepções de **um outro direito** (seja o direito dos pobres, seja o direito insurgente) com uma **concepção instrumental do direito** (seja no uso do processo judicial, seja na reivindicação dos direitos de resistência à ordem estabelecida e de desobediência à lei oficial) – uma interpretação externa e outra interna do direito –, que significam a união da assessoria jurídica com a prática insurgente. Tal posição é nítida na afirmação de Alfonsin de que

as chamadas invasões de terra, assim, constituem verdadeiro “**sinal de contradição**”, para a lei, e para o Estado. Para aqueles que ocupam o lugar social preferido pelo direito positivo do país, fortemente marcado por tradições e estudos de fora, trata-se de um **ilícito penal**, merecedor do repúdio de todos os homens de bem. Para quem advoga em favor dos sem terra e dos sem teto, para as lideranças mais autênticas dos movimentos populares, trata-se de **um grave e profundo questionamento** da própria lei e da própria “ordem” oficiais.¹¹⁷

A sua concepção de direito parte da premissa de que este não resolve a injustiça social, o que pode ser comprovado pela falta de sensibilidade, ou pelo que chama de “indignação ética zero” do Judiciário e do administrador público, os quais não consultariam valores para decidir sobre a função social da propriedade, além de alimentar um poder dominador em detrimento de um poder serviço. Outra questão que comprovaria a constatação de que o

¹¹⁴ ALFONSIN, Negros e índios: exemplos de um direito popular de desobediência, hoje refletidos nas invasões de terra, 1989, p. 32.

¹¹⁵ Ibidem, p. 34.

¹¹⁶ Ibidem, p. 36.

¹¹⁷ Ibidem, p. 37 (Grifo nosso).

direito não resolve a injustiça social é a ausência de responsabilidade para a injustiça em detrimento da violência social, que precisa ser sancionada.

A postura de debate da aplicação da lei a casos concretos aproxima Alfonsin do positivismo de combate, definido por Pressburger e alguns outros participantes do Movimento de Direito Alternativo (MDA), como na afirmação de que sem a necessidade de mexer em uma vírgula do direito positivo, a “sensibilidade ética e técnica do intérprete faz mais pela justa aplicação da lei do que a adesão acrítica a postulados sem outra consistência do que a de terem, em passado remoto, adquirido foro de certeza e segurança perpétuos”.¹¹⁸

Essa visão está reforçada na defesa da dogmática crítica, como a “constitucionalização do direito civil”. O que diferencia Alfonsin de outros “dogmáticos” é o fato de essas teses servirem para sustentar ações populares de resistência, ou desobediência civil, em defesa dos direitos humanos fundamentais.¹¹⁹

2.1.2 A defesa política radical pelo direito

A Acesso, na fundamentação da defesa processual de movimentos populares, parte de uma concepção dogmática crítica do direito, da constitucionalização dos direitos humanos fundamentais. Por outro lado, o trabalho popular não se limita à defesa processual, mas envolve ainda a orientação jurídica, a produção de teoria do direito e a tradução dessa teoria ao povo. É justamente no trabalho de produção teórica que se percebe um diálogo aberto com o pluralismo jurídico e o direito alternativo, além da sustentação conjunta da tese do direito insurgente, da desobediência civil e do direito de resistência. Destaca-se ainda que o trabalho do advogado Jacques Alfonsin envolve a educação popular de direitos humanos por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do apoio ao grupo de assessoria estudantil Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (Najup-RS), entre outros.

¹¹⁸ ALFONSIN, Jacques. A reforma agrária como modalidade de concretização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Em: VARELLA, Marcelo Dias (Org.). *Revoluções no campo jurídico*. Joinville: Oficina, 1998a, p. 180

¹¹⁹ ALFONSIN, Jacques. A força normativa das necessidades frente ao direito de propriedade: apontamento em torno dos efeitos jurídicos gerados por ocupações massivas de terra urbana e rural. Em: STROZAKE, Juvelino José. *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*. São Paulo: Método, 2002. p. 11-12.

O projeto original da Acesso é a atuação de maneira semelhante a outros grupos de advocacia popular, como o AJUP, Gajop e AATR. Alfonsin demonstra que o projeto inicial foi decidido em conjunto com integrantes do AJUP, entidade da qual fez parte desde sua fundação em 1986. Trabalha-se em três frentes: a **teórica**, em que se publicam artigos e se realizam estudos na academia; a da **educação popular**, ou de tradução da teoria para o movimento popular, na qual se promovem cursos e oficinas; e a **judicial**, da defesa processual e organização extraprocessual. A frente teórica não poderia existir sem a tradução para o popular, e a frente judicial deveria atuar de forma efetiva em casos de solo urbano e rural, direitos humanos em geral, rádios comunitárias etc. A frente mais frágil na atuação da Acesso foi a de educação popular, levando em conta que foram organizados poucos cursos, e os que foram tiveram pouca participação e resultaram em prejuízos financeiros; também foram confeccionadas poucas cartilhas, as quais não foram utilizadas em oficinas organizadas pela Acesso, mas por terceiros, tornando difícil a avaliação da repercussão. A entidade que mais contribuiu nesse sentido foi o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (Najup), grupo de assessoria estudantil que surgiu a partir de “estágio” na Acesso. Quanto à frente jurídica, Alfonsin lamenta que nunca cumpriu o objetivo da efetividade no estado do Rio Grande do Sul, visto que em inúmeras ocasiões teve de deixar de ajuizar ações, tanto pela escassez de advogados quanto por assumir um grande número de causas. Na parte teórica, Jacques Alfonsin tem participação constante em eventos de extensão em todo país, assim como produz artigos científicos, cursou mestrado e foi professor universitário. Na frente jurídica atua em dois campos: as **organizações populares**, com organização do povo e assessoria jurídica preventiva, e os **trabalhadores jurídicos**, com a produção teórica dirigida à reflexão crítica do direito. Considera que a ênfase na defesa processual no trabalho da Acesso ocorre em razão de ser a demanda que mais aparece, assim como a de maior risco e urgência.

O financiamento da entidade sempre foi um problema. Alfonsin não costuma cobrar honorários pelo seu trabalho de advogado popular e contribui com o financiamento da Acesso com sua pensão de aposentado para cobrir a maioria dos gastos. Revela que é conhecido como “o advogado das causas perdidas e que paga pra trabalhar”.

A proposta de Alfonsin de defesa do pobre abrange algo mais do que simplesmente a assistência ao pobre. Parte da constatação de que o pobre já está em situação de violação de direitos humanos, situação que é negada pelo Judiciário e pelos meios de comunicação, por exemplo. Nesse contexto, relata que não possui voz na mídia, mas que no pequeno espaço que

conquistou tem de fazer inúmeras concessões. Frequentemente, seus textos de opinião para os meios de comunicação impressos têm palavras cortadas, ou até mesmo a íntegra negada em virtude de algumas ideias. Um caso recorrente ocorre com a palavra “miséria”, a qual toda vez que consta num artigo é cortada, quando não todo texto é negado. Para Alfonsin, esse fato comprova a ideia de Boaventura de Sousa Santos sobre a criação do inexistente, que significa justamente ignorar realidades como a da pobreza. Trata-se dos meios de comunicação da televisão, rádio, jornais e revistas em geral, porque na rede mundial de computadores existe amplo espaço para publicações alternativas.¹²⁰

Nesse contexto, no artigo “Do pobre direito dos pobres à assessoria jurídica popular” percebe-se uma ligação direta entre sua orientação religiosa e a defesa de ideias filosóficas no direito ao conferir, num primeiro momento, um conteúdo não depreciativo ao termo “pobre”, empregando-o no direito desvinculado da noção de dinheiro, mas no sentido da virtude da pobreza, e, por outro lado, referir-se à situação de pobreza como inaceitável, ilegal e injusta. No texto, utiliza o termo “pobre” como substantivo, que designa a pessoa que vive submetida à um conjunto de necessidades vitais não satisfeitas. Alfonsin adjetiva o direito brasileiro como “pobre” no sentido de que, salvo algumas exceções, “a interpretação e a aplicação do nosso ordenamento jurídico tem colhido escassos frutos no que se relaciona às garantias devidas aos direitos dos pobres, de modo particular os humanos fundamentais sociais”.¹²¹

Para Alfonsin, a assessoria jurídica popular, inclusive a desenvolvida por estudantes, tem como fonte inspiradora do trabalho um serviço prestado a pobres e vítimas, assim como envolve a indignação ética contra a injustiça, uma mística de amor aos pobres e a interdisciplinaridade, por ser um trabalho ético-técnico-jurídico. Destaca que é necessária a mudança do lugar social do assessor jurídico popular que presta os seus serviços de maneira eficaz, assim como a mudança de pensar e de interpretar o conteúdo jurídico-instrumental dessa prática. A tarefa do assessor jurídico popular é a demonstração de que a pobreza já constitui, por si só, violação de direitos humanos fundamentais. Além disso, atua na desmistificação dos mecanismos econômico-político-jurídicos, sejam os lógicos, sejam os ideológicos ou os sociológicos, que mantêm os miseráveis, e, ou os pobres, na situação em

¹²⁰ Da mesma maneira, a imprensa exclui os movimentos populares do seu processo de leitura de realidade do país. Conforme Adelmo Genro Filho, “o jornalismo é um instrumento de reprodução dos conceitos, das ideias, da ética, enfim, da ideologia dominante”. GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Em: AMARAL, Márcia Franz (Org.). *Olhares sobre o jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho*. Santa Maria: FACOS, 2007, p. 85.

¹²¹ ALFONSIN, Jacques. Do pobre direito dos pobres à assessoria jurídica popular. *Revista da Ajuris*, n. 75, Porto Alegre, set. 1999, p. 65-84.

que sobrevivem, “a maioria deles ainda enredados numa consciência ingênua e conformista sobre as causas dessa condição, parece dever ser, por elementar imposição ética de justiça, uma prestação de serviço que acompanhe diuturnamente essa assessoria”.¹²²

No trabalho de educação política que desenvolve em CEBs, em grupos de associações de moradores, sindicatos, entre outros, Alfonsin trabalha conceitos ligados ao direito e à política. Um dos temas trabalhados é o da origem do poder, que abrange os termos “poder”, “ter” e “ser”. Parte da ideia de que as três origens do poder em relação ao povo, que é o soberano, não existem, porque este não pode, não tem e não se sente gente. Para isso, faz a comparação com as três ordens constitucionais: ordem política (poder), econômica (ter) e social (ser). Nas CEBs destaca ligações entre fé e política, valendo-se de exemplos bíblicos e sente-se à vontade para explorar suas crenças, inclusive em relação ao direito.

Conforme Alfonsin, a característica mais visível da pobreza está na profunda e escandalosa desigualdade que mostra em relação a outras pessoas, “seja no que se relaciona com o ter (economia), seja no que se relaciona com o poder (política) e, por via de consequência, no que se relaciona com o próprio ser (desnível pessoal e social)”. Portanto, a indignação ética diante da injustiça está intimamente relacionada com o sentimento do povo pobre, “razão de ser do próprio serviço de assessoria jurídica, povo que é muito mais sensível à emoção do que à razão, ao valor justiça do que ao rigor da lei, rigor que ele mais sofre do que goza, diga-se a bem da verdade”.¹²³

Para ele, a organização “é talvez a única fonte de poder dos pobres, coisa que vale para a assessoria sempre pensar e agir em equipe com eles e com a/os colegas de trabalho”. Dessa forma, a assessoria jurídica popular proporciona

a quem trabalha uma energia alimentada por uma verdadeira mística de amor aos pobres, raramente presente na advocacia profissional, capaz de, não só dotar a/o assessora/o de um juízo crítico da realidade bem mais abrangente do que o puramente técnico-jurídico, como também de uma capacidade de relativizar dogmas consagrados por um direito historicamente cúmplice de uma classe que tem contra outra que não *tem*, que pode contra outra que não *pode*, e que é contra outra que mal e mal deseja permanecer sendo.¹²⁴

Para Alfonsin, a assessoria jurídica popular confronta três possíveis contrafações que Ernani Maria Fiori aponta como negação do direito à palavra do povo – a mistificação,

¹²² ALFONSIN, Do pobre direito dos pobres à assessoria jurídica popular, 1999, p. 65-84.

¹²³ Ibidem, p. 67-68.

¹²⁴ Ibidem, p. 68-69.

massificação e dominação – ao dizer que “quem impede a palavra do outro, impede sua expressão de dignidade, de comunicação, de vida”.¹²⁵ Afirma ainda Ernani Maria Fiori que

Em regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra e em que multidões imensas nem sequer têm condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam aos demais, é um difícil, mas imprescindível aprendizado - é a "pedagogia do oprimido".¹²⁶

A **assessoria é contra a mistificação**, já que a lei consagra desigualdades sociais sem nenhum constrangimento, assim como envolve a mistificação tanto das pretendidas virtudes de formulação da lei quanto da completude do seu conteúdo e do seu significado – a propalada suficiência do ordenamento jurídico, a própria acusação de infidelidade à lei podem ser formas de mistificação, uma vez que a justiça pode ser feita contra a lei, além de que a lei não contém todo o direito. A **assessoria contra a massificação e a dominação** concebe que o trabalho popular é uma arte de lidar com gente, não uma ciência, que se aprende com a prática. Como vícios próprios da massificação elege para elucidação: despersonalizar e descaracterizar a demanda popular, em nome do aparelhismo do partido, da igreja ou da classe; o fisiologismo, que desconsidera as correlações de forças do povo e articula o trabalho somente com quem julga ser as lideranças; o pragmatismo autoritário, que desconsidera questões relacionadas ao folclore, à religião, à moral ou aos costumes; o paternalismo, que desconsidera a participação do povo; o messianismo populista, que assume a liderança da demanda popular; o basismo, que considera toda proposta vinda do povo como emancipatória.¹²⁷

Alfonsin relata que aprendeu que o trabalho popular divide-se nas frentes comunitária, política e jurídica, sendo a menos importante a jurídica, e a mais, a comunitária. Trata-se de o povo se convencer de que pode se organizar; organizando-se passa a posicionar-se perante a política, a reivindicar por ele mesmo. Nessa etapa é que serve a frente jurídica, para colaborar nas decisões sobre os caminhos a seguir, para conhecer o que é cabível. Por outro lado, as

¹²⁵ FIORI, Ernani Maria. Citado em ALFONSIN, Jacques. *Assessoria jurídica popular: breve apontamento sobre sua necessidade, limites e perspectivas*. ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITO ALTERNATIVO, 4, 1998, Florianópolis.

¹²⁶ Parte final do prefácio escrito por Ernani Maria Fiori, ainda no exílio, em Santiago do Chile, dezembro de 1967, e por ele oferecido ao livro de Paulo Freire *Pedagogia do Oprimido*. Está transcrito, igualmente, em *Ernani Maria Fiori, textos escolhidos*, v.2, *Educação e política*, Porto Alegre, L&PM, 1992, p. 64.

¹²⁷ ALFONSIN, Jacques. *Assessoria jurídica popular: breve apontamento sobre sua necessidade, limites e perspectivas*. ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITO ALTERNATIVO, 4, 1998, Florianópolis.

derrotas jurídicas sempre são vitórias políticas, pois contribuem para a avaliação de como prosseguir, apesar de causarem revolta pelas injustiças que o próprio Judiciário pratica. Alfonsin trabalha na frente jurídica, não interfere na frente política; a sua adesão ao movimento popular é incondicional, o que não significa que não participe de alguns momentos de decisão política. Trabalha ocasionalmente na frente comunitária na educação popular e participa de alguns cursos de formação de jovens e de lideranças dos movimentos populares.

Por fim, destaca-se que Jacques Alfonsin revela um grande pessimismo em relação à efetividade do seu trabalho como advogado popular ao comentar que “não pensa que isso que eu estou te dizendo faz alguma cócega no sistema”. Percebe que o advogado popular fica marcado socialmente, fica mal-visto, não é mais procurado para fazer ações comuns, ou seja, a clientela não o procura mais. É esse o preço alto que se paga.¹²⁸

Por outro lado, a sua história de vida comprova que é possível dedicar a vida à defesa dos pobres com uma perspectiva transformadora da realidade social e que a assessoria jurídica popular pode ser um importante instrumento para a construção do direito insurgente dos pobres.

2.2 O serviço jurídico inovador do Instituto Apoio Jurídico Popular

O escritório de advocacia popular e formação de jovens advogados, Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP), funcionou por duas décadas (1987-2001) como rede de articulação dos assessores jurídicos de movimentos populares de todo Brasil. Jacques Alfonsin participou da sua fundação e acompanhou os trabalhos em todo o período de duração, porém as atividades eram concentradas no estado do Rio de Janeiro, com sede na capital. Os advogados Thomaz Miguel Pressburger e Miguel Baldéz foram alguns dos principais articuladores do grupo.

Foram realizadas entrevistas com Miguel Baldéz, em que se aborda sua concepção de assessoria jurídica popular, sua análise de conjuntura da justiça brasileira, histórico da entidade, entre outras questões (ver Apêndice 02). Em virtude do seu falecimento em junho de

¹²⁸ Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, 2008.

2008, não foi possível conhecer pessoalmente Pressburger, mas buscou-se aproximar das questões analisadas no trabalho dos outros advogados populares por meio de seus textos, assim como em entrevistas com pessoas que trabalharam diretamente com ele: Jacques Alfonsin, Miguel Baldéz, Eliana Athayde e dois participantes dos cursos de formação para jovens advogados (ver Apêndice 02). Outro advogado importantíssimo nos projetos do AJUP foi João Luiz Duboc Pinaud, que trabalhou como professor do curso para jovens advogados.¹²⁹

O trabalho de advocacia do AJUP influenciou inúmeros outros grupos similares no Rio de Janeiro, como o grupo de advogadas populares “Mariana Crioula”, além de outros trabalhadores do direito que participaram dos cursos de formação. Por essa razão, foram entrevistadas essas integrantes desse projeto (ver Apêndice 03).

2.2.1 Marco na política de assessoria no Brasil

O Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP) foi fundado oficialmente em 29 de agosto de 1987, iniciando o trabalho como um projeto anexo da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), do Rio de Janeiro, em 1985 (ver Anexo 01). Foi incorporado à Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião em 15 de julho de 2000, encerrando formalmente suas atividades em 2002. Foi um dos maiores grupos de assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil, ao lado de grupos com quem teve grande interlocução, como o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), a própria Acesso – Cidadania e Direitos Humanos, entre outros. A escolha deste grupo deu-se em razão da sua contribuição determinante aos debates no Movimento de Direito Alternativo (MDA) brasileiro, com a tese do direito insurgente, assim como pelo próprio desenvolvimento teórico da Assessoria Jurídica Popular, pelo grande número de publicações e pela escassez de trabalhos acadêmicos sobre sua atuação.

O AJUP trabalhava em três frentes:

- assessoria jurídica de movimentos populares;
- formação de advogados e lideranças populares;
- produção teórica – seminários, publicações.

¹²⁹ João Luiz Duboc Pinaud foi contatado, mas não pôde ser entrevistado em virtude de problemas de saúde.

Conforme conta uma das participantes do curso de formação para jovens advogados, a assessoria jurídica aos movimentos populares envolvia o trabalho direto em comunidades, que significa o sentido da assessoria, esse comprometimento com o povo, a troca. Buscava lançar a noção de um direito novo, um direito insurgente, que fez a cabeça de todos ao compreenderem que o direito não é só aquilo que é passado como direito. A assessoria jurídica atuava na discussão de um novo direito, que fosse efetivamente um positivismo de combate, buscando descobrir a possibilidade de atender aos movimentos populares juridicamente, de descobrir falhas na lei que pudessem ser aproveitadas. O advogado insurgente é aquele pronto a “virar qualquer mesa” e a fortalecer o movimento popular.¹³⁰

O advogado tinha de ser educador e militante; tinha de orientar as pessoas, e a assessoria jurídica popular era uma forma de educação popular, funcionando como conscientização de direitos, não só para conhecer o direito, mas também para exigir, segundo a ideia de que direito que não é exigido não é direito. Alguns faziam o trabalho de conscientização, com assessoria direta à população. Nesse processo, tomava-se muito cuidado com a linguagem jurídica; chamava-se a atenção sobre o problema da verborragia jurídica, guiando-se pela regra de que a expressão jurídica tem de ser clara e objetiva. Assim, tentava-se quebrar o formalismo jurídico com petições judiciais contendo menos termos técnicos e chavões jurídicos. Uma das incompletudes do trabalho foi a formação do povo, uma vez que o objetivo maior era a formação do profissional capaz do embate jurídico. As demandas eram mais sobre a questão rural; chegou-se a atentar para a questão urbana, mas não chegou a ser prática de assessoria jurídica popular, ficando mais como tema dos seminários e eventos. Alguns advogados voltavam-se para as questões demandadas, mas a maioria tinha seus próprios escritórios e se reunia no AJUP.¹³¹

Para Eliana Athayde, ex-integrante do AJUP, atualmente respondendo pela finalização das atividades do instituto, o grande trabalho do AJUP revelou-se basicamente na formação dos estágios, dos quais participaram pessoas de vários lugares do país. O estágio foi efetivamente a grande marca do AJUP, no qual a ideia era a formação do jovem advogado e de lideranças políticas. Essa atividade foi batizada de “Estágio Nilson Marques”, homenageando um advogado militante no AJUP, que dava aula sobre a legislação agrária e sofreu um acidente, vindo a falecer. Ocorriam ainda cursos de formação concentrados, com a participação de lideranças de movimentos populares. Eram cursos que ocorriam anualmente,

¹³⁰ L. B., entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹³¹ Ibidem.

dos quais participavam pessoas que passavam de 15 a 20 dias internadas num local afastado do centro urbano, em tempo integral concentrados, discutindo e refletindo.¹³²

Para as turmas de formação de jovens advogados, ou Estágio Nilson Marques, eram convidados alguns estudantes; outros eram indicados por movimentos populares, tanto de universidades públicas quanto de privadas. O AJUP tinha forte inserção em debates do movimento estudantil, principalmente no carioca. Da primeira turma de formação de assessores jurídicos populares fizeram parte cerca de dez estudantes de direito, os quais tiveram aulas à tarde, duas vezes por semana, acompanhadas por Miguel Baldéz ou com aulas ministradas por ele, por cerca de dois anos, entre 1988 e 1989. Os estudantes tinham aulas de direito processual e filosofia do direito e realizaram viagens para visitar comunidades fora da cidade do Rio de Janeiro, como os dois tribunais de crimes contra o latifúndio, e atuaram em projetos para formação de cooperativas. No segundo ano, alguns estagiaram na área trabalhista, em sindicato da categoria dos bancários; outros, na regularização fundiária, em prefeitura do PT de Angra dos Reis. Nos debates na turma havia grande preocupação com os temas envolvendo raça e gênero.¹³³

Na segunda turma, em 1990, optou-se pela mudança na metodologia, priorizando-se o debate em sala de aula, a reflexão com base na filosofia do direito, o que configurou o formato de praticamente um curso de pós-graduação, com a leitura e discussão de textos e reflexão teórica. Outra alteração foi na composição da turma, agora formada tanto por estudantes de direito quanto por lideranças de movimentos populares. Alterou-se ainda a participação dos alunos nas atividades de assessoria jurídica popular, que só ocorreram depois do término das aulas, com estágios em entidades que não trabalhavam diretamente com assessoria. Não se chegou a concluir o programa, que incluía um ano de aulas e outro para estágio na assessoria jurídica popular. Outras turmas ocorreram, mas já com recursos bastante reduzidos, sendo oferecidas vagas a quem quisesse participar, em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião. Era ministrado um ano de aulas e o ano seguinte reservava-se para estágio em comunidades, tendo como professores João Luiz Duboc Pinaud, Miguel Pressburger e Eliana Athayde.¹³⁴

Os ex-alunos, mesmo que não estivessem ligados ao AJUP organicamente, continuavam participando das atividades, como das palestras, seminários etc. As atividades de

¹³² Eliana Athayde, entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹³³ L. B., entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹³⁴ R. F., entrevista presencial, *Relatório de pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

formação com movimentos populares eram também prática frequente, organizadas em reuniões dos grupos de educação. Houve ocasião em que assessores populares de todo Brasil participavam de cursos de formação no Rio de Janeiro. A assessoria era feita de forma intensa em lugares próximos da cidade do Rio de Janeiro, quando era comum passarem alguns dias com o movimento. Todos os seus integrantes participavam das três frentes, inclusive estagiários. Era um espaço diferente dos escritórios de advocacia tradicionais, pela sua informalidade, tratamento igualitário aos alunos e uma grande abertura para o diálogo, contudo ocorriam também problemas de relacionamento, como em qualquer espaço.¹³⁵

Quanto à formação teórica, destaca-se que a biblioteca do AJUP contava com grande acervo de livros de filosofia, sociologia e política, além de obras de difícil acesso de autores da crítica jurídica, autores estrangeiros, entre outros. Havia um grande zelo pelos livros e era garantido o acesso das pessoas ao acervo.¹³⁶

Conforme Pressburger, a AJUP seria uma das poucas entidades de advocacia dedicadas também à produção teórica. As preocupações da época eram “encaminhamentos prático-teóricos das lutas por direitos humanos e o esforço da articulação (aqui entendido também formação e capacitação) dos advogados populares”. Os principais objetivos na fundação da entidade foram “construirmos uma articulação de advogados ligados aos movimentos sociais e criarmos mecanismos eficazes de produção, intercâmbio e disseminação de novos pensamentos jurídicos”.¹³⁷

A mudança nos critérios das entidades de financiamentos das atividades foi um dos motivos da escassez de recursos e da finalização das atividades. Nos primeiros anos havia a possibilidade de utilizar as verbas com infraestrutura e pagamento de pessoal (por exemplo, podiam ser compradas mesas, cadeiras, máquina de escrever); posteriormente, essas rubricas deixaram de ser aceitas, sendo permitidas apenas aquelas ligadas diretamente com a atividade fim da associação. Outra questão que contribuiu para o fechamento da entidade foi o refluxo de alguns movimentos, como o sindical, que teria se “burocratizado” a partir da década de 1990, num processo de individualização das demandas e judicialização da política sindical, ao passo que na de 1980 reivindicava uma postura crítica do direito, de afirmação do contrato

¹³⁵ L. B., entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹³⁶ Eliana Athayde, entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹³⁷ INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. Relatório 1991-1992. Rio de Janeiro: AJUP, 1992, p. 08.

coletivo de trabalho, uma perspectiva mais combativa, principalmente na luta para a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).¹³⁸

Pressburger comenta sobre a dificuldade de encontrar financiamentos, ao mesmo tempo que a demanda pelo trabalho só aumentava. Sobre a contribuição da entidade às relações entre advogados e movimentos sociais, Pressburger avalia que “os movimentos sociais começam a ter uma concepção bem mais clara e menos conservadora do que seja a assessoria jurídica, ou seja, não o simples peticionismo que magicamente pode resolver conflitos”. Esses compreenderam as funções da assessoria jurídica, inclusive têm incorporado às suas estratégias as tarefas antes específicas da assessoria jurídica, “seja como fornecedora de informações, seja como elemento pedagógico que atua na facilitação da compreensão do conflito, seja como interlocutora junto aos órgãos incumbidos de executar políticas públicas, e até como defensora na instância judiciária”.¹³⁹

Tratando-se da iniciativa do **coletivo de juristas populares**, conforme descreve Salvino Medeiros, o programa é uma iniciativa do AJUP para a constituição e animação de uma rede informal de advogados e juristas dedicados às causas populares. O objetivo era a mobilização no sentido de concretizar um outro direito, “o direito insurgente, que reflita a dinâmica das relações sociais em direção a um outro ordenamento”.¹⁴⁰

Outra iniciativa nesse sentido foi o **estágio jurídico Nilson Marques**, que, conforme Eliana Athayde, Silvania C. O. da Silveira e José Ricardo F. Cunha, não era específico para o direito, sendo os estagiários selecionados por indicações de movimentos populares, com pessoas identificadas com a proposta de aplicar seu conhecimento técnico na árdua tarefa de mudança social. O objetivo maior era a formação de um futuro advogado que fosse profissional hábil e, ao mesmo tempo, “um jurista capaz de contribuir para a construção de uma **nova ciência jurídica**, de um Direito instrumento de transformação da sociedade caótica atual”.¹⁴¹

¹³⁸ L. B., entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹³⁹ INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. *Relatório 1991-1992*. Rio de Janeiro: AJUP, 1992, p. 07-08. As entidades de apoio em 1991 e 1992 foram: The Catholic Fund for Overseas Development: On the side of people in need (CAFOD); Centre International des Droits de la Personne et du Développement Democratique – International Centre for Human Rights and Democratic Development; Christian Aid: an official agency of british and irish churches; Développement et Paix – Development and Peace; Flokekirkens Nodhjaelp – Danchurchaid; The Ford Foundation – Escritório no Brasil; Inter-American Foundation; International Development Research Centre (IDRC) – Centre de recherches pour le développement international (CRDI); Novib – Organização Holandesa para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento; The Catholic Agency for World Development (Trocaire).

¹⁴⁰ Ibidem, p. 09

¹⁴¹ INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. *Relatório 1991-1992*. Rio de Janeiro: AJUP, 1992, p. 15-16.

As entidades parceiras do AJUP, inclusive algumas organizações de financiamento, realizaram avaliações do trabalho, que constam no relatório do período de 1991 a 1993. Na avaliação parcial do programa de direitos humanos da Danschurchaid, da Dinamarca, consta uma descrição das publicações: “uma coleção de títulos (**Seminários**) é dirigida para advogados profissionais; outra (**Socializando Conhecimento**) fornece matérias jurídicas para leigos. Um boletim (**Coletivo de Juristas Populares**) fornece um canal de comunicação entre os advogados populares”. Ainda, a maior parte do trabalho do AJUP “é o treinamento de advogados populares e de ‘paralegais’. [...] Um curso de dois anos ministrado por quatro instrutores ensina o ‘direito insurgente’ e como lutar pelos direitos humanos, dentro e à margem do sistema legal brasileiro” – trata-se do já referido estágio jurídico Nilson Marques. Além disso, o AJUP realiza seminários, conferências, campanhas, promove ações judiciais de casos exemplares e prepara pareceres.¹⁴²

Outro relatório foi o da avaliação da imagem externa do Centro de Estudos Direito e Sociedade (Cediso), da USP, da qual algumas conclusões foram:

- as principais diretrizes da AJUP são o suporte informativo-crítico e a construção de um “novo direito”;
- a entidade realiza pouco a assistência judiciária gratuita, estando distante das comunidades;
- inúmeras entidades e advogados reconhecem a relevância da contribuição do AJUP no campo dos direitos humanos;
- as publicações são mais úteis como instrumento de produção/reflexão teórica do que de orientação prático-profissional.¹⁴³

Ainda, houve o **projeto de promotoria**, que consistiu na **Rede Nacional Informatizada de Acompanhamento de Processos de Assassinatos Decorrentes de Conflitos no Campo** (Promotoria), o qual tinha como objetivo catalogar os casos, organizar o acompanhamento, recolher informações, intervir nos processos, organizar um banco de dados com as informações – contando com o apoio da Novib e da International Research Centre.¹⁴⁴

¹⁴² INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. *Relatório 1992-1993*. Rio de Janeiro: AJUP, 1993, p. 07-08.

¹⁴³ Ibidem p. 15-16. A avaliação da Cediso é citada neste relatório do AJUP. Foi consultado ainda o documento original, disponibilizado pela pesquisadora Ana Lúcia Pastore Scritzmeyer: CENTRO DE ESTUDOS DIREITO E SOCIEDADE. AJUP: avaliação da imagem externa – 1º Relatório jun/ago. 1993. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1993.

¹⁴⁴ INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR, obra citada, p. 25.

Além das atividades referidas o documento apresenta outras, como o **Programa de Formação de Advogados nas Regiões de Origem**, que, junto com o **Estágio de Formação Jurídica Nilson Marques**, foi financiado pela Fundação Ford.¹⁴⁵ Semelhantes em relação aos objetivos esses se diferenciavam quanto ao lugar das atividades de formação e ao perfil dos participantes – oferecer a formação nas regiões de origem dos advogados e juristas populares buscava aproximar-se da demanda do interior do país.

O depoimento de um advogado popular sintetiza a importância dessa atuação:

Companheiros, além do dito questionário faço questão de ressaltar outras importâncias do AJUP. Nós, advogados que militamos no interior do Brasil vivemos um isolamento enorme. Às vezes nossos sonhos, nossa força ficam fracos. Saber que existem outros advogados, que não estamos abandonados, sozinhos, tem um poder enorme para nos manter firmes. Muitas vezes fiquei triste e sem esperanças, mas consegui retornar com garra e o AJUP tem contribuído com isso. Digam isso pro pessoal.¹⁴⁶

Hoje todo o patrimônio do AJUP encontra-se no Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, entidade contemporânea, resumindo-se à coletânea de livros que compunham a biblioteca. A parceria com esta entidade iniciou para a utilização de sala para reuniões. No período final, Eliana Athayde, que participava de ambas as entidades, esteve presente no encerramento das atividades, por volta de 2001. O trabalho do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião acontece nas favelas nas periferias urbanas. Nessa perspectiva, o direito insurgente é uma inspiração, assim como ações inspiradas no positivismo de combate, batizado pelo Miguel Pressburger. O trabalho com movimento de favelas iniciou com as pastorais das favelas. Conforme Athayde, no AJUP era possível refletir sobre um novo direito, e na Bento Rubião falta essa atividade de reflexão. Por isso, considera que uma das coisas muito ruins que ocorreram ao movimento social foi o fim do AJUP, a qual “era uma instituição que merecia melhor destino, mais apoio e mais presença do próprio movimento social. No final, o Pressburger ficou muito abalado, não dava pra continuar, essa foi uma grande perda”. Nenhuma entidade ocupa “seu espaço, o AJUP foi único. [...] A incorporação pela Bento Rubião é física, mas jamais na inteireza do AJUP”.¹⁴⁷

O trabalho do AJUP influencia até hoje na formação de grupos de advogados populares em todo o Brasil. Uma experiência bastante alinhada ideologicamente é o Centro de

¹⁴⁵ INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR, Relatório 1992-1993, 1993, p. 20.

¹⁴⁶ Ibidem p. 30.

¹⁴⁷ Eliana Athayde, entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

Assessoria Jurídica Popular Mariana Crioula, na cidade do Rio de Janeiro. Foram entrevistadas três advogadas deste grupo (ver Apêndice 03). O trabalho no escritório consiste basicamente em ações envolvendo terra, tanto conflitos possessórios do MST, quanto ações de territórios de quilombos. Além disso, ocorre o atendimento a ações sobre a questão urbana, como o direito à moradia, luta contra remoção, regularização fundiária, assim como é tema o combate à criminalização dos movimentos sociais e trabalhadores informais urbanos (camelôs, por exemplo). Acontecem ainda oficinas de formação com alguns movimentos, de acordo com a necessidade destes, com o objetivo de facilitar a percepção do que consideram como direitos conquistados e funções das instituições públicas. Todavia, não há planejamento anterior, uma vez que a prioridade é a advocacia popular. O aprendizado sobre novas metodologias de trabalho popular ocorreu na militância próxima ao MST, o qual participa da maioria das oficinas. Outro momento para a formação de lideranças dos movimentos é a discussão dos processos, pois sempre envolve um debate geral sobre a sociedade, as influências econômicas e sociais no resultado da ação, entre outras questões. O grande objetivo nesses diálogos é desmistificar o papel tradicional do advogado que resolve problemas.¹⁴⁸

Ocasionalmente, as advogadas trabalham com questões envolvendo direitos humanos (caso criminal de uma mulher presa por aborto, por exemplo); trabalham com quilombos, comunidade da Marambaia, Santana, entre outras; além disso, fazem monitoramentos dos processos administrativos de decretação de áreas quilombolas. As demandas que mais aparecem são reintegrações de posse envolvendo MST, monitoramento das ações de desapropriação (fiscalização da ação do Incra), quilombolas (reintegração de posse), criminais de trabalhadores informais (pirataria), reintegração de posse em ambiente urbano, problemas de água e luz em ocupações urbanas etc. A prioridade de acompanhamento dos processos dá-se considerando a emergência, assim como há dificuldade de encontrar tempo para a formação própria e para a produção de textos e de oficinas para os movimentos.¹⁴⁹

A seguir, estudam-se os discursos de dois dos principais intelectuais do AJUP, Miguel Pressburger e Miguel Baldéz, que desenvolveram inúmeras atividades, além de produzir teoricamente.

¹⁴⁸ Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Crioula, Entrevista presencial com 3 advogadas, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁴⁹ Ibidem.

2.2.2 O direito insurgente e o trabalho popular

Os integrantes do AJUP tiveram diálogos profícuos com a academia e com o povo. Houve um intenso debate com professores universitários integrantes do MDA e com outros intelectuais ligados a universidades brasileiras e do exterior. O diálogo com o povo estava ligado diretamente à atuação de seus advogados na assessoria, sobretudo de sindicatos, movimentos populares e outros grupos organizados considerando etnia, gênero ou outra característica comum.

Parte-se também da história de vida de dois advogados populares que influenciaram decisivamente na advocacia popular, Thomaz Miguel Pressburger e Miguel Baldéz, cuja escolha deu-se em razão do volume intenso de produção teórica, da indicação por outros advogados populares, assim como da concepção radical de trabalho popular.

Conforme L.B, Miguel Pressburger orientava trabalhos de pesquisa dos estagiários das turmas de jovens advogados, além de ter intensa atividade intelectual de produção de textos e participação em eventos acadêmicos e do movimento popular. No final da década de 1980, o acesso a cursos de mestrado em direito era bastante restrito. Não se pode afirmar que havia preconceito com a academia. Era uma geração diferente, que não tinha mestrado ou doutorado. Contudo, Baldéz sempre foi professor; trabalhando no Centro Universitário Cândido Mendes; levou seus alunos para o AJUP. Até hoje Baldéz tem ligação com a academia, sendo professor da IBMEC; foi professor durante certo tempo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no curso de Ciências Sociais, onde tentou repetir a experiência do AJUP. João Luiz Duboc Pinaud também matinha inserção na academia. Como inspiração política, o marxismo esteve sempre muito presente, sendo tema do curso de formação, tanto por parte de Baldéz quanto de Pressburger.¹⁵⁰

Nascido em 1930, o advogado popular carioca Miguel Lanzellotti Baldéz trabalha principalmente com movimentos de ocupação urbana e rural no estado do Rio de Janeiro. É fruto da militância sindical: na década de 1960, junto ao Comando Geral de Trabalhadores, e na década de 1980, na luta sindical dos professores. Em 1982, trabalhou no Núcleo de Regularização de Loteamentos Clandestinos e Irregulares da Procuradoria Geral do Estado, que depois passou a integrar a procuradoria do município. Auxiliou, ainda, a organização do

¹⁵⁰ L. B., entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

Núcleo de Terras na Procuradoria do estado, com os assentamentos em Nova Iguaçu, Paracambi, Piraí, entre outros. Na década de 1990 foi idealizador do **Curso de Direito Social** do Programa de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com a temática da violência institucional no campo e na cidade. Hoje participa da criação do Conselho Popular do Município do Rio de Janeiro, iniciativa de movimentos sociais e entidades, é assessor jurídico de movimentos de luta pela terra urbanos e rurais, como a Articulação Nacional do Solo Urbano e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É professor de direito na Faculdade Cândido Mendes e na IBMEC; participa do Núcleo de Apoio Jurídico Popular (Najup), iniciativa dos estudantes da Faculdade Cândido Mendes.¹⁵¹

No período em que trabalhou no AJUP costumava acompanhar conflitos possessórios por todo o Brasil, permanecendo por semanas em ocupações para assessorar juridicamente os movimentos. Trabalhou com o MST, com quilombolas e, de forma muito restrita, com indígenas. Sobre sua formação teórica, reivindica-se um marxista e atualmente estuda história e direito.

Baldéz concebe o direito como processo numa linha genealógica, como a descrita por Michel Foucault, sua atual linha de pesquisa como professor da Faculdade de Direito do IBMEC, no Rio de Janeiro. Participa de uma série de eventos de extensão, bancas de graduação em universidades paulistas e cariocas; escreve artigos de opinião para jornais, apreciando a referência a obras artísticas, literatura, teatro, entre outras. Como assessor jurídico popular, acredita que é preciso pensar o direito dado e pensar na construção dos direitos, pois o enfrentamento jurídico é muito difícil. Assim, seria preciso também agregar dados econômicos e políticos, além de conhecer o campo do “inimigo”, ou seja, o campo das abstrações.

No texto “Solo urbano: uma proposta a constituinte”, Baldéz afirma que o solo urbano constitui um espaço dramaticamente dividido, “que se desdobra entre zonas abastadas e inúmeras áreas submetidas a condições desumanas de sobrevivência” e outras urbanizadas, habitáveis, com estrutura e ruas, saneamento básico e demais serviços públicos. Assim, propõe o repensar a cidade “tomando-a como processo histórico de lutas e conquistas”.¹⁵² Comenta o histórico da ocupação do solo urbano, com destaque para a influência das relações

¹⁵¹ Conforme “Grupo Tortura Nunca Mais”. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalhaDetalhe.asp?CodMedalha=231>. Acesso em: 10 mai. 2009.

¹⁵² BALDÉZ, Miguel Lanzellotti. *Solo urbano: propostas para a constituinte*. Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular/Fase, 1986, p. 01

de trabalho capitalistas com a ocupação do solo, principalmente quanto à exclusão dos trabalhadores dos grandes centros urbanos para cidades satélites e periferias (faixas desurbanizadas da cidade). A produção capitalista da cidade tem na propriedade um dos fatores de sua lucratividade, que acarreta a marginalização do trabalhador.¹⁵³

A questão colocada em relação ao campo jurídico é a de "desvendar de que maneira o direito construiu a teia jurídica de proteção da propriedade. Pois o sistema fechado que assegura à propriedade as características de absolutismo, plenitude e perpetuidade". Baldéz refere-se à Constituição Federal de 1988, ao Código Civil de 1916 e ao Código de Processo Civil de 1973 e chega a utilizar o termo "ditadura da burguesia" para descrever o uso de leis e agentes (como o poder Judiciário e os órgãos policiais) para negar o acesso à habitação aos trabalhadores urbanos.¹⁵⁴

Baldéz cita diretamente Konstantin Stoyanovitch, afirmando que "o direito é uma relação. Não é uma norma. Se não tem em conta este caráter social que tem a esta tensão de que é produto: se, em outras palavras, não se enfoca ele mais que em si mesmo enquanto norma, não se pode compreendê-lo". Essa citação está posta imediatamente após a constatação de que não basta a norma para garantir a propriedade como princípio e garantia constitucional, pois foi definida nas relações sociais como plena, absoluta e ilimitada. Explica-se pela proteção do direito à posse, pois não se pode entender o domínio sobre qualquer bem sem a sua posse, tanto a previsão de indenização para perda de qualquer bem quanto o elaborado sistema de proteção à posse, antecipando proteção à propriedade.¹⁵⁵

O direito burguês, quando observado na tensão "das relações sociais, revela com clareza, a par de sua função ideológica (chama ao grileiro, proprietário; e ao posseiro, o esbulhador), a importante missão a ele atribuída no continuado processo de opressão movido pela classe dominante contra os trabalhadores". Dessa forma, "é na prática da submissão à ideologia predominante, ou na prática da opressão jurisdicional, que o direito cumpre, no concreto, sua função de controle da classe trabalhadora em todos os seus espaços de atuação".¹⁵⁶

Baldéz sugere que os movimentos populares apresentem propostas concretas:

¹⁵³ BALDÉZ, Solo urbano: propostas para a constituinte, 1986, p. 06-09.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 09.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 10. Em que se refere à obra de Konstantin Stoyanovitch, "*O pensamento marxista e o direito*" (Siglo Veintiuno).

¹⁵⁶ Ibidem, p. 11.

que transfiram ao seu comando político o exercício dos direitos e das ações que, no reflexo da luta de classes no urbano, lhes assegurem ganhos positivos. Lembre-se, em primeiro plano, a necessidade fundamental de ter reconhecida a soberania popular, em substituição ao conceito de soberania nacional, tendente ao autoritarismo, como dão conta alguns exemplos históricos. Com soberania popular quer significar-se a criação de mecanismos capazes de assegurar a participação direta e permanente das organizações populares em todos os níveis do aparelho do Estado.¹⁵⁷

Outra proposta a ser apresentada é a de assistência judiciária aos “oprimidos” como encargo dos Estados-membros da federação, “pois somente com um corpo bem formado de defensores públicos, admitidos por concurso público e suficientemente esclarecidos sobre as lutas sociais, poderá fazer, com sucesso, o confronto com as classes privilegiadas nas demandas judiciais”. Baldéz sugere ainda que “a saída é fazer da Assistência Judiciária, ideologicamente discriminada na composição dos órgãos jurídicos do Estado, uma forte instituição, com peso de garantia constitucional”, porque dispondo de medidas e instrumentos manipuláveis, os próprios trabalhadores poderão ampliar a base jurídica de suas lutas políticas.¹⁵⁸

Em outro texto, “A terra na constituição”, Baldéz, assim como Alfonsin, defende a política de ocupações como forma de reivindicação política, afirmando que “no confronto direto, porém, é que a classe trabalhadora no campo foi descobrir, e vem aprimorando na ação política, o principal mecanismo de sua luta histórica pela reforma agrária: as ocupações coletivas”. Destaca que “são várias as lutas possíveis. Dentro da ordem, como se deu, durante a Constituinte, com as emendas populares, e contra a ordem, como acontece com este recriado modo de aquisição da posse que é a ocupação coletiva”. Isso porque, “no plano jurídico, rompendo-se o véu ideológico que encobre no direito burguês o conceito de propriedade, as ocupações podem ser adequadamente justificadas pelo estado de necessidade”.¹⁵⁹

Portanto, na visão de Baldéz, a luta política pela conquista da terra e da moradia, inevitavelmente, passa por uma ampla variedade de questões jurídicas, o que justifica a necessidade de apoio jurídico competente e consciente de que o processo jurídico é apenas parte do processo político global. Conclui que “a luta judicial, portanto, deve ser bem travada,

¹⁵⁷ BALDÉZ, Solo urbano: propostas para a constituinte, 1986, p. 16.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 17-18

¹⁵⁹ BALDEZ, Miguel. A terra na Constituição. Em: INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. *Direito Insurgente II*. Rio de Janeiro: AJUP, 1989, p. 69-86.

embora sem perder-se a consciência de que, afinal, será sempre a organização política o principal fator da permanência da comunidade na terra”.¹⁶⁰

Baldéz aprofunda o conceito de direito no texto “Sobre o papel do direito na sociedade capitalista”, no qual realça que “essa redescoberta do jurídico vincado no processo de lutas pela terra só vai se tornar possível na medida em que sejam percebidas as suas relações com as demais estruturas sociais e as contradições internas à complexidade da ação jurídico-judicial”. Como exemplo cita as características principais do sistema jurídico no Estado capitalista, que é ser universal, abstrato, obrigatório, fundamental para a proteção do direito de propriedade e de contrato, muitas vezes instrumentalizado pela intervenção do aparato policial-militar. Assim como no modelo de produção capitalista, “já não será pelo uso do poder direto que se irá definir e exercer a dominação de classe, mas através de formas jurídicas compatíveis com a racionalização do processo histórico de lutas e contradições”.¹⁶¹

Baldéz considera que no Estado capitalista é a lei que organiza a violência e inverte a realidade, uma vez que “criminaliza-se a luta legítima das classes oprimidas pela posse da terra e legitima-se o cerco jurídico que exclui e expulsa o trabalhador do campo e, na cidade, lhe corta o acesso à moradia”. As ações coletivas de ocupação no processo de lutas pela democratização da terra, como se generalizam por todo território nacional, vão se constituindo no mais importante instrumento de ruptura com o sistema fechado do direito positivo. Dessa forma, “é importante captar as principais características das ocupações como direito novo das classes oprimidas, engendrando fora da fonte estatal de produção de leis”. Ocorre que “é na luta e nas conquistas que delas resultem que a classe trabalhadora, engendrando com sua prática política um direito no movimento, alternativo e insurgente, descobre-se como sujeito de sua história e reinicia o processo de construção de uma nova sociedade”.¹⁶²

Para Baldéz, o sentido histórico desse direito insurgente “não está em ser alternativo, mas sim na capacidade de seus teóricos de insurgirem-se contra a ordem estabelecida, e de participarem, ainda que por dentro da ordem jurídica do estado capitalista, da construção da sociedade socialista e de seu Estado”. Isso porque

o caráter insurgente do direito, renovado pela prática política da classe trabalhadora, e recriado, por isso, dialeticamente, como teoria capaz de contribuir para as

¹⁶⁰ BALDEZ, A terra na Constituição, 1989, p. 87.

¹⁶¹ BALDÉZ, Miguel. *Sobre o papel do direito na sociedade capitalista: ocupações coletivas: direito insurgente*. Petrópolis: CDDH, 1989, p. 01-02.

¹⁶² Ibidem, p. 14-18.

transformações sociais e construção do estado socialista, não pode esgotar-se em reflexões teóricas, nem render-se às artimanhas do positivismo jurídico, assumindo-se, às vezes sem que seus juristas se dêem conta disso, como neo-positivismo, ou direito meramente alternativo.¹⁶³

Sobre o direito alternativo, Baldéz divergia da visão de outros advogados da AJUP, uma vez que estes apostavam no positivismo de combate, ou, então, na atuação de acordo com o direito oficial. Sobre o direito alternativo, lembra a atuação dos juízes do Rio Grande do Sul e São Paulo alternativos à jurisprudência e questiona até que ponto estes seriam mesmo intérpretes de uma alternativa ao direito. Uma experiência que acredita ser fruto desse movimento é a Lei dos Juizados Especiais.

Thomaz Miguel Pressburger foi advogado popular, coordenador do Instituto Apoio Jurídico Popular, ex-diretor do Departamento de Pesquisa e Documentação da OAB/RJ, no Rio de Janeiro – RJ, assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra do Rio de Janeiro e nacional. Faleceu em 13 de julho de 2008.

Conforme Relatório de Atividades de 1991-1992, Pressburger

nasceu em 1934. Formou-se em Direito em 1959 e em 1961, no interior de Goiás, iniciou uma longa prática de advocacia em prol de comunidades camponesas. Militou nas “Ligas Camponesas” e no Partido Comunista Brasileiro. Depois do golpe militar de 1964, optou pela resistência armada, aderindo à Vanguarda Popular Revolucionária. Esteve preso de 1969 a 1973. Em 1978 retomou às atividades de assessor jurídico junto à Comissão Pastoral da Terra, tendo atuado em várias regiões do país, notadamente, no sul, baixada fluminense e região serrana do estado do Rio de Janeiro, norte de Goiás e sul do Pará (Bico do Papagaio), Mato Grosso do Sul e Paraná. Em meados de 1985 criou o Instituto Apoio Jurídico Popular. Participou de um sem número de cursos, seminários, palestras, debates, tanto no Brasil quanto no exterior. Tem várias obras tratando de Direito Agrário, Direitos Humanos e Sociologia do Direito publicadas e traduzidas em livros e revistas especializadas.¹⁶⁴

No texto “Agruras e desventuras do liberalismo” Miguel Pressburger abusa do sarcasmo e da ironia ao utilizar como subtítulo “ou o ET continua virgem (mesmo já tendo dado mais que chuchu na cerca”.¹⁶⁵ A justificativa do subtítulo é apresentada a partir de texto de José Gomes da Silva no jornal *Folha de São Paulo* sobre a questão agrária, intitulado “Estatuto da Terra – virgem e válido”, fruto da discussão do documento apresentado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) ao Encontro Nacional pela Reforma

¹⁶³ BALDÉZ, Sobre o papel do direito na sociedade capitalista, 1989, p. 20.

¹⁶⁴ INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. *Relatório 1991-1992*. Rio de Janeiro: AJUP, 1991-1992.

¹⁶⁵ Esse tipo de recurso de linguagem foi muito utilizado por outro autor que inspirou sobremaneira a obra de Pressburger, Roberto Lyra Filho, o qual costumava utilizar metáforas que deixavam muitas pessoas desconfortáveis em suas cadeiras em meio a suas palestras.

Agrária, de 1985, no qual se atribui ao estatuto duas décadas de “virgindade”. Apesar de não querer debater a “virgindade” do estatuto, ao qual se refere pela sigla ET, Pressburger joga com a dubiedade de um “extraterrestre” virgem para referir que o não uso do estatuto pelos operadores do direito coloca-o bastante distante do “mundo jurídico”.¹⁶⁶

Na sequência, ainda marcada pela descontração, apresenta sua autodescrição:

Advogado do movimento camponês (por vezes chamado de 'pé-de-chinelo' por seus colegas adversários), absolutamente não tem nenhum curso de pós graduação, mestrado e menos ainda doutorado, no país ou no exterior. A única dissertação que defendeu foi no 3º ano primário, intitulada 'Como foram as minhas férias', e que resultou num pequeno escândalo quando descobriram que havia plagiado John Maynard Keynes que escrevera 'Hollyday in Breton Hoods'. Assessor jurídico da CPT-RJ, e toma chimarrão porque gosta e não em adesismo a Leonel Bonaparte, perdão Brizola.¹⁶⁷

Pressburger, desde o começo, desempenhou papel de protagonismo e liderança no AJUP, tanto na organização e administração da entidade, quanto escrevendo e participando de eventos acadêmicos. No ano de sua fundação apresentou a proposta por meio do texto “Programa de Apoio Jurídico Popular”, em que define em linhas gerais os motivos da sua criação e os principais objetivos a que se destinava. O Programa Apoio Jurídico Popular surgiu como proposta para criação de um instrumento capacitado a socializar, entre os assessores jurídicos, suas próprias experiências e ajudar a promover reciclagem, formas de capacitação e treinamento de advogados e estudantes de direito que se disponham “a emprestar seu saber e trabalho às organizações populares”, além de oferecer estágio a jovens estudantes e prestar assessoria jurídica de forma direta a movimentos populares.¹⁶⁸

Ainda no contexto preparatório da Constituinte, Pressburger analisa que a condução da luta por uma nova Constituição, travada por amplos setores da sociedade, remete à satisfação futura de direitos e necessidades da população. Por outro lado, essa postura acaba por não resgatar as conquistas já alcançadas na prática, uma vez que não apresentam propostas de imediata intervenção possível nos projetos institucionais, por considerarem que, mesmo com a finalização do regime militar, os poderes Judiciário e Legislativo seguem com grande descrédito e desmoralização. Propõe, justamente, o resgate das conquistas efetivadas contra o regime ditatorial e que os mecanismos utilizados na sua consecução sejam disseminados,

¹⁶⁶ PRESSBURGER, Miguel. *Agruras e desventuras do liberalismo*: ou o ET continua virgem (mesmo já tendo dado mais que chuchu na cerca). Rio de Janeiro: Cadernos da Assessoria Jurídica da CPT, 1985, p. 04.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 18

¹⁶⁸ PRESSBURGER, Miguel. Programa de Apoio Jurídico Popular (AJUP). *Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente*, n. 1, Curitiba, ITCF, ago. 1986b, p. 123.

extraíndo-se deles ensinamentos, avaliando-se e adequando-se a situações genéricas. Comenta que, “em última instância, essas conquistas repousam sobre formas 'alternativas' que os movimentos e suas assessoria jurídicas encontraram para tratar questões e conflitos concretos”. Isso porque “de outra maneira, como explicar essas conquistas diante da pouca ou nenhuma modificação da estrutura do Estado?”.¹⁶⁹

Logo após a criação do AJUP em 1986, no texto “A propriedade da terra na constituição”, continua analisando a reforma agrária com base na ideia de que a Constituição passou a representar o papel de formalizar os conflitos, desligando-os das contradições de classe, uma vez que “a representação jurídica das relações conflitivas favorece a imagem do Estado que, por se utilizar de normas e regras previamente estabelecidas, se apresenta como uma forma política consensual. Ou seja, desligada e acima das classes sociais”. Por outro lado, Pressburger reconhece que a “Constituição é também o reflexo do grau de organização e conquistas das diversas forças que compõem a sociedade”. Dessa forma, integra a Constituição na contradição de representar um processo de falseamento da realidade e, ao mesmo tempo, o reflexo das conquistas sociais, porque entende o direito como uma fonte para a lei, e a lei como a sua forma de reconhecimento para sua imposição. Pressburger diz que “é uma visão errada considerar que a LEI é a fonte do DIREITO. A coisa se dá justamente ao contrário. Os direitos são conquistados e seu reconhecimento é imposto sob a forma da lei”. Trata-se justamente de uma visão histórica, que vê as leis e a Constituição (a “lei maior”) como um “compromisso momentâneo e coerente com as forças sociais em antagonismo. O contrário é a visão conservadora que quer a sociedade estática, cristalizada e amarrada a leis que já não atendem à dinâmica interna da sociedade”.¹⁷⁰

A postura desse advogado popular em relação ao Estado fica ainda mais clara no texto “O sistema jurídico e o socialismo: ou, a burguesia suporta a ilegalidade?”, que escreveu como comentário do texto de mesmo título “O sistema jurídico e o socialismo”, de José Antonio Vieira Gallo, vice-ministro da Justiça no governo de Salvador Allende, no Chile.¹⁷¹

Pressburger analisa que a burguesia ao, revolucionariamente, destruir os privilégios estamentários, criou o sistema jurídico, com o fundamento econômico de previsibilidade, repugnando o arbítrio que desestruturava a possibilidade de reprodução infundável do modo de

¹⁶⁹ PRESSBURGER, Programa de Apoio Jurídico Popular (AJUP), 1986b, p. 122.

¹⁷⁰ PRESSBURGER, T. Miguel. *A propriedade da terra na constituição*. 6. ed. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, 1986a, p. 04-05

¹⁷¹ PRESSBURGER, Miguel. Ou, a burguesia suporta a ilegalidade? Em: VIEIRA-GALLO, José Antonio. *O sistema jurídico e o Socialismo*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, dez. 1989, p. 04-15.

produção capitalista. O regime político mais coerente com este fundamento seria a democracia formal e todo o aparato jurídico que o retroalimenta, sendo os períodos ditatoriais momentos de realinhamento de eventuais anomias. Ocorre que, mesmo nesses períodos, as classes dominantes não abrem mão de um sistema jurídico que garanta a sua legalidade, inclusive para praticar a barbárie. Dessa forma, na inovação jurídica realizada com compromisso entre forças sociais antagônicas para a elaboração de um direito, não se poder abstrair qual a classe que domina os limites da produção das normas, assim como qual domina os instrumentos jurídicos de aplicação das normas, inclusive os conceitos. Tudo isso se deve à crítica que Pressburger fazia ao processo político-jurídico chileno, que, mesmo no governo socialista, permanecia com a aplicação do direito burguês pelo Judiciário e outras instituições públicas; uma vez que Allende defendia a transformação dentro de uma estrutura legal, com o respeito pela lei. Para Pressburger, a introdução no sistema legal vigente de normas que de alguma forma atendam ao ideal ético de justiça, determinadas por conquistas obtidas por meio de lutas sociais, deve estar acompanhada da construção que desconhece a estrutura legal e com ela conflita, que seriam práticas de pluralismo jurídico, ou de direito insurgente, no potencial revolucionário de coexistência desse direito com as normas estatais: “Possivelmente este duplo caminho mereceria algum aprofundamento, especialmente sob um ponto de vista de não apenas abrir o direito estatal para o direito insurgente, ou melhor dizendo, fazer com que o primeiro acabe por incorporar o outro mantido o sistema vigente”. Trata-se da substituição do direito burguês pelo direito insurgente, de uma ordem jurídica por outra.¹⁷²

Pressburger mantinha participação frequente em eventos acadêmicos internacionais. Um dos textos preparados para essas ocasiões foi “A construção do Estado de Direito e as assessorias jurídicas populares”, no qual explora o surgimento das assessorias jurídicas de movimentos populares no contexto de transição no Brasil pós-64. A história das relações jurídicas na América Latina é a história da violência exercida sobre o povo, seja a dos colonizadores sobre as populações indígenas, seja até a dos poderosos sobre as classes subalternas, a história da rapinagem de produtos e de força de trabalho, da desigualdade e exacerbada concentração de riquezas e poder. Nesse contexto havia, anteriormente ao golpe militar, organizações, como os partidos políticos e os sindicatos, que foram violentamente destroçadas, a ponto de permanecerem tão atreladas ao Estado que se inviabilizaram como representativas. No período posterior a 1964, dois movimentos foram gestados por setores diferentes da sociedade: as articulações de defesa de direitos humanos, como os de assistência

¹⁷² PRESSBURGER, Ou, a burguesia suporta a ilegalidade?, 1989, p. 10-15.

jurídica às vítimas da ditadura, por advogados e outros intelectuais de classe média; e as organizações representativas, como associações de bairro, pequenos produtores rurais, setores marginalizados etc. Essas caracterizaram-se pelo informalismo e por se constituírem em instrumentos de grande eficácia, “uma vez que as normas legais não contemplavam estes tipos de microestruturas, dificultando a intervenção estatal”. Tais movimentos foram gerenciados ainda no período ditatorial, cujo ambiente jurídico estava dominado pela Doutrina de Segurança Nacional, pela suspensão do direito formal e sua substituição por atos institucionais, entre outros. Na conjuntura da luta contra a ditadura, os advogados tinham “verdadeiramente de ‘inventar’ formas jurídicas que minimamente e em certas circunstâncias tivessem alguma eficácia, com o sentido de romper com a rigidez do dogmatismo positivista e formalista”. Os movimentos populares “criaram e recriaram formas de luta que levassem ao atendimento de algumas de suas reivindicações” e iam logrando abrir caminhos que pudessem desbloquear aparentes impossibilidades. Foi assim que estiveram unidas a mobilização da comunidade envolvida e a intervenção de profissionais do direito. Assim, no período seguinte, da dita “redemocratização”, as entidades de apoio e as próprias comunidades foram compreendendo que o Estado, ao menos formalmente, busca institucionalizar-se, contribuindo para que as táticas das lutas populares se coloquem também na via institucional; assim, passam a existir espaços da estrutura jurídica a serem preenchidos e utilizados, surgindo a solicitação por assessoramento jurídico popular.¹⁷³

De qualquer forma,

é de se levar em conta, ainda, que no processo da construção do Estado e do direito, as classes dominantes também são subordinadas às correlações de forças políticas em jogo. Possivelmente de maneira bem mais lenta do que onde predomina o direito jurisprudencial ou consuetudinário, o direito codificado acaba por incorporar certas conquistas das classes subalternas, porém sempre com muito atraso; garantindo o domínio dos limites da produção de normas; garantindo o monopólio dos instrumentos de sua aplicação; e, finalmente, garantindo o domínio dos instrumentos jurídicos (inclusive de conceituá-los).¹⁷⁴

Dessa forma, cabe ao assessor jurídico uma dupla tarefa: “utilizar o regramento estatal até os limites máximos de suas contradições, fazendo com que, mesmo lentamente, acabe por prevalecer a conceituação da norma de uma forma progressista e não atrelada à retrógrada dogmática” e “ir corporificando as demandas das classes subalternas, e os advogados e

¹⁷³ PRESSBURGER, Miguel. A construção do Estado de Direito e as assessorias jurídicas populares. Em: CAMPILONGO, Celso; PRESSBURGER, Miguel. *Discutindo a assessoria popular*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, jun. 1991, p. 31-37.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 39.

juristas, em seu campo específico (o aparato judiciário do Estado), desde já travarem a luta pelos novos princípios de direito compatíveis com as necessidades daquelas classes”. Para tanto, “necessariamente tem de existir uma complementaridade entre o saber do advogado e o saber popular, operando-se constante e ininterruptamente traduções entre um e outro, na busca de um pensamento que seja comum”. Isso para “não apenas analisar a estrutura e o sistema da sociedade como também interferir sob formas diversas em sua transformação e ainda, e isto é importantíssimo, teorizar sobre as distintas práticas”.¹⁷⁵

É, entretanto, no texto “Direito insurgente: o direito dos oprimidos”, o qual aparece também com o título “Direito: a alternativa”, que o conceito defendido por Pressburger e outros membros do AJUP na assessoria jurídica de movimentos populares recebe a definição mais acabada. No texto buscando responder sobre o significado e conteúdo do direito insurgente, em comparação com outros conceitos próprios do movimento crítico do direito das décadas de 1980 e 1990, trata do direito alternativo e do pluralismo jurídico. Apesar de expressar uma aversão por formular “teses” – “se não explicável, pelo menos desculpável, para quem nunca teve experiência acadêmica” –, assume o desafio de traçar a demarcação do conceito. Inicia ressaltando que existe uma confusão perfeitamente justificada ao tratar de conceitos sobre o direito, uma vez que se utiliza esta denominação para fazer referência ao objeto de estudo, conhecimento, instrumentalização, entre outros. Para conceituar o direito alternativo fundamenta-se em Michel Mialle, para o qual importa a construção de outra ciência do direito a partir da negação de uma ciência que não mais se reconhece como tal, ou seja, a partir da denúncia dos erros e o engajamento para construir *alternativamente* a ciência do direito. Pressburger faz duas ressalvas ainda sobre o Movimento de Direito Alternativo: a primeira é de que o marxismo vindo da crítica do direito francês esteve muito contaminado pelo estruturalismo althusseriano; a segunda, que as contradições sociais brasileiras são tão gritantes que propostas alternativas sensibilizam inclusive não marxistas, até mesmo aqueles que somente buscam uma função social ao direito. Por outro lado, coloca o pluralismo jurídico como uma vertente do direito alternativo, reconhecendo o sentido da contribuição, pois, como o pluralismo jurídico coloca em confronto a produção jurídica estatal com a não estatal, seja fora do Estado, paralela ao Estado ou mesmo contra o Estado, novos e ilimitados horizontes foram abertos para (re)pensar o direito. Comenta ainda que a questão do pluralismo jurídico pode ser percebida em grupos camponeses, favelados, e que devem ser lembrados trabalhos enfocando essas relações em remanescentes povos indígenas, embora muitas

¹⁷⁵ PRESSBURGER, A construção do Estado de Direito e as assessorias jurídicas populares, 1991, p. 39-42.

experiências indígenas não se configuram como direito alternativo em virtude do estado de “gheto” como são tratadas, inclusive pela Constituição de 1988.¹⁷⁶

Para definir direito insurgente afirma que

o que se exige hoje, mais do que nunca, da ciência do direito, não é apenas o levantamento rigoroso da realidade jurídica, com explicação racional dos fundamentos lógicos do sistema: o que se impõe é também e sobretudo a *invenção* de um direito mais eficiente e justo. Ou dito de outra forma, um direito que tenha em suas raízes a insurgência contra a perspectiva idealista e fragmentada do saber atualmente dominante; um saber que nunca considerou 'os operários da fábrica, nunca foi ao campo saber como o lavrador dá duro de sol a sol, nunca subiu no morro e conheceu a situação dos favelados'.¹⁷⁷

Em outra publicação do AJUP, colaboradores apresentam sua contribuição para a definição do conceito. Inicialmente, José de Souza Martins define que

o direito insurgente expressa uma crítica ao direito estabelecido, vigente, institucional, e, por outro lado, a exigência de uma reformulação democrática do direito. A sociedade está anunciando um novo direito, tanto nos países socialistas como nos capitalistas, onde vivemos um grande momento de transição histórica. A clareza pode não ser muito grande, desde o início, mas já é evidente que a idéia não se restringe a uma simples interpretação nova do velho direito. Mesmo através de manifestações equivocadas, como os linchamentos, o que se constata é uma crítica às instituições jurídicas, ao aparelho de justiça do Estado e ao direito existente.¹⁷⁸

Por sua vez, José Eduardo Faria afirma que o direito insurgente seria um “direito capaz de privilegiar relações sociais historicamente situadas e de substituir a pretensa igualdade formal da concepção formalista de direito por um tratamento desigual para homens desigualmente situados no contexto social”.¹⁷⁹

Por fim, o texto que colabora para cercar a concepção de direito insurgente para Miguel Pressburger é “O direito como instrumento de transformação social”, no qual afirma

¹⁷⁶ PRESSBURGER, T. Miguel. Direito, a alternativa. Em: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – RJ. *Perspecivas sociológicas do direito: 10 anos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Thex/OAB-RJ/Universidade Estácio de Sá, 1995, p. 21-31. Publicado ainda em: PRESSBURGER, Miguel. Direito insurgente: o direito dos oprimidos. Em: RECH, Daniel; PRESSBURGER, Miguel; ROCHA, Osvaldo Alencar; TORRE RANGEL, Jesús A. de la. *Direito insurgente: o direito dos oprimidos*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1990, p. 06-12; e PRESSBURGER, Miguel. Direito insurgente: o direito dos oprimidos. Em: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de (Org.). *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991, p. 09-16.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 31. (grifo nosso)

¹⁷⁸ SOUZA MARTINS, José. Cidadania, movimentos sociais e entidades de mediação. Em: SOUZA MARTINS, José; FARIA, José Eduardo; CARVALHO, Eduardo Guimarães; PRESSBURGER, T. Miguel. *Discutindo a assessoria popular – II*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1992, p. 17. (grifo nosso)

¹⁷⁹ FARIA, José Eduardo. Formalismo jurídico. Em: SOUZA MARTINS, José; FARIA, José Eduardo; CARVALHO, Eduardo Guimarães; PRESSBURGER, T. Miguel. *Discutindo a assessoria popular – II*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1992, p. 31.

que o direito também é instrumento de mudança social, porque é “instrumento da dominação e também da luta entre as classes sociais”. Isso representaria a sua ambiguidade, pois trata-se de outro direito, o direito insurgente, que é aquele que vai se formando da prática política e poderosamente compondo a filosofia da qual emergem os inovadores movimentos das classes subalternas. Mesmo assim, a concretização do direito não se dá por ele próprio, mas sim, por lutas políticas. Pressburger vê “no direito um ideal impulsionador de lutas políticas das classes subalternas, modificando, restringindo ou refreando o comportamento dos poderosos, ao mesmo tempo em que destas lutas se desenvolve a crítica radical da prática da sociedade”. Negar isso, para ele, significa “lançar fora toda uma herança de luta pelo direito, e dentro das formas do direito, cuja continuidade jamais poderia se interromper sem lançar homens e mulheres num perigo imediato”.¹⁸⁰

Conforme L. B., uma ex-aluna da turma de estágio Nilson Marques, aqueles que reivindicam o direito alternativo tiveram na década de 1990 um confronto teórico com os integrantes do AJUP, que reivindicavam um direito insurgente. Os colaboradores do AJUP faziam uma crítica ao direito alternativo desde o início, pois o diferenciavam do uso alternativo do direito, afirmando que o primeiro não existia. O AJUP é caracterizado pelo direito insurgente, pelo uso alternativo do direito e pelo positivismo de combate. O uso alternativo do direito é o positivismo de combate, o uso do positivismo.¹⁸¹

Com o surgimento do MDA, grande parte dos estudantes aderiu ao movimento e esvaziou um pouco a perspectiva marxista do AJUP. Antes do direito insurgente, na UFRJ, por exemplo, estudava-se muito Roberto Lyra Filho, que faleceu em 1987; então, todos queriam saber do NEP – Núcleo de Estudos pela Paz, o direito achado na rua. No movimento estudantil de direito carioca, ao menos, a influência direta das correntes críticas do direito ocorreu na sequência: direito achado na rua, direito insurgente e direito alternativo.¹⁸²

Por outro lado, considera que o AJUP compreendia o pluralismo jurídico, inclusive era matéria do curso de formação para jovens advogados, os quais procuravam saber o que havia no pluralismo jurídico que era prática insurgente e, também, o que era pluralismo jurídico na estrutura de poder. Existia de forma muito clara a tentativa de mostrar que direito insurgente não era qualquer pluralismo jurídico. Sobre o tráfico, debatia-se a divisão de que poderia ser

¹⁸⁰ PRESSBURGER, Miguel. O Direito como instrumento de mudança social. Em: FRAGOSO DE CASTRO, Marcelo Francisco. *Direito e mudança social*. Rio de Janeiro: CCJE/UFRJ, 1993, p. 27-34.

¹⁸¹ L.B. Entrevista Presencial. *Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, 2008.

¹⁸² Ibidem.

uma normatividade de pluralismo jurídico, mas que não se tratava de uma prática insurgente. Debate semelhante ocorria com o direito alternativo, onde se questionava: “mas alternativo a quê?”¹⁸³

Por sua vez, Eliana Athayde, que foi advogada e professora no AJUP, considera que direito insurgente significa direito dos oprimidos, porque a ideia é exatamente de mudança: “Se você entende que não deve haver opressão e que os oprimidos têm que ir em busca de sua libertação, o direito insurgente é o competente pra essa solução. A ideia de direito insurgente vem exatamente de conseguir ser um novo direito”. Também afirma que “basicamente, a base é o oprimido, que é quem precisa ser libertado. E ele será o direito que ele conseguir conquistar, certamente tem o viés insurgente”. Sobre o campo de luta desse direito, considera que dificilmente se almeja politização do Judiciário, pois o que se busca é que a luta jurídica seja politizada. “Se você não politizar a luta jurídica você não vai, em hipótese alguma, conseguir qualquer mudança, inclusive a formação do novo direito, então você tem que politizar a luta jurídica. Agora se você vai politizar o judiciário ou não, talvez no dia de ‘São Nunca’”. Como ferramenta desse direito privilegia a desobediência civil, afirmando que “as conquistas acontecem dessa forma. Essas coisas vão mudando, quando se consegue coletivizar”. Considera justamente que essa desobediência não contraria o direito, uma vez que “a lei é só expressão formal desse direito. Ela é tão mutável quanto sejam as necessidades de exigibilidade desse direito. Porque direito não exigível não é direito. Tem que tomar como eixo a exigibilidade”. Reforça que o marxismo representava a influência de renovação, mudança, dialética, e o AJUP mantinha uma vertente socialista.¹⁸⁴

Ocorre que Athayde mantém posição contrária à tese do pluralismo jurídico, defendendo que

o que existe não são propriamente vários direitos, a imposição de direitos, os burgueses implantam uma forma de vida e uma prática que se infiltra em todas, inclusive no judiciário. Então você não tem o direito burguês e o dos oprimidos, mas das pessoas humanas. Mas a forma como os burgueses impõem o direito oprime o oprimido, e a obrigação desse oprimido é forçar essa barra para não continuar oprimido, para exigir o seu direito que é o mesmo do burguês, não existem vários direitos. Quando forem os direitos a serem exigidos, são muitos, mas quando for o modelo oficial é um só. Burgueses à parte, os oprimidos têm o seu espaço, devem tê-lo, devem conquistar.¹⁸⁵

¹⁸³ L.B. Entrevista Presencial. *Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, 2008 .

¹⁸⁴ Eliana Athayde, Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁸⁵ Ibidem. (grifo nosso)

Também critica o direito alternativo:

Ou é direito, ou não é direito. Não pode ter alternativa. Você tem direito, essa história de direito alternativo a gente até ouve falar, mas eu implico. Se debateu muito isso no AJUP, a rigor ele surgiu como uma proposta para o movimento. [...] Mas havia uma relação boa com o MDA, porque é uma tentativa de mudança, mas tinha uma divergência teórica.¹⁸⁶

Dessa forma, aprofundou-se o estudo da assessoria jurídica popular com base nos grupos de referência Acesso e AJUP. Buscou-se apresentar um quadro geral sobre a prática jurídica insurgente da assessoria jurídica popular segundo três advogados populares – Jacques Alfonsin, Thomaz Miguel Pressburger e Miguel Baldéz –; assim como ex-integrantes e colaboradores do AJUP e advogadas do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Crioula. A seguir serão analisadas outras vozes, como a dos movimentos populares, iniciando a árdua tarefa de definir a metodologia do trabalho popular e suas perspectivas atuais.

¹⁸⁶ Eliana Athayde, Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008. (grifo nosso)

3. UMA CULTURA JURÍDICA POPULAR E INSURGENTE

“Triste vida de posseiro
junto a lagoa Amarela.
Vinte anos sobre a terra
cavando o faltoso pão,
vinte anos de promessa
com a mesma enxada na mão,
catorze filhos no mundo
fora os que estão no caixão.
Peguei na espingarda velha
como quem pega o enxadão
com a força que a fome dá
pra quem defende seu pão”

“*Viroleiros*”, do livro “Vida e Obra de Josué de Castro”.

Este poema anônimo, de autoria atribuída a “*Viroleiros*”, consta em livro dedicado à obra dos maiores teóricos brasileiros de combate à fome, Josué de Castro. Foi citado por Jacques Alfonsin em seu texto “Do pobre direito dos pobres a assessoria jurídica popular”, para referir-se poeticamente ao sentimento de mundo que move os milhares de trabalhadores rurais brasileiros ocupantes e posseiros.¹⁸⁷

Por último, apresenta-se a proposta da cultura jurídica popular e insurgente, característica de determinadas práticas jurídicas de movimentos populares. Destaca-se o papel jurídico e pedagógico de atores que atuam na conscientização de direitos e no desenvolvimento de atividades educativas: os assessores populares. Busca-se responder sobre a possibilidade de transformação do conhecimento sobre direitos humanos em práticas jurídicas insurgentes e questionar a formação dessa cultura jurídica popular com base nas experiências analisadas nesta pesquisa, em razão do seu potencial transformador na realidade.

¹⁸⁷ ALFONSIN, Jacques Távora. Do pobre direito dos pobres à assessoria jurídica popular. *Revista da Ajuris*, n. 75, Porto Alegre, set. 1999, p. 65-84.

Para tanto, trabalha-se com o conceito de *pluralismo jurídico popular e insurgente* como possibilidade de anunciação de uma teoria epistêmica que abranja a iniciativa de participação dos movimentos populares e a proposição de formais plurais de organização do direito, isto é, uma proposta que contemple a cultura popular e o direito insurgente de movimentos latino-americanos na busca pela libertação.

A assessoria jurídica popular pode propiciar uma nova cultura jurídico-social, na qual prevaleça o respeito à diversidade, às identidades, aos contingenciamentos, às necessidades, às limitações e ao desejo de mudança. A indignação ética que conduz movimentos populares a contrariarem as leis é uma necessidade nunca experimentada pelos que as elaboraram. Esse distanciamento da realidade social do legislador, além de esvaziar a efetividade da lei, contribui para um afastamento cada vez maior entre lei e realidade.

Por fim, a assessoria jurídica popular inclui o apoio de profissionais do direito na busca pela conscientização em relação aos direitos, num processo em que aprende com a cultura popular e colabora com seu trabalho político e técnico-jurídico na educação popular e na assessoria jurídica, no contexto do lugar e tempo do assessor popular.

A finalidade é juntar todos esses conteúdos para tratar das práticas jurídicas insurgentes, respondendo sobre o que elas têm de pluralismo, de autenticamente comunitário, de reprodução do direito estatal e o que têm de emancipatórias/libertadoras.

3.1 Assessoria jurídica de movimentos populares

A primeira questão a tratar é a importância do advogado na atuação política de movimentos populares, uma vez que esta figura é renegada à categoria de assistente técnico em muitos grupos políticos, de modo que interessa sua opinião apenas para questões jurídicas. Os advogados que trabalham com movimentos, geralmente, assumem outros papéis políticos, que podem ser, inclusive, de representação política, de reflexão teórica sobre a luta e no desenvolvimento de ações educativas.

Questiona-se o sentido dessa relação com o objetivo de compreender os momentos em que se intensifica e aqueles em que o advogado se torna obsoleto. Uma das possibilidades de enfoque está justamente nas necessidades humanas, uma vez que direcionam o sentido da

ação política para a satisfação imediata, ou, então, para uma organização da produção econômica dos meios para subsistência, entre outras possibilidades. Isso porque o conteúdo das necessidades está na sua satisfação e liberdade plenas.

Os movimentos sociais que apresentam uma proposta efetiva de transformação, pela reivindicação de um sentido econômico do direito e em razão de uma autogestão da produção econômica, de suas relações e conflitos, podem ser chamados de “movimentos populares”, porque, além da pauta comum que é externalizada para a sociedade pelos movimentos sociais, normalmente uma opressão urgente, definem um programa culturalmente complexo com conteúdo econômico. Por exemplo, o MST apresenta a pauta comum da necessidade de “terra para quem nela trabalha”, externalizada para a sociedade por meio de ocupações de terra e manifestações públicas, que se constitui na demanda principal deste movimento social; por outro lado, caracteriza-se pela luta anticapitalista e contra o latifúndio, fazendo a defesa da produção e da propriedade coletiva. Além da autogestão política e econômica do movimento, por exemplo, há a proposta das escolas itinerantes e as próprias escolas dos assentamentos, que trabalham com projeto pedagógico bastante diferente do oficial. Essas características o diferenciam de outros movimentos sociais, trazendo a possibilidade de nomeá-lo como “popular” para destacar sua proposta transformadora e insurgente.

Em termos gerais, a demanda pelo trabalho do advogado é apresentada pelos movimentos populares em momentos de urgência, os quais dificilmente pensam a estratégia política segundo a ética jurídica tradicional. A opção política dos movimentos populares normalmente é de desobediência ou resistência ao direito oficial; dessa forma, o cotidiano do advogado popular é responder a ações judiciais contra o movimento. São poucos os advogados que trabalham no dia-a-dia do movimento com a proposição de ações, por exemplo; é comum que estes residam nos centros urbanos, onde estão os prédios das instituições públicas estatais.

Por outro lado, os grupos de advogados pesquisados neste trabalho caracterizam-se por uma relação diferenciada em relação aos movimentos populares, que os coloca numa posição à parte, primeiramente, porque estão comprometidos politicamente com os grupos assessorados; segundo por se envolverem em atividades de formação e educação popular, seja para novos advogados, seja para os movimentos; por fim, por produzirem teoricamente sobre essa relação social – advogado e movimento – a ponto de proporem um novo conceito para nomeá-la: assessoria jurídica popular; ainda, por proporem um novo conceito para a relação

jurídica – Estado e movimentos –, o direito insurgente. Por essa razão, são aqui denominados como “assessores jurídicos populares”, ou “assessores populares”, qualificação especial dos advogados populares que trabalham na assessoria jurídica de movimentos populares. Além da visão insurgente dos seus assessores, o principal é perceber que essa visão se vincula à própria concepção dos movimentos assessorados sobre o direito.

3.1.1 Os movimentos populares e o direito

O tema do *pluralismo jurídico* não costuma ser pauta dos movimentos populares, contudo nem por isso esses deixam de colaborar para a construção dessa teoria, ou dessa análise epistêmica da realidade e do direito. Para a compreensão da assessoria jurídica popular é preciso aprofundar algumas concepções que os movimentos populares atribuem ao direito. Encontra-se uma multiplicidade de entendimentos sobre o termo “direito”, que não diferem, necessariamente, dos conceitos amplamente debatidos na teoria do direito científica. Porém, pode-se afirmar que se reúnem em concepções negativas e positivas, não raro se encontrando concepções duais. Por exemplo, há visões negativas próximas ao anarquismo de Bakunin, para quem o direito deve sucumbir junto com o Estado; assim como visões negativas comunistas de Marx, que alguns leem como extinção do direito e do Estado; ainda, visões duais que compõem alguma das anteriores, com visões pragmáticas positivas, de luta por políticas públicas estatais para a efetivação de direitos humanos fundamentais, o que representa, até certo ponto, uma contradição política.

Além disso, certas teorias dos novos movimentos sociais excluem o conceito de classe social (no sentido empregado por Marx, Lênin, entre outros). A denominação “movimentos populares” preserva esse conceito, já que resguarda o sentido político-econômico de conflito indissolúvel no sistema capitalista da relação social entre opressores e oprimidos, dominadores e explorados, sendo necessária a libertação dos explorados para a insurgência de outro modelo.

Sobre movimentos sociais, Marcelo Dias Varella afirma que se configurariam pelas seguintes características: a existência de um grupo relativamente organizado; terem ou não uma liderança definida; interesses, planos, programas ou objetivos comuns; fundamentando-se

nos mesmos princípios valorativos, doutrinas ou ideologia; desenvolvimento de uma consciência de classe ou uma ideologia própria e objetivando a fim específico; uma proposta de transformação social ou uma alteração nos padrões sociais vigentes.¹⁸⁸

Por sua vez, para Ilse Scherer-Warren a identidade dos novos movimentos sociais é construída com base em dois fatos: um estrutural, do reconhecimento pelo povo das condições materiais do capitalismo contemporâneo e suas variadas formas de opressão; um cultural, da internacionalização de uma cultura crítica dos movimentos populares contra as formas de opressão e o autoritarismo.¹⁸⁹ Ademais, propõe que o papel dos “novos movimentos sociais” é a corrosão do autoritarismo da sociedade brasileira e a criação de uma sociedade mais democrática; ainda, apresenta proposta de atuação em rede dos movimentos sociais composta por mediadores, redes de ONGs, movimentos e organizações populares em torno de um projeto mais abrangente.¹⁹⁰

Algumas características comuns dessas redes no Brasil seriam “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político”. Essas características seriam responsáveis pela construção de novas utopias, de uma prática mais democrática e tolerante à diversidade social, à integração regional e internacional entre os povos e à participação da sociedade civil na transformação da sociedade política propriamente dita.¹⁹¹

Esses conceitos colaboram muito com a ideia de trabalho com movimentos sociais em rede. A reflexão dos assessores jurídicos sobre seu papel pode levar a repensar a estratégia destes com grupos e movimentos sociais, no sentido de potencializar suas práticas para serem mais concretas e efetivas. Porém, o conceito de classe, mantido por Marcelo Varella, não aparece em Scherer-Warren, que fala em identidade plural e proporcional à multiplicidade de demandas, numa rede contra o autoritarismo.

Por isso, é preciso situar a diferença entre os conceitos de *movimentos sociais* e *movimentos populares*, utilizados de formas diferentes pelos autores citados. Para tanto colhe-se contribuição de Daniel Camacho, o qual afirma que “consideramos os movimentos sociais como uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses

¹⁸⁸ VARELLA, Marcelo Dias. MST: um novo movimento social?. Em: DRESCH DA SILVEIRA, Domingos Sávio; SANT'ANNA XAVIER, Flávio (Org.). *O direito agrário em debate*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p.213-214.

¹⁸⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 52.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 118-120.

¹⁹¹ Ibidem, p. 120-123.

específicos”, cuja a “sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevaletentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social”. Os movimentos sociais não têm de ser necessariamente organizados.¹⁹²

Camacho afirma que os sindicatos são organizações do movimento social dos operários que, às vezes, intermedeiam a favor e, às vezes, contra os interesses objetivados pelo movimento operário. Os movimentos sociais têm duas grandes manifestações: os que expressam os interesses dos grupos hegemônicos e os que expressam os interesses dos grupos populares.¹⁹³

Por seu turno, os movimentos populares são os que expressam os interesses dos grupos populares. Entende-se que “popular” refere-se a povo, que é uma categoria que se modifica com a história, “como todas as categorias que representam um conteúdo real”. Para Marx, o povo, essa conceituação rigorosa e útil, está constituído por aqueles setores da sociedade que sofrem dominação e exploração: “a exploração refere-se ao campo da produção e a dominação ao da ideologia”.¹⁹⁴

Portanto, os *movimentos sociais* poderão, ou não, atuar na defesa dos interesses do povo e poderão, ou não, estar organizados, ao passo que os *movimentos populares* são aqueles movimentos sociais organizados que expressam os interesses dos grupos populares, aqueles que sofrem exploração e dominação. Quanto aos movimentos sociais que não estão organizados e que não defendem os interesses do povo, designam-se também, genericamente, como grupos sociais.

Os novos movimentos sociais estão ligados ao conceito de pluralismo jurídico comunitário e participativo, segundo Wolkmer. Aqui, propõe-se que os movimentos populares apresentam uma proposta insurgente de pluralismo jurídico. As assessorias jurídicas desses movimentos participaram, inclusive no Brasil, dos grandes movimentos políticos latino-americanos, de acesso à terra, por exemplo. A proposta insurgente extrapola a proposta comunitária e participativa, uma vez que significa uma normatividade que irrompe das lutas populares inclusive contra o direito estatal. Se, por um lado, as assessorias jurídicas de movimentos urbanos e rurais, principalmente as aqui analisadas (Acesso e AJUP), partem de

¹⁹² CAMACHO, Daniel. *Movimientos populares en la América Latina*. México: Siglo XXI, [s.d.], p. 216-217.

¹⁹³ Ibidem, p. 216-217

¹⁹⁴ Ibidem, p. 218

uma visão institucional do direito para a defesa processual, por outro, percebe-se na atuação política desses movimentos populares assessorados por essas entidades uma profunda radicalidade política, que propõe a insurgência de um direito dos pobres, ou um direito insurgente. Essas assessorias estiveram sempre ao lado de seus *presentados*¹⁹⁵ e sua atuação dá-se no comprometimento político e ideológico (ideologia no sentido de compartilhar ideais políticos comuns, conjunto de pensamentos).

Para encontrar alguns elementos iniciais de análise da concepção de direito dos movimentos populares para além de seus assessores jurídicos, realizou-se entrevista com dois integrantes do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento conta com a assessoria jurídica da Acesso e da Renaap no Rio Grande do Sul. Os entrevistados são também estudantes de direito Vassourinha e Pincel acreditam que o movimento faz parte de um deslocamento de massas que se organiza de forma pacífica e que possui caráter sindical de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais sem terra.¹⁹⁶ Referem que os movimentos sociais surgem das insatisfações e das movimentações de massas em buscar mudanças. No Brasil, o MST é um movimento que surge do deslocamento de massas, tendo como pano de fundo a questão da redemocratização do acesso à terra. Contudo, conforme Pincel, “não é só a terra. A terra é uma ferramenta, mas tem outras”, como a educação e o meio ambiente, mas a chave é o acesso à terra, enquanto forma de trabalho e produção.¹⁹⁷

Os entrevistados não consideram o MST um movimento revolucionário, porque não busca tomar o Estado, mas, sim, levar a que o Estado seja democratizado, pela questão agrária, pela questão da terra e pelo direito dos camponeses. Vassourinha acredita que para falar em revolução “tem que ter as várias áreas específicas, e o movimento, até o momento, não atingiu essas características, não tem essa perspectiva de atingir isso, nem no decorrer dos séculos”. Já Pincel expressa uma opinião pessoal de que esse é um estágio que um dia poderá

¹⁹⁵ Miguel Baldéz propõe que se substitua a figura da representação para a *presentação*, que significa manter a voz e participação dos presentados, a horizontalidade na relação advogado/presentado. Em: Miguel Baldéz, entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁹⁶ Vassourinha faz parte do MST há sete anos, é assentado no município de Jóia desde 2006, trabalha na Secretaria Estadual do movimento há cinco anos, é estudante de direito em Porto Alegre. Pincel é filho de camponeses que vieram para a cidade no movimento de êxodo rural da década de 1970. Faz parte do MST desde 2001, ficou três anos acampado e está assentado há cinco anos. É estudante de direito há dois anos. Também trabalha na Secretaria Estadual do MST, em Porto Alegre, na Secretaria de Direito Humanos. Esta Secretaria de Direito Humanos faz a articulação nos processos judiciais e administrativos, de defesa processual, articulação com os apoiadores advogados, simpatizantes e Judiciário. Mantém os integrantes do movimento informados sobre os processos.

¹⁹⁷ Vassourinha e Pincel. Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

ser alcançado, “entendendo a revolução como ruptura e organização estrutural”. Acredita que “o MST visualiza isso, visualiza fazer parte de uma organização revolucionária. Mas hoje, na atual conjuntura, nós não podemos construir isso. Eu não posso me dizer um revolucionário”.¹⁹⁸

Os entrevistados apresentam várias concepções sobre o direito, partindo da ideia do direito subjetivo à terra. Vassourinha afirma que “eu acredito que todos os cidadãos têm direito à terra e o direito à posse de ao menos um pedaço de chão, para dali tirar os seus frutos e a sua sobrevivência”. A existência desse direito subjetivo está atrelada à norma, porque existe uma constituição que prevê garantias fundamentais: o direito à vida, o direito à terra, o direito ao lazer, o direito à educação. Afirma que o direito à terra provém de uma carta instituinte que foi promulgada e que precisa ser respeitada, levando em consideração o princípio da dignidade da pessoa humana. Também há uma fundamentação do direito à terra como justiça, com uma explicação teológica no cristianismo, pois Pincel declara que, além da Constituição, a Bíblia orienta os direitos.¹⁹⁹

Além disso, observa-se em seus depoimentos uma concepção da terra como direito natural:

Eu acho que a terra está no cerne da dignidade humana, no que diz respeito a qualidade de vida, no que diz respeito a alimentação, a educação cultural. A terra, ela é muito mais do que simplesmente produzir e trabalhar. Estaríamos diante quase que de um direito natural, já que estamos entre “doutores” aqui.²⁰⁰

Também ressaltam que a lei não garante o direito em si, sendo insatisfatória; logo, é necessária a atuação de movimentos populares para positivação do direito à terra e sua constitucionalização, por exemplo. Acreditam que, discursivamente, o direito à terra está posto de maneira satisfatória na Constituição, porém as forças políticas não permitem sua efetivação. Pincel refere que, “se a gente fosse cumprir 50% do que a Constituição e a Lei das Terras fala, eu acho que a gente estaria bem melhor do que agora”. Contudo, “no Rio Grande do Sul não teríamos 11 mil e 500 famílias assentadas se não existisse Movimento Sem Terra”, ressaltando que a reforma agrária é de responsabilidade de toda sociedade civil e política.²⁰¹

¹⁹⁸ Vassourinha e Pincel. Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem.

Algumas comparações podem ser feitas com o direito insurgente, tal qual descrito por Miguel Pressburger. A ideia de que é importante manter a contradição da norma oficial – denunciando sua insuficiência e apresentando-a como resultado das conquistas sociais – e apontar para a construção de outro direito, insurgente principalmente das lutas dos movimentos populares, inspiradas num ideal concreto de justiça. Por outro lado, fica comprometida a noção de um direito natural e uma fundamentação teológica cristã, esta compatível com o referencial de Jacques Alfonsin (que, inclusive, é um dos que lhes presta assessoria jurídica), como a ênfase no direito positivismo constitucional e a fundamentação teológica, que são características da sua reflexão.

Ademais, a noção de direito dos entrevistados relaciona conceitos bastante próximos ao que Jesus Antonio de la Torre Rangel enumera: “Se eu distingo e digo que o direito é uma realidade complexa, que é uma realidade que pode analisar-se por analogia, chego à conclusão de que o direito é a norma; as faculdades ou direitos subjetivos ou poderes que as pessoas têm sobre o que é seu; e a justiça”. Torre Rangel defende que os movimentos populares são os novos sujeitos históricos da transformação. Como exemplos refere o MST no Brasil e o movimento indígena no México. Sobre os índios, afirma que foram desprezados pela esquerda durante séculos, mas sua resistência é muito importante.²⁰²

No mesmo tema dos movimentos indígenas, Camilo Borrero, no texto “A pluralidade como direito”, na coleção Seminários do AJUP, comenta sobre o direito consuetudinário e insurgente de indígenas da Colômbia, onde é assessor jurídico. “É necessário questionar o privilégio do Estado para determinar o que é e não é direito. Explicitar que, detrás do direito consuetudinário, acha-se a luta pela diferença e pela diversidade”. Além disso, “demonstrar que a norma [positivada] não é o único caminho para a regulação social. Deduzir que não existem critérios claros para valorizar o direito positivo acima do direito dos usos e costumes dos povos”. Em segundo lugar, “mais importante do que reconhecer em termos legais a existência de um direito consuetudinário seria preferível estimular sua aplicação real no interior das comunidades”. Afirma ser essencial que “este direito consuetudinário corresponda efetivamente aos padrões de vida cultural atuais desejados pelas coletividades, respeitando e integrando a tradição aos desafios colocados pela transformação do meio social e técnico”.²⁰³

²⁰² TORRE RANGEL, Jesus Antonio de la. *A analogia do direito pelo 'inequivocamente outro': a concepção de lo nuestro no pluralismo jurídico índio mexicano* - Entrevista feita por Luiz Otávio Ribas e Ricardo Prestes Pazello. *Captura Críptica: direito, política e atualidade*, Florianópolis: CPGD/UFSC, ano 1, n. 2, jan.-jun. 2009, p. 04.

Finalmente, tanto o direito consuetudinário quanto o insurgente somente têm sentido na medida em que “se relacionam efetivamente com um projeto maior de conformação social. Diferentemente do direito positivo, que pode existir sem ser cumprido, o sentido daqueles consiste em refletir a regulação viva e atuante da comunidade”. Logo, “esta evidência reitera a necessidade de incentivar a sua construção à luz das regulamentações de vida quotidiana das próprias comunidades”.²⁰⁴

Borrero acredita que esse caminho pode ser estabelecido de modo semelhante nas cidades e no campo, “que os desafios para a constituição de regulamentações autônomas e criativas são os mesmos, se bem que cada comunidade particular enfrentará especificidades próprias”. Será que um conjunto de regulamentações particulares poderia alterar o poder do sistema legal de dominação?²⁰⁵

Se o direito insurgente da realidade cultural indígena colide com o direito tradicional do Estado, pode-se afirmar que sua resistência política nega diretamente o monopólio do Estado em dizer o direito, em relação àquele que nega outras formas de manifestações jurídicas fora do Estado, ou seja, o monismo jurídico.

Percebe-se que o direito insurgente indígena descrito por Camilo Borrero está próximo daquele descrito por Miguel Pressburger, assim como com o de Torre Rangel e a analogia do direito como justiça, uma vez que apresenta uma proposta pluralista fundada na cultura indígena, que resiste ao monismo e constrói um outro direito, ampliando a cultura jurídica para uma popular e insurgente. O reconhecimento das necessidades dos povos é fundamental na construção dessa cultura. Por isso, na sequência aprofundam-se essas questões.

²⁰³ Sobre se a norma é o único caminho para a regulação social, é importante referir que o autor parte de um conceito de norma como sinônimo de lei; assim, a contradição dessa afirmação com a de que toda formação social envolve normas não é necessariamente excludente, mas pode ser preservada se considerarmos a lei, tal qual a conhecemos em nossa cultura não indígena, não é o único caminho. BORRERO, obra citada, p. 53.

²⁰⁴ Ibidem, p. 54.

²⁰⁵ Ibidem, p. 67.

3.1.2 Direitos e necessidades humanas

Para pensar um modelo político-jurídico segundo o pluralismo jurídico é preciso partir das necessidades humanas do povo. Esse conceito se embasa na ideia de que todo sistema político produz efeitos negativos e suas vítimas, as quais se reúnem para reivindicar seus direitos, além da distância entre a realidade e a norma, ou da distância entre as necessidades e os direitos humanos previstos no ordenamento. Para seguir numa denominação jurídica dessa cultura popular dos direitos humanos que convive e se confronta com a lei oficial, pode-se chamá-la de direito insurgente.

Procede-se, agora, a uma análise mais rigorosa, pois, afinal, quer-se propor direitos como necessidades humanas, e o significado disso pode surpreender um juízo desprevenido. A necessidade é inerente ao homem; levar o pão à boca é um movimento fundamental, pois ninguém será digno na ausência deste. Faça-se um percurso sobre a “teoria das necessidades” nessa busca de um conceito para os direitos humanos. Quando se fala em satisfação de necessidade, pensa-se em fazê-lo por meio da luta política. Para isso, é indispensável uma análise econômica, uma vez que é essa organização que irá produzir os bens que irão satisfazer à maioria dessas necessidades. Ainda se está num momento primitivo da história da humanidade, quando a maioria dos brasileiros acorda todos os dias para satisfazer à primeira necessidade: comer. Todavia, nem todos têm sucesso nessa empreitada.

A seguir, não basta ter direitos, é preciso fazer valê-los. A luta inicia com o duro processo de conscientização, no qual aquele que, antes, lamentava sua condição, agora, reconhece-se como sujeito de sua própria libertação. Essas duas singelas ideias se constituem nas pedras basilares deste trabalho e darão sustentação à árdua tarefa de representar as ideias dos advogados e estudantes que fazem o dia-a-dia da assessoria jurídica popular.

Jacques Alfonsin denuncia que não se reconhecem como casos de violência a fome e a pobreza, que não são consideradas violações de direitos, mas uma circunstância de mercado. Por isso, Alfonsin defende que “o Direito é incapaz de sancionar a injustiça social”, mas somente sanciona a violência social, e de forma equivocada, o que se comprova pelo aumento dos índices de violência no campo e na cidade.²⁰⁶

²⁰⁶ Jacques Alfonsin, Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

Em razão disso, propõe que o que está falhando é o devido processo *social*, em razão do devido processo legal, porque o devido processo *legal* deveria observar a força normativa das necessidades. Para Alfonsin, “se as necessidades humanas vitais, que são o conteúdo dos direitos humanos fundamentais, não são satisfeitas, é porque o devido processo legal fracassou!”.²⁰⁷ Esse seria um dos fundamentos para a justiça de mão própria, conceito buscado em Pontes de Miranda, a qual se legitima quando a justiça formal, que deveria ser garantida pelo direito, não é garantida. Outro caso é aquele em que o devido processo legal inviabiliza o devido processo social, ou seja, faz-se do processo um fim em si mesmo, argumento buscado em Canotilho. A força normativa das necessidades significa que possuem força normativa mesmo quando não reconhecidas pelo Estado.²⁰⁸

Necessidades “consistem em uma ‘falta de’ ou em um estado de ‘carência’, o que implica, até de maneira um tanto mecanicista, colocar-se no horizonte da sua investigação, outra vez, o binômio ‘privação-dano’”.²⁰⁹

Um dos exemplos práticos da justiça de mão própria, para Alfonsin, é a ocupação de imóveis urbanos e rurais, prática que está amparada também na lei civil brasileira. Para justificá-la parte da interpretação de que os ocupantes estão correndo perigo iminente e que a dignidade da pessoa humana é indelegável; também interpreta, por analogia, a autorização para o possuidor de bem imóvel agir para a defesa da posse por meio do desforço imediato.²¹⁰

Alfonsin trabalha com a tese de que a satisfação de necessidades vitais constitui conteúdo de direitos humanos fundamentais, para cuja eficácia é indispensável a posse; trata-se da força normativa das necessidades. Existiria uma incapacidade de o livre mercado respeitar necessidades vitais sobre terra; razão por que é preciso lançar mão de um urgente esforço retórico, doutrinário e jurisprudencial que opõe a satisfação das necessidades como decorrência lógica, legal e justa de direitos humanos fundamentais.²¹¹

Os direitos humanos, ou direito dos homens, aqui são entendidos numa visão mais ampla que a eficácia legal proclamada nas constituições e em outros documentos políticos dos Estados. Encarar os direitos como necessidades implica radicalizar o discurso da realização

²⁰⁷ Jacques Alfonsin, Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ ALFONSIN, Jacques Távora. *O acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e à moradia*. Porto Alegre: Safe, 2003, p. 29.

²¹⁰ Jacques Alfonsin, Entrevista presencial. *Relatório de pesquisa*. Porto Alegre, 2008.

²¹¹ ALFONSIN, Jacques. A força normativa das necessidades frente ao direito de propriedade: apontamento em torno dos efeitos jurídicos gerados por ocupações massivas de terra urbana e rural. Em: STROZAKE, Juvelino José. *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*. São Paulo: Método, 2002. p. 15-20.

dos valores liberais para a libertação e satisfação plena das necessidades, na visão comunista de Marx.

Nesse sentido, cabe uma breve análise histórica e cultural do discurso moderno de direitos humanos. Na perspectiva de Linda Rabben, apesar de Hobbes, no século XVII, já ter admitido que todos os seres humanos são iguais por natureza, somente no século XVIII, na época do iluminismo, iniciou o uso moderno do termo “direitos humanos”, com a ascensão econômica, política e social da burguesia, do protestantismo e do conceito do indivíduo soberano. Daí decorreu o conceito de direitos humanos como propriedade comum de todos os seres humanos. A autora faz dura crítica a essa visão, pois

não podemos resolver o enigma da nossa natureza ao construir uma imagem mitológica vinda do passado distante, mas baseada nas condições e realidades do mundo atual. O ser humano é altamente social, e não pode ser entendido só como um indivíduo. Sempre evoluindo, ele define sua identidade no contexto social em que vive.²¹²

Para Gustavo Lins Ribeiro, o objetivo do discurso dos direitos humanos, de um modo geral, é “o desejo pelo convívio pacífico, democrático e igualitário, respeitadas as particularidades dos diversos grupamentos que convivem em sociedade desde quando nenhum exerça opressão sobre o outro”. Contudo, reconhece que existem atualmente inúmeras indicações, cada vez mais frequentes, de que o discurso sobre os direitos humanos vem sendo apropriado por diferentes atores políticos, “às vezes com propósitos que aparecem como, para dizer o mínimo, contraditórios com relação ao campo semântico associado à luta pacífica pelas liberdades, pelo bem-estar das pessoas e coletividades”. Isso ocorre porque, segundo Claudia Fonseca, os direitos humanos são um campo de conflito de interpretações, de lutas simbólicas; assim, “os atores políticos buscam instrumentalizar suas interpretações almejando adquirir legitimidade para as suas ações e posições”.²¹³

Antônio Carlos Wolkmer, sobre o socialismo científico²¹⁴ de Karl Marx, afirma:

²¹² RABBEN, Linda. O universal e o particular na questão dos direitos humanos. Em: FONSECA, Claudia; TERTO JUNIOR, Veriano; FARIAS ALVES, Caleb (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2004, p. 19-20.

²¹³ RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, direitos humanos e poder. Em: FONSECA, Claudia; TERTO JUNIOR, Veriano; FARIAS ALVES, Caleb (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2004, p. 29-31.

²¹⁴ Segundo Wolkmer, o ideário socialista e anterior à Revolução Industrial, e as principais correntes, além do socialismo científico, são o *socialismo utópico* de Saint-Simom, Robert Owen, C. Fourier, Proudhon, e o *socialismo estatal* de L. Blanc e F. Lassalle. WOLKMER, Antônio Carlos. *Síntese de uma história das idéias jurídicas: da antiguidade à modernidade*. Florianópolis: Boiteux, 2006.

A filosofia marxista rompe com o idealismo dialético e com o racionalismo cientificista e, munindo-se de um materialismo antropológico, faz um esforço para repensar o ideal humanista, encarregando-se de discutir e explorar os limites e as possibilidades de emancipação do homem alienado da sociedade industrial.²¹⁵

O autor afirma ainda que Marx é “formulador de uma filosofia política fundada na práxis e no intento revolucionário para o projeto de libertação do homem e de emancipação da sociedade”. Em suas obras “A questão judaica”, “Crítica ao programa de Gotha” e “Ideologia alemã” encontram-se subsídios para compreender ideias de Marx “acerca dos direitos do homem, o direito como superestrutura ideológica e o ideal do que seja justiça na sociedade”. Em razão de uma “contumaz atitude crítica frente aos direitos humanos das Declarações burgues-individualistas do século XVIII”, propõe Marx a “superação das contradições entre os direitos do homem burguês (Sociedade Civil) e os direitos do cidadão abstrato (Estado político)”.²¹⁶

Roberto Lyra Filho, citando o marxista alemão Ernst Bloch, assinala que “a dignidade é impossível sem a libertação econômica, mas a libertação econômica é impossível também, se desaparece a causa dos Direitos do Homem”. Afirma ainda que “não há verdadeiro estabelecimento dos Direitos Humanos, sem o fim da exploração, não há fim verdadeiro da exploração, sem o estabelecimento dos Direitos Humanos”.²¹⁷ A afirmação encerra as diferenças ideológicas na concepção de proteção aos direitos humanos: a primeira marcadamente liberal, a segunda marcadamente socialista.

A opção pela corrente de Marx dá-se pela compreensão de que as experiências históricas russa, chinesa, cubana, ou de qualquer outro país socialista não representam a expressão completa da proposta de Marx sobre a satisfação das necessidades e a libertação do homem – o comunismo –, estando muito mais para experiências de um “socialismo de Estado”, com ênfase no progresso e na burocracia, inclusive com desrespeito a alguns direitos individuais. Por outro lado, demonstram, como no exemplo cubano, que os direitos sociais podem ser efetivados no socialismo.

Algumas autoras que teorizam sobre a teoria das necessidades – Agnes Heller, María J. A. Roig, Miracy B. S. Gustin e Potyara A. P. Pereira – concordam em afirmar que o sistema

²¹⁵ WOLKMER, Síntese de uma história das idéias jurídicas, 2006.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem, p. 13

capitalista “controla o sujeito através de suas necessidades”. Sobre as diferenças entre as necessidades, Agnes Heller registra:

Ainda que as necessidades mereçam um reconhecimento igual, têm prioridade prática por sua importância aquelas necessidades cuja crua existência constituem uma denúncia e não têm a mesma possibilidade de autoarticulação: as necessidades dos que padecem despotismo, das vítimas inocentes da violência, as necessidades dos despossuídos até dos mais elementares meios de subsistência e sobrevivência, dos meios para reproduzir-se enquanto seres humanos.²¹⁸

Portanto, “as necessidades consistem em uma 'falta de' ou em um estado de 'carência', o que implica, até de maneira um tanto mecanicista, colocar-se no horizonte da sua investigação, outra vez, o binômio 'privação-dano’”. O conceito de necessidades de Maria Roig preenche o conteúdo dos direitos humanos fundamentais:

Necessidade é uma situação ou estado de dependência visível sempre em uma pessoa que tem um caráter indeclinável, posto que experimenta um sofrimento ou um dano grave, e dita situação manter-se-á exatamente nas mesmas condições porque não existe uma alternativa racional e prática que não seja sua satisfação, realização ou cumprimento.²¹⁹

Jacques Alfonsin não se autodenomina “marxista”, defendendo a tese de que “a garantia efetiva de satisfação das necessidades vitais das pessoas ao alimento e à moradia integra o conteúdo dos direitos fundamentais de acesso a tais bens” e “a colisão ou o conflito gerado por tal circunstância, entre esses direitos, deve ser julgada segundo critérios que respeitem a supremacia dos direitos humanos fundamentais sobre direitos patrimoniais”.²²⁰

Outro autor que trabalha com a ideia de Marx de necessidades humanas, além de Agnes Heller (em sua primeira fase), é Enrique Dussel, para quem “as vítimas do sistema político vigente não-podem-viver plenamente (por isso são vítimas)” e “sua vontade-de-viver tem sido negada pela vontade-de-poder dos poderosos. Essa vontade-de-viver contra todas as adversidades, a dor e a eminente morte se transformam em uma infinita fonte de criação do novo”.²²¹ Todavia esse sistema vigente produz efeitos negativos, pois as vítimas são grupos excluídos que se constituem como movimentos sociais, movimentos constitutivos do povo:

²¹⁸ Apud ALFONSIN, Jacques. *O acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e à moradia*. Porto Alegre: Safe, 2003, p. 32, 51.

²¹⁹ Apud ALFONSIN, obra citada, p. 29, 64.

²²⁰ Ibidem, p. 265-267.

²²¹ DUSSEL, Enrique. *20 Tesis de política*. México: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 2006, p. 94.

“Essas comunidades ou movimentos oprimidos ou excluídos organizam-se e cobram consciência de sua opressão, de sua exclusão, da insatisfação de suas necessidades”.²²²

Nesse sentido, Dussel entende que “povo”, segundo um paradigma biocêntrico, prevê a produção, reprodução, ampliação e desenvolvimento da vida concreta, digna. Conforme Enrique Dussel, povo é a categoria estritamente política, que engloba a unidade de todos movimentos, classes e setores explorados. O povo estabelece uma fratura na comunidade política, são os insatisfeitos em suas necessidades pela opressão ou exclusão; é o oposto às elites, às oligarquias, às classes dirigentes de um sistema político. Afirma que “essa *plebs*, uma parte da comunidade, tende, no entanto, a englobar a todos os cidadãos (*populus*) em uma *nova* ordem futura onde as atuais reivindicações serão satisfeitas e alcançarão uma igualdade graças a uma luta solidária a partir dos excluídos”.²²³

O povo transforma-se em *ator coletivo político*, não em sujeito histórico substancial fetichizado. O povo aparece quando as circunstâncias de crise levam a uma hegemonia analógica de todas as reivindicações, transformando-se em ator construtor da história com base num novo fundamento. Pode-se entender agora que popular é o “próprio do povo” em sentido estrito; o popular permanece como cultura, como costume, como economia, como ecologia debaixo de todos os processos.²²⁴

Se o processo do povo de transformar-se em ator coletivo político envolve a organização, a tomada de consciência e a satisfação de suas necessidades, é preciso aprofundar o ponto da conscientização, principalmente no que toca às opressões e à insatisfação das necessidades, entendidas como direitos humanos.

3.2 Conscientização de direitos

O ser humano é um ser de linguagem. O pensar sobre a própria condição pode conduzir o homem à reflexão de que casos extremos de necessidade o levarão à ação. Não pode ser surpresa que dia a dia se repitam atos violentos daqueles que nada têm. Haverá algo

²²² DUSSEL, 20 Tesis de política, 2006, p. 105.

²²³ Ibidem, p. 91.

²²⁴ Ibidem, p. 91.

mais violento do que a fome?²²⁵ O caminho da ação pode ser acompanhado por aqueles que têm compromisso político, como advogados e estudantes, que podem contribuir com o povo, analisar a sociedade segundo o olhar daqueles que sofrem, na busca de encontrar o sentido de sua luta.

Trabalha-se com dois projetos políticos para a América Latina, a conscientização, para Paulo Freire, e o conceito de pedagógica, de Enrique Dussel. Ressalta-se que ambas ainda são pouco difundidas entre os assessores populares, que não costumam implementar atividades educativas inspiradas diretamente nestas. Assim, deixam-se essas contribuições de referências teóricas e metodologias para colaborar com diferentes práticas.

As transformações culturais na América Latina devem levar em consideração, segundo Enrique Dussel, que a cultura europeia aplicada como superior à ameríndia provocou o genocídio de povos originários e negros. O capitalismo supõe a cultura ocidental como a única universal. Diante disso, a política deve, igualmente, intervir no nível cultural para a recuperação da afirmação da própria dignidade, da própria cultura, língua, religião, valores éticos, relação perpétua com a natureza, oposto a um igualitarismo liberal do cidadão homogêneo. Ora, “quando a igualdade destrói a diversidade, há que se defender a diferença cultural. Quando o uso da diferença cultural é uma maneira de dominar os outros, há que defender-se a igualdade da dignidade humana”.²²⁶ Trata-se de reconhecer a multiculturalidade da comunidade política e começar uma educação em diálogo intercultural respeitoso das diferenças. O sistema pedagógico, inclusive, deve superar o eurocentrismo em todos ramos do saber, exposta a longa e complexa história plurinacional e latino-americana na história mundial. Deve ser uma educação na solidariedade com os mais necessitados, os mais pobres.

Contribuição importante de Paulo Freire refere-se ao conceito de conscientização. O autor destaca o “medo de liberdade”, sentimento presente em muitos participantes das práticas pedagógicas freirianas, ou o “perigo da conscientização”, “perigo da consciência crítica”. Ressalta que é a consciência crítica que possibilita a inserção no processo histórico como sujeito, na busca de sua afirmação, ao contrário do fanatismo, que remete ao desmoronamento de tudo. O conceito hegeliano está presente ao se afirmar que o portador do medo de liberdade não tem consciência de que o sustenta; além disso, leva-o a ver o que não existe, acreditando estar em segurança de arriscar sua “liberdade”. O “medo de liberdade”, portanto, não é algo

²²⁵ Essa pergunta é repetida incansavelmente por Jacques Alfonsin em suas falas.

²²⁶ DUSSEL, 2006, p. 139.

declarado pelo portador, sendo por vezes inconsciente, cuja manifestação é camuflada num jogo artificioso de palavras. Aqui está uma das principais preocupações do autor, assim como uma das causas de seu projeto pedagógico de libertação do homem.²²⁷

Segundo Paulo Freire, o caso brasileiro envolve uma inexperiência democrática. Nossa formação histórico-cultural é carente de condições necessárias para a criação de um comportamento participante, para a feitura da sociedade com as próprias mãos, o que caracteriza a essência da própria democracia. Citando Toqueville, afirma que “teria sido a experiência de autogoverno, de que sempre, realmente, nos distanciamos e quase nunca experimentamos, que nos teria propiciado um melhor exercício da democracia”.²²⁸ Não tivemos por circunstâncias, desde a colonização, baseada na exploração econômica, as condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático no homem brasileiro.

Essa luta está repleta de elementos de resistência, mas também de libertação. Com base no conceito de Paulo Freire, pode-se dizer que é uma ação cultural para a liberdade. Finaliza-se essa questão apresentando a sua filosofia, no tocante à diferença entre cultura e natureza, fundamental para apresentar a educação política.²²⁹

Freire afirma que quem dialoga, dialoga sobre algo; por isso, o conteúdo da educação passaria a ser o conceito antropológico de cultura. Seria “a distinção entre dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem *em* sua e *com* sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicação dos homens”. Considera “a cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura”.²³⁰

A cultura, como aquisição sistemática da experiência humana, como uma incorporação, é crítica e criadora, não uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. A democratização da cultura – dimensão da democratização fundamental – dá-se pelo aprendizado da escrita e da leitura, como uma chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita – o homem, afinal, *no* mundo e *com* o mundo,

²²⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 23-24.

²²⁸ Apud FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade* (1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 74

²²⁹ Nesta questão, Paulo Freire foi influenciado, em parte, por Ernani Maria Fiori, outro pedagogo brasileiro que contribuiu muito para a análise em questão. v. FIORI, Ernani Maria. *Metafísica e história*. Porto Alegre: L&PM, 1987. v. 1; FIORI, Ernani Maria. *Educação e política*. Porto Alegre: L&PM, 1991. v. 2.

²³⁰ FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade* (1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 116-117.

com seu papel de sujeito, não de mero e permanente objeto. De fato “cultura é toda criação humana”, a partir da qual “começaria a operação de mudança de suas atitudes anteriores. Descobrir-se-ia, criticamente, como fazedor desse mundo da cultura”.²³¹

Enrique Dussel colabora com um projeto de práxis de libertação pedagógica. O conceito de *pedagógica* é a proximidade pai-filhos, mestre-discípulo, isto é, a educação em todas as etapas da vida; é a questão ideológica e cultural. Questão típica do homem é passar a experiência de geração para geração. O projeto de práxis de libertação pedagógica afirma o que o povo tem de exterioridade, de valores próprios.²³²

Dussel apresenta a filosofia da libertação latino-americana como resposta à dominação cultural sofrida historicamente. O primeiro processo de alienação foi quando o primeiro conquistador pisou em solo americano e dominou a cultura indígena. A dependência econômica que se seguiu foi também uma dominação cultural, na medida em que um pacto mercantil colonial garantiu aos europeus o roubo, uma mais-valia colonial, fruto de uma injustiça radical. Seguiu-se o mecanismo pedagógico de dominação cultural, pelo qual o europeu tratava o índio, o africano e o asiático como seres bestiais, negando a cultura popular desses povos.²³³

A questão chave desse pensamento é que contraria a ideia de Hegel no parágrafo 301 de “Princípios de filosofia do direito”, por exemplo, que, por sua vez, acompanha a ideia de Heráclito, dizendo que o povo ou os marginalizados são o indeterminado, porque não se pode racionalizá-los. Para Dussel, no entanto, o que não entra no sistema é o irracional com respeito à *Razão* do sistema, e na realidade o povo tem uma “racionalidad *distinta y nueva*”. A responsabilidade do intelectual é a de saber descobrir as categorias que lhe permitiu esclarecer esse processo.²³⁴

Hegel refere que “a missão que cabe ao elemento das assembléias de ordem é a de trazer até a existência o interesse geral, não apenas em si, mas também para si, isto é, de fazer que exista o elemento de liberdade subjetiva formal, a consciência pública como universalidade empírica das opiniões e pensamentos da massa”.²³⁵

²³¹ FREIRE, Educação como prática da liberdade, 2005, p. 116-117.

²³² DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1977. p. 93-101.

²³³ DUSSEL, La pedagogia latinoamericana, 1980, p. 110-119.

²³⁴ Citado em DUSSEL, La pedagogia latinoamericana, 1980, p. 140-141.

²³⁵ HEGEL, Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1997, p. 249.

Entretanto, a desconsideração dessa razão, caracterizando-a como irracional, pode levar a consequências trágicas, como o modelo de dominação colonial implementado pelos Estados europeus na América Latina. Nos séculos XVI e XVII e em outros lugares do mundo, até mesmo na própria Europa, em diferentes períodos, inclusive no século XX. Assim, pode-se aproveitar a noção de invasão cultural descrita por Paulo Freire para dizer que a dominação colonial está atrelada a uma teoria antidialógica, na qual “o invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação”, numa relação autoritária.²³⁶

Nesse contexto de dominação colonial, o conceito de invasão cultural em Paulo Freire envolve um contexto semelhante, da conquista, manipulação e messianismo, que resultam na domesticação. Envolve a conquista, por meio de propaganda, *slogans*, “depósitos”, mitos, e também a descaracterização da cultura invadida, enchendo-a de subprodutos da invasora; inclui manipulação: dirigismo e ilusão de atuar; estímulo à massificação, como estado em que, ainda que se pense o contrário, o homem não decide; desumanização; alienação; “irracional”; mítico.

Por isso, Freire define que é preciso ser dialógico, ou seja, primeiro negar isso tudo e, após, viver o diálogo, o humanismo, a libertação. “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o 'pronunciam', isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. A recusa ao diálogo tem razões de ordem histórico-sociológica, cultural e estrutural. O educador afirma que o latifúndio, por exemplo, é antidialógico e aponta que uma forma de acabar com o mutismo é a reforma agrária, como um diálogo que problematize o próprio silêncio e suas causas.²³⁷

Para Paulo Freire, o mutismo decorre das grandes propriedades, das condições culturológicas de um gosto pelo tempo de mandonismo e de dependência, de protecionismo. Sociedades a que se nega o diálogo, a comunicação, em seu lugar oferecendo comunicados, resultantes de compulsão ou doação, fazem-se preponderantemente mudas: “o mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico”. E “não há realmente como se possa pensar em dialogação com a estrutura do grande domínio, com o tipo de economia que o caracterizava, marcadamente autárquico. A dialogação implica numa mentalidade que não floresce em áreas fechadas, autarquizadas”.²³⁸

²³⁶ FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 1977. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 41.

²³⁷ Ibidem, p. 43.

²³⁸ Ibidem, p. 77.

Para nós, brasileiros, o que predominou foi o mutismo do homem, a não participação na solução dos problemas comuns, a não vivência comunitária, pois não havia povo; o que caracterizou a nossa formação desde o início foi o poder exacerbado, associado à submissão, de que decorre ajustamento, acomodação, não integração. Ainda, “a acomodação exige uma dose mínima de criticidade. A integração, pelo contrário, exige um máximo de razão e consciência”. Contudo, só “a partir da rachadura da sociedade brasileira e de sua entrada na recente fase de transição, mais fortemente neste século (XX), é que se pode falar de um ímpeto popular. De uma voz do povo, com a sua emersão”.²³⁹

Portanto, mesmo se tratando de outro momento histórico, ainda emerge a necessidade urgente da reflexão sobre a ação educativa no século XXI, decisiva no projeto de uma abordagem pluralista e da formação de uma cultura popular e insurgente.

Assim, há que se aprofundar a questão desse diálogo na educação, que pode possibilitar a formação de uma cultura popular dos direitos humanos. Essa atitude passa a ser pensada no contexto da América Latina, retomando-se a discussão sobre suas especificidades e saídas propostas à dominação, à domesticação e ao desenraizamento do povo.

3.2.1 A cultura popular sobre direitos

O fator cultural configura-se como o cerne da questão do pluralismo, uma vez que as manifestações populares de juridicidade são manifestações culturais, vistas, inclusive, como resistência ao aparelho de dominação pelo direito, baseado na verticalidade e no monopólio da legitimação jurídica. Para o formalismo tradicional, só é jurídico aquilo que estiver ligado à institucionalidade, que passar pelos procedimentos preordenados de formação de normas e estiver ligado ao projeto político predominante e vigente: a ideologia jurídica positivista e liberal.

Numa concepção pluralista, outras manifestações jurídicas precisam ser consideradas historicamente para a compreensão da totalidade cultural de determinada sociedade, o que se faz por meio da consideração do conteúdo jurídico das culturas. Se o direito por si não

²³⁹ FREIRE, Educação como prática da liberdade, 2005, p. 78-86

promove transformações sociais, inúmeras culturas jurídicas convivem na sociedade, como consequência das ideologias jurídicas. O positivismo é adotado como ideologia hegemônica no Estado moderno ocidental. O contexto latino-americano apresenta uma série de outras ideologias, com suas práticas jurídicas conseqüentes, sejam ideologias que levem à mera contestação e acomodação de grupos específicos dentro do ordenamento vigente, sejam outras que levam a práticas jurídicas de grupos insurgentes que buscam a substituição da ordem vigente capitalista.

Por isso, é necessária a diferenciação dessa contestação da ordem vigente para distinguir o que configura desobediência e resistência e o que configura regulação e manutenção da ordem capitalista. Por outro lado, em alguns casos falta justamente o conteúdo jurídico às ações e regras de alguns grupos. Um exemplo dessa falta de projeto jurídico são alguns grupos de traficantes das favelas brasileiras, assim como os grupos paramilitares na Colômbia.

Segundo Baldéz, a conjuntura nas favelas da cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980 era de grande movimentação política das associações de moradores. Naquela época existia uma articulação política dos grupos representativos dos bairros com o poder estatal, mas que atualmente perderam toda a força política para grupos ligados ao tráfico de drogas ou para as milícias. Nas favelas cariocas hoje estão as “quitandas do tráfico”, uma vez que esta indústria está ligada ao capital internacional. Baldéz informa que as milícias são instrumentos paralelos de controle social, assim como o tráfico, que é uma forma paralela no capitalismo, referindo que ambos estão presentes nas malhas de poder.²⁴⁰

Afirma Baldéz que é preciso ter uma visão realista sobre o tráfico e destaca o importante papel das comunidades pobres, que merecem todo respeito e apoio relativo, independentemente dos traficantes. Sobre estes, afirma que alguns alimentam um sentimento institucional, defendem valores comunitários, como alguns meninos do tráfico que alimentam sentimentos de regionalidade. Inclusive revela que os chefes do tráfico fazem um rodízio com as crianças e adolescentes que atuam diretamente na rua para evitar que alimentem esses sentimentos de regionalidade, trabalhando em várias favelas durante um curto período de trabalho, mas cumprindo jornadas em cada uma das comunidades por um período longo. Revela que a natureza do trabalho dos traficantes é a de um trabalho informal atípico. O

²⁴⁰ Miguel Baldéz, entrevista presencial, *Relatório de pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

trabalho de Baldéz como advogado não tem ligação com o tráfico, pois acredita que os traficantes não estariam abertos para o diálogo.²⁴¹

Por outro lado, pensa juridicamente as estratégias para sobreviver de parte dos moradores da favela. Para Baldéz, os sujeitos que habitam a favela estão em loteamentos abandonados, lutando pela preservação da habitação – solo urbano. Sobre uma dessas estratégias, o “direito de laje”, comenta que as associações de moradores, nas décadas de 1970 e 1980, realizavam acordos, negócios, entre os moradores, com o objetivo de resolução de conflitos de moradia, ou de outras ordens.²⁴²

Assim, resta concluir que as experiências dos grupos de traficantes não constituem uma prática insurgente, mas tão-somente são formas de exploração de trabalho inseridas no contexto capitalista, pois esse sistema comporta ilegalidades que preveem a exploração do pobre para o lucro daqueles que detêm a parte mais lucrativa do negócio, que está longe de ser o serviço de venda aos “consumidores”. Além disso, o caso específico do tráfico envolve um sistema perverso de segregação e extermínio de pobres por meio da violência legitimada do Estado e da omissão de segurança aos moradores do morro.

Destaca-se ainda que não existem trabalhos acadêmicos escritos por pluralistas, como Boaventura de Sousa Santos, Joaquim Falcão, Antonio Carlos Wolkmer, para citar alguns, que defendam as ações dos traficantes como exemplo de pluralidade jurídica, embora essa seja uma crítica frequente por parte de outros teóricos, que a citam como argumento final para a descaracterização da epistemologia pluralista e para a manutenção de modelos de análise monistas, sistêmicos, entre outros.

Resta perquirir sobre a possibilidade de experiências envolvendo o MST poderem ser consideradas como pluralismo jurídico, o que implica perceber algumas características das relações sociais em que está implicado, assim como sua organização interna e prática em relação ao direito oficial.

O instrumento principal de luta do MST é a ocupação de terra. Vassourinha define que o movimento sem terra só é visto – assim como toda sociedade excluída, os pobres, os camponeses – quando “aparece”, o que ocorre numa ocupação, na cidade, fazendo marcha de mobilização, ou ocupando prédios públicos etc. Afirma que “o movimento sem terra sempre ocupou terra, e acho que é o meio mais evidente e o mais rápido de se pautar essa questão da

²⁴¹ Miguel Baldéz, entrevista presencial, *Relatório de pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

²⁴² Ibidem. Ver no primeiro capítulo referência à pesquisa de Boaventura de Sousa Santos sobre Pasárgada.

terra”. Por sua vez, acredita que esse instrumento de manifestação política não é contra a lei, o que, inclusive, já foi confirmado em alguns pareceres jurídicos e decisões judiciais. Não será contra a lei a ocupação de terra que tomar apenas um “pedaço pequeno, menos de um a dois hectares”, porque não compromete a função social da propriedade e o proprietário pode continuar trabalhando. Dessa forma, é legítima.²⁴³

De outra forma, Vassourinha e Pincel reconhecem que a conjuntura do Judiciário brasileiro é desfavorável ao MST na maior parte das ações judiciais; inclusive, denunciam que o governo do Rio Grande do Sul não trata mais o MST como movimento político, mas como bandido, tentando a dissolução, além da repressão policial, “é uma posição de governo de extinguir com os movimentos sociais”. A repressão aumentou em razão de acordos anteriores, “talvez com fazendeiros, talvez com políticos, e que a ideia é a extinção do movimento sem terra”.²⁴⁴

Ocorre que, para os entrevistados, as decisões judiciais normalmente estão dentro da lei, mas pode-se contestar se é direito. Para Pincel, a ação de agentes do Estado normalmente não infringe nenhuma norma, mas pode ter infringido alguns princípios constitucionais: “O direito que aí está permite que eles possam fazer isso. [...] Podem praticar barbaridades, pra gente não falar em ilegalidades, sem descumprir a lei”.²⁴⁵

Primeiramente, os militantes entrevistados não consideram que o MST seja um movimento contra a lei, mas reconhecem que aqueles que têm o poder para emitir a interpretação oficial assim o consideram, ou seja, como ilegal. Pincel pondera que “tu estar contra a lei tu não precisa trocar de lado, né. Basta que a lei mude o sentido dela. Agora, se a lei está contra ti, é uma questão de ponto de vista, porque o que não é fora da lei hoje pode ser amanhã, sem sair do lugar”. Enfim, reconhece a complexidade da relação que envolve as influências recíprocas do direito e da política. Vassourinha analisa que o MST é um movimento pacífico e legítimo; por isso, “nós estamos apenas cumprindo com o que a lei determina, na verdade [...] Eu acho que não é o movimento sem terra que está contra a lei, e sim existem outras forças políticas que estão contra o movimento para deslegitimá-lo”.²⁴⁶

Essa visão contraditória que afirma o cumprimento da lei está conforme a visão de considerar a lei, ou a norma, como um fundamento principiológico a ser disputado, ou seja,

²⁴³ Vassourinha e Pincel, Entrevista Presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

²⁴⁴ Ibidem.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Ibidem.

uma postura típica do positivismo de combate descrito por Pressburger, a norma com um conteúdo a ser preenchido pela interpretação.

Outro argumento da não contrariedade à lei está na discussão do direito de propriedade. Pincel afirma que, em certos momentos, há contrariedade a esse direito, quando for considerado de forma absoluta, mas “não somos contra a propriedade. Mas eu acho que o debate que tem que ser feito é o debate da função social. Nós podemos ser favoráveis à propriedade sim, a gente vai querer tudo no papel, que não é esse papel que o direito burguês propõe”.²⁴⁷

Por outro lado, afirmam que o MST, em determinados momentos, está contra o direito. Pincel diz que, “se os costumes que são colocados, que estão colocados, são os costumes opressores, que excluem, o MST está contra”. Assim,

o direito, na forma que está colocado, pra garantir o *status quo*, pra garantir o que está organizado economicamente, entender essa forma de organização, que exclui, que deixa um terço da sua população sem fazer três refeições por dia, somos contra sim. O processo de luta se apresenta contra isso. Contra os resultados, não contra o direito em si. Com os resultados que este direito causa.

Assim, o direito aqui é entendido como o oficial, a contrariedade necessária para definir uma pluralidade típica das práticas jurídicas insurgentes num contexto cultural, apresentando outra proposta de organização ética e política para a sociedade.

Para aproximar-se do pluralismo jurídico como contexto da cultura jurídica popular e insurgente, tem-se uma abordagem do conceito de cultura em Nestor Garcia Canclini no âmbito da antropologia. Para este autor a cultura é

a produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação de sentido.²⁴⁸

Entretanto, o elemento central dessa discussão está no fato de que a cultura “não apenas representa a sociedade; cumpre também, dentro das necessidades de produção do sentido, a função de reeleborar as estruturas sociais e imaginar outras novas”.²⁴⁹ Justamente

²⁴⁷ Pincel e Vassourinha, Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

²⁴⁸ CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 29.

²⁴⁹ Ibidem, p. 29-30.

por isso se faz necessária a pesquisa sobre a cultura popular. Para Canelini, as culturas populares

se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos, e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida.²⁵⁰

Dussel entende a cultura popular como o fruto da vida, do compromisso e a história do povo. Os elementos da criação cultural de um povo estão expressos em diversos níveis, sincreticamente confundidos, como a arte popular, a música popular, a língua, a tradição e os símbolos, que podem, inclusive, estar captados no folclore.²⁵¹

Seria possível fazer uma analogia dessas manifestações com a cultura jurídica, por exemplo? Além disso, haveria alguma influência da cultura analisada na cultura jurídica popular? Pode-se falar em “cultura jurídica popular”? A resposta é afirmativa a todas questões se considerada a hipótese de um pluralismo popular e insurgente. Parte-se da ideia de que isso está configurado na noção de direito insurgente, ou, então, na noção de direitos humanos como necessidades. Por fim, cabe o estudo de um dos sujeitos desse processo de transformação cultural, de conscientização, que é o assessor jurídico popular.

3.2.2 O tempo e o lugar do assessor jurídico popular

Parte-se para o estudo do tempo e do lugar do assessor jurídico popular. Este pode iniciar pela crítica ao advogado tradicional, pela constatação que o assistente jurídico está no lugar do povo, fala por este, assina por este, representa-o. Assim, propõe uma atuação ao lado do povo; é o advogado que busca acordos, que só responde perguntas após consultar o seu cliente; que faz questão de que seu cliente esteja presente nas audiências e entenda o que está ocorrendo. Isso porque o termo “mandato” quer dizer “de mãos dadas”. O assessor jurídico popular está de mãos dadas com o povo, e o conhecimento é entendido como fundamental para a emancipação dos sujeitos, que se libertam em comunhão.²⁵²

²⁵⁰ CANCLINI, As culturas populares no capitalismo, 1983, p. 42.

²⁵¹ DUSSEL, Enrique. *La pedagogia latinoamericana*. Bogotá: Nueva America, 1980, p. 136-138.

Essa figura do mandato também é utilizada para justificar o trabalho de pesquisa do assessor popular nas universidades, por exemplo. Jacques Alfonsin lembra que se trata de “um esforço teórico e prático que, junto às vítimas de toda a injustiça, não as substitua no trabalho indelegável da própria emancipação – condição de dignidade humana”, mas também que “não lhes negue o apoio que o conhecimento construído dentro de uma Universidade proporciona: a imagem do mandato²⁵³ ser posto a serviço delas”.²⁵⁴

Advogado popular é o profissional do direito que atua, de forma autônoma ou associada, na assessoria jurídica de movimentos sociais; trabalha na promoção de ações, na defesa processual, orientação jurídica e organização popular de grupos subalternizados economicamente e oprimidos pelo direito oficial, com o objetivo da transformação estrutural da sociedade. Ocasionalmente, trabalha na formação de lideranças com noções básicas de direito, educação popular e formação de jovens advogados.

A *advocacia popular* envolve a advocacia com pobres e também a advocacia por uma causa, os quais são conceitos que não vinculam a assessoria a movimentos populares e que repelem a divisão teórica de classes sociais. Assim, advogado popular pode ser entendido, como aquele que trabalha para coletividades com o objetivo de facilitar o acesso à justiça, incluindo advogados de sindicatos, associações, ONGs, movimentos sociais etc. Alguns também trabalham com educação popular, mas com ênfase na organização de escritórios de advocacia para atendimento especializado em causas individuais ou coletivas.

O advogado servidor público²⁵⁵ não se enquadra no conceito de advogado popular, porque está comprometido organicamente com o direito oficial, impedido pelo direito administrativo brasileiro de auxiliar e assessorar ações de desobediência civil e resistência.

Mesmo no conceito ampliado, os defensores públicos não são considerados advogados

²⁵² ALFONSIN, Jacques. *Sujeitos, tempo e lugar da prática jurídico-popular emancipatória que tem origem no ensino do direito*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Seminario/jacquestavora-emancipar.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2007.

²⁵³ Cabe aqui uma reflexão sobre a própria função do advogado como auxiliar da justiça, uma vez que representa alguém por meio de um mandato, termo romano que remete a “mãos dadas”. Assim, o assessor jurídico popular é aquele que se coloca ao lado do representado, que incentiva que este fale em juízo, que atua na prevenção e mediação de conflitos, que facilita atividades de educação popular, entre outras inúmeras atividades.

²⁵⁴ ALFONSIN, Jacques Távora. *O acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e à moradia*. Porto Alegre: Safe, 2003a, p. 18.

²⁵⁵ Conforme a Constituição brasileira de 1988, são procuratórias e propulsoras da atividade jurisdicional o advogado, o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União, os Procuradores dos Estados e a Defensoria Pública. O advogado é um profissional habilitado para o exercício postulatório; é um servidor ou auxiliar da Justiça e um dos elementos da administração democrática da justiça. Conforme o Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os advogados são indispensáveis para a administração da justiça, prestam serviço público e exercem função social.

populares, pois são considerados somente os profissionais liberais, com financiamentos públicos indiretos ou com financiamento privado.

O que pode ocorrer é de um advogado popular trabalhar também como servidor público em alguma função que permita o exercício da advocacia privada. Dito isso, ressalta-se que muitos dos advogados populares entrevistados nesta pesquisa estiveram vinculados a procuradorias estaduais. Foram procuradores do estado, por exemplo, cargo que em alguns casos permite a advocacia privada. Porém, não se pode afirmar que suas práticas de assessoria de movimentos populares foi desenvolvida por meio da função de procurador do estado.

O exercício da profissão de *advogado tradicional* envolve a assistência e a orientação jurídica. A assistência jurídica é entendida como o ajuizamento de ações, judiciais ou administrativas, no sentido de acionar instrumentos de garantia e efetivação de direitos humanos fundamentais. A orientação jurídica é entendida como a discussão do processo com o cliente, por exemplo.

Atualmente, essa ética tradicional está sendo amplamente debatida pelos advogados, inclusive por aqueles que se dedicam à assessoria jurídica popular, entendida como uma prática jurídica baseada numa ética coletiva. Isso significa ampliar a relação advogado/cliente e o serviço de assistência e orientação. Assim, o *advogado popular* passa a desempenhar a assessoria de coletivos e grupos de pessoas, como sindicatos, movimentos sociais, entre outros; debate as estratégias processuais, inclusive a necessidade ou não de ingressar com algum processo; trabalha no desempenho de oficinas de educação popular em comunidades mais necessitadas, ou para grupos específicos, por meio de cartilhas, por exemplo. Desse modo, acredita-se que a advocacia pode colaborar na conscientização sobre direitos para o exercício da cidadania.

Ocorre que mesmo os advogados populares divergem em relação ao conteúdo de sua atividade, principalmente no tocante à ética, à educação popular e ao conceito de direito. Afinal, a complexidade relatada anteriormente sobre as teorias críticas do direito debatidas no contexto da década de 1990 representa essa dificuldade de definição do direito. Além disso, cada uma das teorias representa uma forma diferente de se relacionar com o direito. A teoria do direito insurgente representa uma forma radical de encarar o direito, pois opõe-se à ordem capitalista vigente.

Sobre a questão ética, a divergência dos advogados populares está nos níveis de comprometimento com os movimentos sociais: alguns privilegiam a atuação jurídica, o atendimento individualizado a casos isolados, como ocorre com grande parte da lista de advogados cadastrados na Renaap, ao passo que outros são orgânicos do movimento popular, atuam de forma direta com coletivos específicos e desenvolvem militância pelo movimento, como é o caso relatado do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Crioula. Neste ponto, é fundamental destacar que uma geração de advogados populares integrantes de movimentos está sendo formada em inúmeras turmas de direito espalhadas pelo Brasil. Como exemplo cita-se a turma especial para assentados rurais na Universidade Federal de Goiás, Campus Goiás velho.

Sobre a Renaap, no texto “Dos nós de uma lei e de um mercado que prendem e excluem aos nós de uma justiça que liberta” Alfonsin apresenta o tema do debate por meio do termo “nós” com quatro significações possíveis, quais sejam, as metáforas de nós apertados, teias, rede e o pronome pessoal nós. Aponta características diferenciadoras entre a advocacia popular e a tradicional em relação aos seus usuários, pessoas pobres, em coletividades. Aqueles que procuram a Renaap pertencem a

organizações informais e formais, movimentos populares, como o MST (Movimento dos sem terra), MMTR (Movimento das mulheres trabalhadoras rurais), MPA (Movimento dos pequenos agricultores), MAB (Movimento dos atingidos por barragens), MNLM (Movimento nacional de luta pela moradia), CPT (Comissão pastoral da terra), CEBs (Comunidades eclesiais de base), MTD (Movimento dos trabalhadores desempregados), Movimentos e comissões de direitos humanos, sindicatos rurais e urbanos, pastorais, grupos de pessoas dedicadas à defesa de direitos humanos violados pela tortura, pelo racismo, pelas prisões ilegais, a defesa de crianças e adolescentes, de homossexuais, do direito à livre expressão através de rádios comunitárias, entre outras.²⁵⁶

Sobre onde a rede busca subsídios para a defesa de seus usuários, Alfonsin define que, em vez de procurar socorro, “antes de tudo o mais, na lei, onde as suspeitas ou as denúncias contra o(a)s demandantes dos seus serviços já foram enquadrado(a)s, de maneira atomizada, ela parte da injustiça orgânica que o(a)s colocou na situação investigada como ilegal”. Isso quer dizer que, antes de uma prioridade técnica de solução para cada caso, a assessoria “observa uma prioridade ética, consciente de que, como acima já se sublinhou, o direito não se esgota na lei, existindo problemas que essa não só ignora como, ainda quando os preveja,

²⁵⁶ ALFONSIN, Jacques. Dos nós de uma lei e de um mercado que prendem e excluem aos nós de uma justiça que liberta. Em: REDE NACIONAL DE ADVOGADOS E ADVOGADAS POPULARES. *Advocacia Popular: caderno especial – 1995-2005 - 10 anos*. Cadernos Renap, n. 6, mar. 2005, São Paulo, p. 84.

estão exigindo um novo paradigma hermenêutico”. Comenta que dentre algumas das virtudes da Renaap está a criatividade, “seja na busca das brechas que o sistema jurídico da cadeia e da teia acima lembradas permitem passagem, seja na exploração das contradições que o dito sistema abriga, seja na lembrança dos princípios constitucionais, que norteie a sua atividade”. Destaca ainda que “os saberes empregados nesse trabalho não dispensam os saberes interdisciplinares e os saberes das próprias vítimas que sofrem as injustiças que as trouxeram à assessoria. Antes de se constituir num serviço para as vítimas, esse trabalho é realizado com elas”.²⁵⁷

Sobre o histórico da Renaap, Alfonsin relata que na década de 1980 foram criadas a Associação Nacional de Advogados Populares (ANAP), com sede em Goiânia, com advogados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP), com sede no Rio de Janeiro, projeto preferentemente pedagógico, “com publicações periódicas de estudos jurídicos diversos, destinadas tanto à formação de novos juristas dispostos a trabalhar junto à referida população mais pobre, quanto a apoiar os seus arrazoados jurídicos”. A Renaap pode-se considerar uma sucessora daquelas outras duas entidades.²⁵⁸ Foi criada por um grupo de advogados que vinha servindo ao MST, à CPT, e a grupos de sem-teto, na esfera criminal e cível, “reunidos em São Paulo, em 1995, ano em que a escalada de violência policial contra o MST pedia urgente apoio jurídico”. De maneira informal, foi criada a Rede Nacional de Advogados Populares, hoje Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares.²⁵⁹

Conforme as advogadas da “Mariana Crioula”, a articulação da Renaap está difícil de reunir, o que reflete a própria dificuldade dos movimentos de se articularem. Quem articula a Renaap são os movimentos populares, pois a articulação dos advogados não está acontecendo, dentre outras razões, por falta de verba para fazer uma reunião. Todavia, a rede de apoio virtual continua funcionando. Acreditam que a conjuntura da Renaap de refluxo é nacional. Por sua vez, aumentou o número de grupos especializados de assessoria. A Renaap surgiu

²⁵⁷ ALFONSIN, Dos nós de uma lei e de um mercado que prendem e excluem aos nós de uma justiça que liberta, 2005, p. 85-94.

²⁵⁸ Uma dessas entidades é o Instituto dos Advogados Brasileiros. Destaca-se que alguns advogados pesquisados estiveram ligados, ou ainda estão, ao IAB, como é o caso de João Luiz Duboc Pinaud, que inclusive desempenhou cargos de liderança na seção do Rio de Janeiro e na direção nacional.

²⁵⁹ A Renaap não possui personalidade jurídica, “sua coordenação é informal, constitui-se de articuladores espalhados pela maioria das regiões do país, consegue reunir a maioria dos seus profissionais a cada ano, no mês de dezembro, sempre em capitais de Estados diferentes”. O principal veículo de comunicação é um grupo de correspondência eletrônica em uma página na rede mundial de computadores. Da lista participam advogados e estudantes, onde são feitas discussões relacionadas com os seus trabalhos, articulação política, intercâmbio de informações, organização de publicações próprias, promoção de cursos etc. Ibidem, p. 93.

para suprir a falta dessas entidades. Hoje, são momentos de encontro dos advogados populares vários fóruns, como o de reforma agrária, questões ambientais etc.²⁶⁰

No Rio de Janeiro, as assessoras populares da Mariana Crioula definem que nos movimentos são protagonistas, ou seja, não dependem da mediação direta por partidos políticos ou outros grupos políticos, pelo menos no MST. A mediação política é feita pelo próprio movimento. A atuação das assessoras ocorre em representações perante instituições públicas, para evitar que os movimentos sejam enganados com a linguagem jurídica. Também colaboram na articulação de plenárias de movimentos sociais, que reúnem desde o movimento de base, movimentos com articulação nacional, partidos de esquerda, até entidades de direitos humanos e de assessoria jurídica popular.²⁶¹

Conforme as entrevistadas, a conjuntura do Judiciário carioca é de considerar atos de desobediência dos movimentos como ilegais, como as ocupações de imóveis públicos e privados, em algumas ocasiões, como crime. Nesses casos, normalmente nenhum processo chega à sentença, pois depois da decisão da liminar nada mais é feito. Geralmente, a liminar é desfavorável ao movimento, porém em alguns casos não são cumpridas as decisões ou seu cumprimento demora algum tempo.²⁶²

Em Porto Alegre, Vassourinha e Pincel explicam que funciona uma rede de advogados que trabalham voluntariamente e prestam solidariedade, sendo chamados em casos de urgência; não há uma assessoria preventiva, mas imediatista. Contudo, existe agora o setor de direitos humanos dentro do movimento. O “Professor Jacques” e vários outros advogados apóiam o movimento, mas não há assessoria técnica preparada.²⁶³

Os entrevistados relatam que suas funções na secretaria do MST são de organizar a rede de apoio, como, por exemplo, identificar nos estados advogados com uma visão mais crítica do processo e que estejam dispostos a contribuir. São feitos contatos com teóricos, pesquisadores, da área da produção, da pedagogia, do direito, assim por diante, que contribuem com “uma visão mais aberta, mais objetiva, para nos ajudar nessa questão que hoje é muito importante que é a questão da regularização, ou da judicialização do debate da reforma agrária”. Isso também se justifica porque hoje a reforma agrária transformou-se num debate de posse e propriedade, com denúncias de roubo, de formação de quadrilha, em

²⁶⁰ Mariana Crioula, Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Rio de Janeiro, 2008.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² Ibidem.

²⁶³ Vassourinha e Pincel. Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

inúmeros processos judiciais. Assim, os advogados procurados para formar a rede têm de ter afinidade ideológica de fato, porque as demandas e até as pautas dos processos são políticas.²⁶⁴

O acompanhamento dos advogados é ocasional, havendo alguns que estão há mais tempo, como Jacques Alfonsin, que nunca cobrou por seus serviços. Alguns advogados são pagos, quando a causa envolve muito tempo de dedicação, mas sempre com valores simbólicos, para pagamento do transporte ou fotocópias. Em alguns momentos, alguns que atuavam com maior frequência recebiam um valor fixo, também simbólico. Dessa forma, é muito difícil manter economicamente, financiar, algum advogado, “porque não é uma relação de trabalho, não é uma relação econômica”. Há advogados que trabalham permanentemente para o movimento, mas exclusivamente, nenhum.²⁶⁵

Vassourinha e Pincel concordam que houve um grande refluxo político na Renaap, que não está mais articulada de forma satisfatória no Rio Grande do Sul, mas está bem articulada no Nordeste. A Renaap no estado não existe mais como instituição nacional, mas envolve a luta pela moradia, a luta quilombola, entre outros. Está iniciando a política de formar advogados do próprio movimento, de estabelecer parcerias com faculdades de direito para redução do custo da mensalidade, bolsas, ou reserva de vagas em instituições privadas ou públicas.²⁶⁶

Conforme os integrantes do MST entrevistados, os advogados, em geral, não atuam com atividades educativas nos acampamentos e assentamentos. Foram feitas algumas tentativas, mas ainda não houve projetos efetivos. As dificuldades são a disponibilidade, a preparação dos sem-terra, a preparação do advogado, as diferenças na linguagem, diferenças no vestir, entre outros. O MST não tem nenhum programa de educação em direitos humanos, mas atividades pontuais, porém existem debates sobre a questão e, acima de tudo, demanda para essas atividades. Existe uma contradição dentro do movimento, porque a construção dentro do movimento é imediatista. Dessa dificuldade surge a necessidade de se criar uma consciência de direito humanos. Pincel comenta que

acontece que o nosso povo excluído se sente tão excluído que primeiro tem que ser feito um trabalho de recriar uma série de outros valores que vão compreender o ser humano, pra depois poder chegar no debate mais... Porque não tem como debater direitos humanos fundamentais com um camarada que já está ali a tantos anos sem trabalhar, que foi explorado a vida inteira trabalhando em condição de escravo

²⁶⁴ Vassourinha e Pincel. Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

²⁶⁵ Ibidem.

²⁶⁶ Ibidem.

praticamente, no interior lá, no fundão, o cara nunca viu uma cidade na vida. Então tem muitos outros valores que você precisa antes constituir na personalidade do camarada do que propor esse debate. Então, é um risco que a gente corre pra fazer esse debate dos direitos humanos. Então tu vai lá faz o debate mas tu não consegue atingir, porque existe uma lacuna entre a realidade do camarada e o que a teoria, o que nós vamos lá apresentar. O que a gente tem que fazer, e isso a gente tenta, e outras pessoas fora também tentam, é tu conhecer a realidade daquelas famílias, e a partir daquela realidade tu bolar um esquema específico.²⁶⁷

Por fim, os entrevistados deixam um testemunho de admiração e reconhecimento do trabalho do advogado Jacques Alfonsin, lembrando que é um lutador nato. Um erro do movimento é não envolvê-lo em mais atividades, pois sempre esteve presente quando foi preciso. Atua nos embates jurídicos, sendo conhecido como o “advogado dos pobres”; é uma pessoa de muita humildade e ética e possui uma grande capacidade comunicativa. Pincel lembra que Alfonsin

no Incra uma vez foi falar sobre função social da posse, eu sei que ele ficou umas três horas trabalhando, com 400 pessoas assistindo. Fizeram uma roda assim, o Jacques no meio com microfone, muito dinâmico, muito comunicativo! O Jacques consegue fazer isso. Eram só sem terras. Estava toda a base, não era o grupo mais preparado, entendeu? Não era um grupo assim com maior acúmulo. Era a companheirada geralzona mesmo. O Jacques é muito competente. E várias vezes inclusive ele vai lá fazer esse trabalho de base. É um mérito que a Igreja tem né, a formação dele.²⁶⁸

Por fim, ficam as palavras de alguns dos autores referidos em suas propostas para esse tempo que se está vivendo. Primeiramente, Dussel, para quem o século XXI exige uma grande criatividade, ou seja, o desenvolvimento de uma “revolução cultural”, afirma que, com certeza, “é a hora dos povos, dos originários e dos excluídos. O exército delegado do poder obediencial (mandar obedecendo) é uma vocação que convoca a juventude”.²⁶⁹

Em Paulo Freire é essencial que a humanização do brasileiro passe por “uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição”. Seria “uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção”.²⁷⁰

²⁶⁷ Vassourinha e Pincel. Entrevista presencial, *Relatório de Pesquisa*, Porto Alegre, 2008.

²⁶⁸ Ibidem.

²⁶⁹ DUSSEL, 20 Tesis de política, 2006, p. IV.

²⁷⁰ FREIRE, Educação como prática da liberdade, 2005. p. 67.

Freire assevera ainda que “não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação”. Vale dizer, “uma educação para ajudar o esforço de democratização, que intensifique a nossa inexperiência democrática, alimentando-a. Educação que se perca no estéril bacharelismo, oco e vazio. Bacharelismo estimulante da palavra 'fácil'. Do discurso verboso”.²⁷¹

Parte-se do pluralismo jurídico como uma alternativa de realização e produção dos direitos humanos. Para tanto, é preciso concebê-lo como uma proposta de análise epistemológica, aquém de um modelo jurídico de organização político-jurídica de uma sociedade. A educação popular é um pressuposto fundante da cultura jurídica popular e insurgente. A cultura jurídica popular e a cultura jurídica oficial são levadas em consideração na análise epistemológica pluralista, fundamentalmente a partir da educação popular.

Chega-se ao final respondendo à questão inicial de que a visão pluralista possibilita, sim, uma ampla visão do direito insurgente, aquele que surge das necessidades para a conformação de uma cultura jurídica popular. Todavia, para enxergá-la é preciso fazer imersões interdisciplinares que possibilitem o olhar sobre a realidade com um compromisso ético de libertação. A correção das injustiças históricas feitas a povos indígenas e outras minorias excluídas que habitam a América Latina é uma tarefa para nosso tempo.

²⁷¹ FREIRE, Educação como prática da liberdade, 2005, p. 101.

CONCLUSÃO

O enfoque da pesquisa foi o estudo do diálogo ou da comunicação entre assessores jurídicos e movimentos populares com a finalidade de apoio técnico, assim como troca de experiências e/ou conhecimento, e com o objetivo mútuo de formação de uma cultura jurídica popular e insurgente. Os temas abordados pelos grupos pesquisados foram de grande relevância para este estudo, assim como as técnicas de coleta de dados utilizadas, as entrevistas e a revisão de arquivo profissional.

É importante destacar a preocupação da assessoria jurídica popular, como metodologia do trabalho popular, de facilitar diálogos entre conhecimentos, em geral, científico e popular, o que não significa, necessariamente, que o saber científico tenha de ser traduzido à linguagem popular. O diálogo de saberes pode ocorrer, da mesma forma, entre saberes ou conhecimentos populares. Quer-se demonstrar que a participação de estudantes ou “cientistas” do direito, que configura a assessoria jurídica popular, pode ser levada adiante por “não iniciados” na ciência do direito, por membros de uma comunidade participante das atividades, como constatado na experiência de alguns movimentos.

A divulgação dos resultados dessa comunicação significa relatar experiências, quando, sem dúvida, ocorre um processo de escolha do autor em trazer certas informações, o que será contingencial, tornando-se um desafio a quem relata citar algumas em detrimento de tantas outras. Mesmo assim, é importante destacar que uma das experiências vividas foi a de que o assessor jurídico popular precisa estar dotado de um profundo sentimento de respeito e solidariedade. Ainda, viver o drama humano da necessidade de elementos essenciais à sobrevivência humana gera um sentimento profundo de indignação ética. Envolver os sujeitos

do conhecimento num processo dialógico/comunicacional representa o modelo mais desafiador e inovador de trabalho popular a partir do direito.

Esse modelo é capaz de criar uma nova cultura jurídica popular e insurgente, na qual prevaleça o respeito à diversidade, às identidades, aos contingenciamentos, às necessidades, às limitações e o desejo de mudança. A indignação ética que move os movimentos populares a contrariar as leis significa uma necessidade nunca experimentada pelos que as elaboraram. Os legisladores além de esvaziarem a lei de efetividade, contribuem para um distanciamento cada vez maior entre essa e realidade social.

Sejam advogados, sejam estudantes, ou outros sujeitos políticos, o certo é que a assessoria jurídica popular está se consolidando como prática jurídica insurgente, desenvolvida por meio de atividades de apoio técnico jurídico e educação popular em grupos de advocacia popular em todo Brasil.

Por outro lado, a pesquisa no direito é enriquecida com o trabalho popular, indo muito além da pesquisa-ação, com uma comunicação que envolve um diálogo com diferentes sujeitos do povo, constituindo uma etnografia que pode render ainda muitos frutos para a “ciência jurídica”. Como se procurou evidenciar, essa “metodologia” colabora na informação sobre direitos que podem facilitar o acesso à justiça. Por isso, é preciso ampliar as redes de diálogo com outros estudantes, dos mais diferentes cursos, com outros profissionais do direito, com grupos e movimentos sociais. O principal desafio é a consolidação dessa atividade nas faculdades de direito, a expansão como prática de educação não formal, assim como lançar o desafio de auxiliar na educação do brasileiro em relação aos seus direitos.

O trabalho do advogado popular por meio do processo serve para repelir arbitrariedades do Estado no Judiciário, não para evitar ações políticas do Estado e outros agentes que utilizem o processo como meio para reprimir os movimentos sociais. Por sua vez, o trabalho do assessor jurídico de movimentos populares inclui também a ação cultural construída conjuntamente com o movimento para uma prática jurídica insurgente, ou seja, aquela voltada para a substituição do modelo jurídico vigente pela conscientização para a libertação.

O debate latino-americano inspira o diálogo com culturas negadas historicamente (negros, índios e pobres), assim como a referência em produções próprias de pensamento

filosófico e político; implica a negação da dependência, da exploração e dominação ao afirmar a libertação.

É Pluralismo jurídico porque retorna aos povos originários, aos explorados e dominados, o poder de dizer o que é o direito, redefinindo-o historicamente para um Estado socialista, democrático, com a satisfação de necessidades e liberdades plenas.

O monismo jurídico privilegia a ideia de direito como norma estatal, e o Estado, como fonte única de normatividade jurídica. Assim como prevê a mediação de conflitos para desafogar o Judiciário e precarizar o acesso à justiça, prevê um serviço de assistência e orientação jurídica de forma insuficiente; protege a propriedade privada, a sua concentração nas mãos de poucos e a sua manutenção como privilégio.

O pluralismo jurídico comunitário e participativo conceitua o direito como norma e como fato social, sendo o Estado uma das fontes de produção de normatividade, mas também trabalha com o reconhecimento estatal de outras fontes. A mediação comunitária serve para auxiliar o acesso à justiça oficial e para a sua informalização e efetivação. Nesse sentido, a assessoria jurídica é vista como para todos e com qualidade; concebe a garantia da função social da propriedade privada rural e urbana.

O pluralismo jurídico popular e insurgente privilegia o direito como fato social de movimentos populares, mas também atua no paradigma do direito como norma, em que o Estado é uma das fontes de produção de normatividade jurídica, assim como múltiplos movimentos de produção autônomos. O trabalho popular prevê o positivismo de combate, ou o diálogo direto com o direito estatal, a desobediência civil, o exercício do direito de resistência e a construção de uma proposta insurgente de modelo jurídico. Neste sentido atua a assessoria jurídica de movimentos populares: na dualidade de fortalecer as garantias para o povo e da construção de uma prática jurídica que visa à extinção do Estado capitalista. Privilegia-se a democratização do acesso à terra e à moradia, com a interpretação da função social da posse e da propriedade da terra e da moradia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto. *O que é justiça: uma abordagem dialética*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1999.

AGUIRRE, Francisco Ballón; BORRERO, Camilo. *Qual Direito?*. Trad. Cândida Diaz Bordenave. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular/Fase, 1991. Coleção Seminários, n. 16.

ALFONSIN, Jacques Távora. “Invasões” de áreas urbanas. Favelas. Alternativas de soluções para a constituinte. *Revista do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p. 418-429, 1986a.

_____. O sistema de propriedade urbana: proposta à constituinte. *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, n. 38, p. 79-89, nov. 1986b.

_____. Negros e índios: exemplos de um direito popular de desobediência, hoje refletidos nas invasões de terra. Em: ALFONSIN, J. T.; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; ROCHA, Osvaldo de Alencar. *Negros e índios no cativeiro da terra*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, jun. 1989, p. 17-37. (Coleção “Seminários”, n. 11).

_____. Apontamentos sobre a identificação antropológica dos direitos humanos na América Latina. Em: ALFONSIN, J.T.; RUPESINGHE, Kumar; KEKANA, Noko Frans. *Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, mar. 1993, p. 07-16. (Coleção “Seminários”, n. 18).

_____. A reforma agrária como modalidade de concretização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Em: VARELLA, Marcelo Dias (Org.). *Revoluções no campo jurídico*. Joinville: Oficina, 1998a, p. 159-181.

_____. Os conflitos possessórios e o Judiciário: três reducionismos processuais de solução. Em: DRESCH DA SILVEIRA, Domingos Sávio; XAVIER, Flávio Sant'Anna (Org.). *O Direito agrário em debate*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998b. p. 269-288.

_____. Assessoria jurídica popular: breve apontamento sobre sua necessidade, limites e perspectivas. Em: *Anais do Encontro Internacional de Direito Alternativo*, 4, 1998c, Florianópolis.

_____. Cidadania e participação popular. *Estudos Jurídicos*, n. 83, p. 63-76, set.-dez. 1998d.

_____. *Cidadania: o direito de ter direitos*. Porto Alegre: Acesso, 1998e. Cartilha.

_____. A terra como objeto de colisão entre o direito patrimonial e os direitos humanos fundamentais. *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, n. 75, p. 202-222, 1999a.

_____. Do pobre direito dos pobres à assessoria jurídica popular. *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, n. 75, p. 65-84, set. 1999b.

_____. A terra como objeto de colisão entre o direito patrimonial e os direitos humanos fundamentais: estudo crítico de um acórdão paradigmático. Em: STROZAKE, Juvelino José (Org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 202-222.

_____. A força normativa das necessidades frente ao direito de propriedade: apontamento em torno dos efeitos jurídicos gerados por ocupações massivas de terra urbana e rural. Em: STROZAKE, Juvelino José. *Questões agrárias: julgados comentados e pareceres*. São Paulo: Método, 2002. p. 9-29.

_____. *O acesso à terra como conteúdo de direitos humanos fundamentais à alimentação e à moradia*. Porto Alegre: Safe, 2003a.

_____. Dos nós de uma lei e de um mercado que prendem e excluem aos nós de uma justiça que liberta. Em: DORA, Denise Dourado (Org.). *Direito e mudança social: projetos de promoção e defesa de direitos apoiados pela Fundação Ford no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar/Ford, 2003b.

_____. A criminalização do direito à vida em nome da defesa do direito de propriedade. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil 2002*. São Paulo: Loyola, 2003c.

_____. A função social da cidade e da propriedade privada urbana como propriedades de funções. Em: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edesio. *Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade*. Belo Horizonte: Forum, 2004.

_____. Dos nós de uma lei e de um mercado que prendem e excluem aos nós de uma justiça que liberta. Em: REDE NACIONAL DE ADVOGADOS E ADVOGADAS POPULARES. *Advocacia popular: caderno especial – 1995-2005 - 10 anos*. Cadernos Renap, São Paulo, n. 6, p. 83-104, mar. 2005.

_____. *A função social da posse como pressuposto de licitude ético-jurídica do acesso e da conservação do direito à terra*. Em: SEMINÁRIO ASPECTOS JURÍDICOS DA REFORMA AGRÁRIA, 2005b, Brasília.

_____. *A fome como efeito de violação do direito humano de acesso à terra e à alimentação*. Em: DEBATE SOBRE O DIREITO DE ACESSO À TERRA E À ALIMENTAÇÃO, 2006, Passo Fundo.

_____. Desafios à construção de uma ética da práxis solidária, num contexto de direitos humanos fundamentais. Em: CARBONARI, Paulo César (Org.). *Ágora: sobre os processos organizativos sociais, sistematização de cursos e seminários*. Passo Fundo: Edifibe, [s.d.].

_____. *Sujeitos, tempo e lugar da prática jurídico-popular emancipatória que tem origem no ensino do direito*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Seminario/jacquestavora-emancipar.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2007.

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Introdução ao direito alternativo brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de. *Introdução à sociologia jurídica alternativa: ensaio sobre o direito numa sociedade de classes*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA. *Revista da AATR*, Salvador, n. 1, abr. 2003.

BALDÉZ, Miguel Lanzellotti. *Solo urbano: propostas para a Constituinte*. Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular/Fase, 1986. (Coleção Seminários n. 6).

_____. A terra na Constituição. Em: INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. *Direito insurgente II*. Rio de Janeiro: AJUP, 1989a, p. 62-88.

_____. *Sobre o papel do direito na sociedade capitalista: ocupações coletivas: direito insurgente*. Petrópolis: CDDH, 1989b.

BORRERO, Camilo. A pluralidade como direito. Em: AGUIRRE, Francisco Ballón; BORRERO, Camilo. *Qual Direito?*. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular/Fase, 1991, p. 35-68 (Coleção Seminários n. 16).

CAMACHO, Daniel. *Movimientos populares en la América Latina*. México: Siglo XXI, [s.d.]

CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CENTRO DE ESTUDOS DIREITO E SOCIEDADE. *AJUP: avaliação da imagem externa – 1º Relatório jun/ago. 1993*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1993.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. *Terra, trabalho e moradia: direitos humanos econômicos*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2001.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA. *Como criar um núcleo de Assessoria Jurídica Popular*. Belo Horizonte: Del Rey, [s.d.].

COOPER, Jeremy; TRUBEK, Louise G. (Ed.). *Education for justice: social values and legal education*. Brookfield: Ashgate, 1997

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre pluralismo. Em: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL – 1990 – Rio de Janeiro. Mimeo.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. *La pedagogia latinoamericana*. Bogotá: Nueva America, 1980.

_____. *Ética comunitária*. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *20 Tesis de política*. México: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 2006.

_____. *Política de la liberación: historia mundial y crítica*. Madrid: Trotta, 2007.

FARIA, José Eduardo. Formalismo jurídico. Em: SOUZA MARTINS, José; FARIA, José Eduardo; CARVALHO, Eduardo Guimarães; PRESSUBURGER, T. Miguel. *Discutindo a assessoria popular – II*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1992.

FEDOZZI, Luciano. *O eu e os outros: a construção da consciência social no orçamento participativo de Porto Alegre*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FIORI, Ernani Maria. *Metafísica e história*. Porto Alegre: L&PM, 1987. v. 1.

_____. *Educação e política*. Porto Alegre, L&PM, 1992. v. 2.

FONSECA, Claudia; TERTO JUNIOR, Veriano; FARIAS ALVES, Caleb (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Em: AMARAL, Márcia Franz (Org.). *Olhares sobre o jornalismo: a contribuição de Adelmo Genro Filho*. Santa Maria: FACOS, 2007.

GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1980.

HEGEL, Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1997.

INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. *Direito insurgente: anais de fundação*. Rio de Janeiro: AJUP, out. 1987.

_____. *Um trabalhador fala: o direito, a justiça e a lei*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, ago. 1988. (Coleção Socializando conhecimentos, n. 5).

- _____. *Direito insurgente II: anais da II reunião*. Rio de Janeiro: AJUP, 1988-1989.
- _____. *Relatório 1991-1992*. Rio de Janeiro: AJUP, 1992a.
- _____. *Coletivo de Juristas Populares: boletim informativo*, n. 3, ano II, abr./mai. 1992b.
- _____. *Relatório 1992-1993*. Rio de Janeiro: AJUP, 1993.
- _____. *Vicente fala: uma mão na terra outra no coração: a luta camponesa no Vale do Jequitinhonha*. Turmalina: AJUP/Fase, jun. 1993a. (Coleção Socializando conhecimentos, n. 9).
- _____. *Coletivo de Juristas Populares: boletim informativo*, n. 7, ano III, abr./mai. 1993b.
- _____. *Coletivo de Juristas Populares: boletim informativo*, n. 9, ano IV, ago./set. 1996.
- _____. *Coletivo de Juristas Populares: boletim informativo*, n. 10, ano IV, out./dez. 1996.
- _____. *Coletivo de Juristas Populares: boletim informativo*, n. 11, ano V, jul./ago. 1997.
- _____. AJUP. Rio de Janeiro: AJUP, [s.d.]. Panfleto institucional.
- INSTITUTO LATINOAMERICANO DE SERVICIOS LEGALES ALTERNATIVOS. Qué es ILSA, hacia dónde va? . *El otro Derecho*, Bogotá, n. 3, jul. 1989.
- JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Os advogados populares: em busca de uma identidade. Rio de Janeiro: Departamento de Direito PUC-RJ, 1998. *Cadernos PIBIC*, ano IV, n. 2.
- _____. *Através do espelho: ensaios de sociologia do direito*. Rio de Janeiro: IDES-Letra Capital, 2001.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- LUZ, Vladimir de Carvalho. *Assessoria jurídica popular no Brasil: paradigmas, formação histórica e perspectivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- _____. *Assessoria jurídica popular no Brasil*. Palestra proferida na Semana Jurídica do Centro Acadêmico XI de Fevereiro. Florianópolis – Universidade Federal de Santa Catarina, 31 out. 2007.
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. 7. ed. Brasília: Brasiliense, 1982.
- MARTÍ, José. *Nuestra América*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ediufig, 2003.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil 1964-1985*. São Paulo: Edusc, 2005.

NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR. *Direito a moradia*: manual de uso. Porto Alegre: Procuradoria Geral do Município, [s.d.]

NUNESMAIA JUNIOR, Gil. AATR: Breve histórico. Em: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA. *Revista da AATR*, n. 01, Salvador, Abr. 2003.

PRESSBURGER, Miguel. *Agruras e desventuras do liberalismo*: ou o ET continua virgem (mesmo já tendo dado mais que chuchu na cerca. Rio de Janeiro: Cadernos da Assessoria Jurídica da Comissão Pastoral da Terra, mar. 1985. (Coleção Seminários).

_____. *A propriedade da terra na constituição*. 6. ed. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, 1986a. (Coleção Socializando Conhecimento, n. 2).

_____. Programa de Apoio Jurídico Popular (AJUP). *Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente*, Curitiba: ITCF, n. 1, p. 120-126, ago. 1986b.

_____. Ou, a burguesia suporta a ilegalidade? Em: VIEIRA-GALLO, José Antonio. *O sistema jurídico e o Socialismo*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, dez. 1989, p. 04-15. (Coleção Seminários, n. 12).

_____. A construção do Estado de Direito e as assessorias jurídicas populares. Em: CAMPILONGO, Celso; PRESSBURGER, Miguel. *Discutindo a assessoria popular*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, jun. 1991, p. 29-44. (Coleção Seminários, n. 15).

_____. Direito insurgente: o direito dos oprimidos. Em: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de (Org.). *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991, p. 09-16.

_____. Direitos Humanos e assessorias jurídicas. Em: SOUZA MARTINS, José; FARIA, José Eduardo; CARVALHO, Eduardo Guimarães; PRESSBURGER, T. Miguel. *Discutindo a assessoria popular – II*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1992, p. 44-52. (Coleção Seminários, n. 17).

_____. Direitos humanos e serviços legais alternativos. Em: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de (Org.). *Lições de direito alternativo 2*. São Paulo: Acadêmica, 1992, p. 55-62.

_____. Direito do trabalho, um direito tutelar?. *Revista de Direito Alternativo*, São Paulo, Acadêmica, p. 181-189, 1993a.

_____. O direito como instrumento de mudança social. Em: FRAGOSO DE CASTRO, Marcelo Francisco. *Direito e mudança social*. Rio de Janeiro: CCJE/UFRJ, 1993b, p. 27-34.

_____. Direito insurgente: o direito dos oprimidos. Em: RECH, Daniel; PRESSBURGER, Miguel; ROCHA, Osvaldo Alencar; TORRE RANGEL, Jesús A. de la. *Direito insurgente: o direito dos oprimidos*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1990, p. 06-12

_____. Conceitos e evoluções do direito alternativo. *Revista ADV – Advocacia Dinâmica – Seleções Jurídicas*, Rio de Janeiro, IAB, jan. 1994, p. 13-16.

_____. Direito, a alternativa. Em: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – RJ. *Perspectivas sociológicas do direito: 10 anos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Thex/OAB-RJ/Universidade Estácio de Sá, 1995, p. 21-35.

_____. Terra, propriedade, reforma agrária e outras velharias. Em: VARELLA, Marcelo Dias (Org.). *Revoluções no campo jurídico*. Joinville: Oficina, 1998, p. 297-310.

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

QUIJANO, Aníbal. Em: Edgar Lander. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RABBEN, Linda. O universal e o particular na questão dos direitos humanos. Em: FONSECA, Claudia; TERTO JUNIOR, Veriano; FARIAS ALVES, Caleb (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2004.

REDE NACIONAL DOS ADVOGADOS E ADVOGADAS POPULARES. *Cadernos RENAP*: Alhandra, São Paulo, n. 1, ano I, jul. 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, direitos humanos e poder. Em: FONSECA, Claudia; TERTO JUNIOR, Veriano; FARIAS ALVES, Caleb (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2004.

SAMPAIO OLIVEIRA, Murilo Carvalho. *Serviço de Apoio Jurídico – Saju: a prática de um Direito Crítico*. Monografia – Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SARAT, Austin; SCHEINGOLD, Stuart (Ed.). *Cause Lawyering: political commitments and professional responsibilities*. Nova Iorque: Oxford: Oxford University Press, 1998;

_____. (Ed.). *Cause lawyering and the State in a global Era*. Nova Iorque: Oxford: Oxford University Press, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA. *Revista do SAJU: reflexões sobre a democratização do judiciário*. Porto Alegre, n. 2, UFRGS, set. 1992.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo (Org.). *O direito achado na rua: introdução crítica ao direito agrário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 3.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Law against law: legal reasoning in Pasargada law*. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación, 1974.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências*. 11. ed. Porto: Afrontamentos, 1987.

_____. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Safe, 1988.

_____. Sociologia na primeira pessoa: fazendo pesquisa nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, v. XIX, n. 49, 1988.

_____. Introdução à sociologia da administração da justiça. Em: FARIA, José Eduardo. *Direito e justiça: função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge, 1995.

_____. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA MARTINS, José; FARIA, José Eduardo; CARVALHO, Eduardo Guimarães; PRESSUBURGER, T. Miguel. *Discutindo a assessoria popular – II*. Rio de Janeiro: AJUP/Fase, out. 1992

TORRE RANGEL, Jesus Antonio de la. Pluralismo jurídico enquanto fundamentação para a autonomia indígena. Em: WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

_____. (Org.). *Pluralismo jurídico*. San Luis Potosí: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Gutiérrez, 2007.

_____. *A analogia do direito pelo 'inequivocamente outro': a concepção de lo nuestro no pluralismo jurídico índio mexicano - Entrevista feita por Luiz Otávio Ribas e Ricardo Prestes Pazello*. Em: *Revista Captura Críptica: direito, política e atualidade*. Florianópolis: CPGD/UFSC, ano 1, n. 2, jan.-jun. 2009.

VARELLA, Marcelo Dias. MST: um novo movimento social?. Em: DRESCH DA SILVEIRA, Domingos Sávio; SANT'ANNA XAVIER, Flávio (Org.). *O direito agrário em debate*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

_____. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. O direito nas sociedades primitivas. Em: _____ (Org.). *Fundamentos de história do direito*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 1-10.

_____. *Síntese de uma história das idéias jurídicas: da antiguidade à modernidade*. Florianópolis: Boiteux, 2006.

_____. Pluralismo Jurídico: nuevo marco emancipatório en América Latina. Em: TORRE RANGEL, Jesus Antonio de la (Org.). *Pluralismo jurídico*. San Luis Potosí: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Futiérrez, 2007.

APÊNDICE 01

Roteiro de entrevista – História de vida – Jacques Alfonsin

1. Estratégias de defesa processual em ações possessórias: função social da propriedade, reforma agrária na Europa, constitucionalidade, indenização zero, produtividade, direitos humanos fundamentais, função social da posse, desforço imediato pela defesa da dignidade;
2. Argumentos políticos de defesa do MST: indignação ética zero do Judiciário, poder serviço, necessidades humanas;
3. Direito: imputação de responsabilidade por injustiça social, positivismo, pobreza é violação de direitos humanos, devido processo legal funciona somente com o devido processo social que significa atender às necessidades humanas; força normativa das necessidades humanas; pluralismo jurídico, ditadura militar, Direito Achado na Rua, Jusnaturalismo, autoritarismo hoje;
4. Influências: jurídicas – Pontes de Miranda, Castanheira Neves, Hernandes Gil, Peter Haberle, políticas – Marx religião;
5. Ações concretas: palestras, artigos científicos, artigos em jornais, processos, CEB's educação popular, MST, por que ênfase na defesa processual, por que ênfase MST e assessoria universitária urbana;
6. Renaaop: histórico, conjuntura, AALA, diferenças regionais BR Sul/Norte;
7. Casos judiciais: Canoas – ocupação urbana, Praia do Veludo, Dissolução do MST, Anoni;
8. Casos graves de desrespeito com pessoas em audiência, Goiás velho, mulher com bebê no colo;
9. Lugar e tempo do assessor jurídico popular: frente comunitária, política e jurídica;
10. Referências na política e advocacia: Eduardo Grenhal, Fon, Nei, João Pedro, Plínio Arruda Sampaio, Miguel Pressburger, Sérgio, Daniel Rech, Miguel Baldéz, Domingos, Cláudia, Leandro, Lenio Streck;
11. Acesso: Betânia, Marcelo, Najup, Aline;
12. Jacques Alfonsin: por ele mesmo, franciscano, prática educativa, referência para AJUP, advogados, estudantes, MST, Jusnaturalismo, simbologia, rotina.

APÊNDICE 02

Roteiro de entrevista – História de vida – Membros AJUP

1. Estratégias de defesa processual
2. Argumentos políticos de defesa de movimentos sociais
3. Concepções sobre o Direito
4. Influências jurídicas, políticas e religiosas
5. Ações concretas: políticas, educativas, jurídicas
6. Organizações políticas que faz parte
7. Casos judiciais
8. Casos graves de desrespeito com o povo
9. Lugar e tempo do assessor jurídico popular: frente comunitária, política e jurídica
10. Referências na política e advocacia
11. AJUP: Thomaz Pressburger, Pinaud, Rech, Saionara
12. Advogado: por ele mesmo, marxismo, prática educativa, referência para AJUP, advogados, estudantes, movimentos, simbologia, rotina.

APÊNDICE 03

Roteiro de entrevista – História de vida - Advogados

1. Qual seu nome e profissão? Que organização fazes parte atualmente?
2. Você trabalha em projetos de assessoria jurídica popular há quanto tempo? Em nome de que organização(ões)? Em que lugar(es)?
3. Sua participação continua até hoje? No que consiste(consistiu) esse projeto?
4. Quais foram os seus referenciais teóricos durante o trabalho?
5. Quais foram suas motivações pessoais para envolver-se nesse projeto? E as motivações políticas e sociais?
6. Até que ponto a educação popular contribuiu para o trabalho com a comunidade? Dê alguns exemplos de atividades desenvolvidas. Quais temas foram trabalhados?
7. Até que ponto a linguagem jurídica foi um empecilho para o diálogo? Você atuou na tradução desta para a linguagem popular?
8. Você trabalhou com dinâmicas de grupo junto com as comunidades? Como eram organizadas as atividades junto com a comunidade?
9. Você desenvolveu ações voltadas para o tema do acesso à justiça? Foram desenvolvidas atividades de assistência jurídica?
10. Você desenvolveu ações educativas sobre o tema dos direitos humanos? Você atuou na defesa de que direitos com as atividades de assistência jurídica?
11. Quais violações de direitos humanos foram enfrentadas com o seu trabalho? Quais as principais necessidades das pessoas que estiveram envolvidas no seu trabalho?
12. Você considera que o trabalho desenvolvido contribuiu para a conscientização de direitos? De que forma?
13. Você considera que o trabalho desenvolvido contribui para a efetivação de direitos humanos? De que forma?
14. Qual(is) movimento(s) social(is) foram atores nesse diálogo?
15. Qual a participação que você considera adequada para os movimentos sociais na luta por direitos humanos?
16. Você considera que a atuação dos movimentos sociais contrariam a lei?
17. Você considera que a atuação dos movimentos sociais contrariam o direito? Você considera que os movimentos sociais são produtores de direitos?

APÊNDICE 04

Roteiro de entrevista - História de vida - Movimentos populares

1. Qual seu nome e profissão? Que movimento fazes parte atualmente?
2. Na sua opinião, você tem direito à terra (moradia)?
3. De onde vem esse direito?
4. Na tua opinião, a lei garante o direito à terra(moradia) de maneira satisfatória?
5. Esse movimento é contra a lei?
6. Esse movimento é contra o Direito?
7. Qual é a luta desse movimento?
8. Quais são as formas de manifestação política desse movimento?
9. Na sua opinião, a ocupação é uma manifestação política contra a lei?
10. De que forma o Estado reprime as ações políticas do movimento?
11. Tu podes contar algum caso para ilustrar essa situação?
12. Por que o Estado reprime o movimento?
13. Quais as principais diferenças entre esse movimento e outros movimentos agrários (urbanos) no Brasil?
14. A sociedade brasileira tem uma boa impressão desse movimento?
15. A sociedade brasileira tem conhecimento sobre o que faz esse movimento?
16. Tu acha que o Judiciário busca cumprir a lei?
17. Que tipo de assessoria jurídica trabalha para esse movimento?
18. De que forma ocorre este trabalho?
19. Esse movimento financia uma assessoria jurídica própria?
20. Como é a relação desse movimento com esses advogados?
21. Esses advogados trabalham em todos os processos?
22. Qual a importância de Paulo Freire para esse movimento?
23. Qual é a política educacional desse movimento?
24. Algum advogado desenvolve atividades educativas com o movimento?
25. O que você já apreendeu com o trabalho dos advogados?

APÊNDICE 05

Termo de Consentimento Informado

Esse pesquisador vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), está realizando uma pesquisa sobre o trabalho de assessoria jurídica popular que advogados têm desenvolvido com movimentos populares na busca da formação de uma cultura jurídica comunitária e participativa.

Quer-se conhecer melhor como são as atividades desenvolvidas pelos advogados que fizeram um trabalho junto a movimentos populares. Nosso objetivo com essa pesquisa é reunir informações para que, depois de analisados os dados, possamos identificar como essa prática é desenvolvida e como pode ser aperfeiçoada. Para isso, queremos saber o que as pessoas que tiveram contato com esse trabalho estão pensando.

Solicitamos o seu consentimento para a participação nesta pesquisa. Sua participação será através de um diálogo, na forma de uma entrevista. Salientamos que esta será uma entrevista informal e que a qualquer momento pode ser interrompida para quaisquer esclarecimentos. Sua participação é voluntária e que pode ser encerrada a qualquer momento.

Compromete-se a divulgar os resultados da pesquisa através da internet e de seminários, para que todos tenham acesso a estas informações.

Concordo em participar da pesquisa intitulada "Práticas jurídicas insurgentes e pluralismo jurídico: a formação de uma cultura jurídica comunitária e participativa a partir da assessoria jurídica popular",

[Nome do entrevistado]

Responsável pela pesquisa:

Luiz Otávio Ribas – telefone (XX) XXXXXXX ou (XX) XXXXXXX

luizotavioribas@yahoo.com.br

ANEXO 01

Estatuto do Apoio Jurídico Popular

INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR - AJUP

ESTATUTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES

ART. 1º -O Instituto Apoio Jurídico Popular, a seguir denominado pela sigla AJUP, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Beira-Mar, 216 grupo 401, CEP 22021-060.

ART. 2º -São finalidades do AJUP:

- a) desenvolver mecanismos e formas de difusão das experiências e reflexões jurídicas de advogados que atuam junto aos movimentos populares, ou ainda daqueles que possam contribuir com seu conhecimento e saber jurídico a aqueles movimentos;
- b) promover capacitação, formação e treinamento a advogados e estudantes de direito, que se disponham a prestar ser saber e trabalho às organizações populares;
- c) promover e realizar publicações, seminários, cursos e ciclos de debates sobre áreas do direito e aplicação da justiça, destinados a advogados e outros profissionais integrados no processo de libertação popular;
- d) prestar assessoria jurídica, através de consultoria, pareceres, ou presença de profissionais, aos movimentos populares e às suas assessorias, em qualquer parte do país;
- e) realizar eventos, inclusive em convênio com outras entidades, visando a defesa de direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, sobretudo em questões que digam respeito ao uso e posse do solo, à habitação, à cidadania;
- f) promover pesquisas sobre a aplicação e entendimento da legislação, o funcionamento do Poder Judiciário, a organização do Estado, a evolução histórica dos direitos dos oprimidos e os controles normativos e conceituais nas suas execuções e/ou reconhecimento;
- g) estimular sob todas as formas, a criação e desenvolvimento de um novo pensamento jurídico a serviço dos oprimidos.

ART. 3º A critério de sua Coordenação Executiva, o AJUP poderá firmar convênios, intercâmbios, promover iniciativas conjuntas, com organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Da mesma forma poderá se filiar ou integrar quadro de

participantes de organizações e entidades afins, nacionais ou estrangeiras.

ART. 4º -O AJUP terá tempo de duração indeterminado e deve a sua existência à vontade de seus membros e não a concessões, determinações ou imposições oficiais.

CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 5º -São órgãos da administração do AJUP:

- a) o Conselho de Administração
- b) a Coordenação Executiva.

ART. 6º -O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da entidade. E a Coordenação Executiva é o órgão de execução de atividades.

ART. 7º -O Conselho de Administração será composto por um número não delimitado de pessoas, indicadas pelos membros do referido Conselho ou pela Coordenação Executiva. A aprovação das indicações será por maioria simples dos integrantes do Conselho.

Compete ao Conselho de Administração:

- a) confirmar os integrantes da Coordenação Executiva e do próprio Conselho, na forma prescrita nestes Estatutos;
- b) traçar as linhas gerais de ação da instituição, subsidiar e propor meios e indicativos para a consecução de seus objetivos, estabelecer as metodologias das atividades;
- c) criar grupos e equipes para realização de tarefas específicas, como por exemplo, pesquisas, formação, publicações.

ART. 8º -O Conselho de Administração será composto por pessoas que sejam eminentes personalidades, de notória competência no meio jurídico, intelectual, político, religioso, sindical ou comunitário.

ART. 9º -O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente uma vez por ano, em data consensualmente determinada, para promover a avaliação e programação das atividades da instituição. A cada três anos, a reunião também elegerá a Coordenação Executiva

Parágrafo Único. - As reuniões do Conselho de Administração, que serão presididas por um dos membros da Coordenação Executiva, serão realizadas com qualquer número de Conselheiros presentes. Os Conselheiros ausentes poderão apresentar suas manifestações, e mesmo votos, por correspondência.

ART. 10º -A Coordenação Executiva do AJUP será composta por 3 (três) Coordenadores com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo Único - Os integrantes da Coordenação Executiva fazem parte do Conselho de Administração, com plenos direitos.

ART. 11 -A eleição da Coordenação Executiva será realizada mediante proposta de chapa única apresentada pela Coordenação anterior, ao Conselho de Administração, que deverá confirmá-la por maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único - No caso de rejeição, a Coordenação Executiva deverá apresentar novas chapas de composição, quantas vezes for necessário para sua aprovação.

ART. 12 -A Coordenação Executiva ou qualquer de seus membros, poderá a qualquer tempo, ser destituída por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, mediante simples manifestação por escrito ou por reunião especialmente convocada.

Parágrafo Único - Em caso de destituição da Coordenação Executiva , o Conselho de

Administração indicará os novos Coordenadores. Em caso de destituição de algum membro da Coordenação Executiva, os remanescentes assumirão as funções do destituído até o término do mandato.

ART. 13 -A representação ativa e passiva da instituição, em juízo ou fora dele, é competência exclusiva da Coordenação Executiva, por qualquer de seus membros.

ART. 14 -Em caso de vacância de qualquer membro do quadro de Coordenadores, será ele preenchido por indicação dos Coordenadores remanescentes, após consulta individualizada aos integrantes do Conselho de Administração e mediante aprovação prevista no ART. 11 e seu Parágrafo.

CAPÍTULO III - DO PATRIMÔNIO

ART. 15 -O patrimônio da instituição será constituído por doações, resultados financeiros de convênios, assinaturas e vendas de publicações e ajudas diversas de pessoas ou entidades que se identifiquem com as finalidades do AJUP.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 16 -Os integrantes do Conselho de Administração e os da Coordenação Executiva, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela instituição

ART. 17 -O AJUP não remunera os membros da Coordenação Executiva pelo exercício de seu cargo, nem efetua distribuição de saldos a qualquer título apurados. Eventuais superávits verificados no exercício financeiro, serão integralmente revertidos nos encaminhamentos das finalidades da instituição.

ART. 18 -O AJUP somente poderá ser extinto mediante proposta unânime da Coordenação Executiva, aprovada por 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução do AJUP, o seu patrimônio será destinado, por proposta da Coordenação Executiva, a uma ou mais entidades congêneres ou afins.

ART. 19 -Estes estatutos poderão ser reformados, em todo ou em parte, por decisão de pelo menos 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho de Administração.

ART. 20 -Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Executiva, cabendo recurso ao Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ART. 21 -Integram o Conselho de Administração do AJUP, na data de sua fundação, as pessoas especialmente convidadas pelos fundadores da instituição.

Parágrafo Único - São fundadores do APOIO JURÍDICO POPULAR os seus instituidores e coordenadores históricos.

ART. 22 -Estes Estatutos entram em vigor a partir da data de sua aprovação.